

**PFC CPE Série N° 1**

**MONITORIZAÇÃO E ANÁLISE DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO:  
COMO CRIAR INSTITUIÇÕES SUSTENTÁVEIS**

**Nils Bhinda e Matthew Martin**

ISBN 1-903971-47-5

© Direitos de Autor 2005 da Debt Relief International Ltd. Não é permitido fazer qualquer reimpressão, republicação, fotocópia ou outro uso deste material sem a autorização prévia da DRI.

*Publicado por*

Debt Relief International Ltd

4th Floor, Lector Court, 151-153 Farringdon Road

Londres EC1R 3AF, Reino Unido

Tel.: 44 (0)20 - 7278 0022 Fax: 44 (0)20 - 7278 8622 E-mail: [publications@dri.org.uk](mailto:publications@dri.org.uk)

*Concebido e impresso no Reino Unido por*

Michael Stafford, Londres

## PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS

Esta série de publicações foi lançada em resposta ao número crescente de pedidos que a Development Finance International (DFI) tem recebido de informações sobre as actividades do *Programa de Fortalecimento das Capacidades de Monitorização e Análise dos Capitais Privados Estrangeiros* (PFC CPE) e sobre os aspectos técnicos de monitorização, análise e concepção de políticas para gerir capitais privados estrangeiros. O PFC CPE (que é financiado desde 1998 pela Dinamarca, UE, Suécia, Suíça e pelo Reino Unido e Banco Mundial) tem por objectivo desenvolver e fortalecer a capacidade de governos de países em desenvolvimento e de instituições do sector privado para monitorizar e analisar stocks e fluxos de investimento directo estrangeiro e de portfolio, dívida externa do sector privado e as percepções e intenções dos investidores que contribuem para um crescimento e uma redução da pobreza sustentáveis. A DFI é uma organização de implementação sem fins lucrativos, em parceria com o BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental), BEAC (Banco dos Estados da África Central), CEMLA (Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos), MEFMI (Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral) e WAIFEM (Instituto de Gestão Financeira e Económica da África Ocidental).

Esta série tem por objectivo apresentar tópicos específicos de forma concisa, acessível e prática para serem usados e implementados por governos de países em desenvolvimento. Cada publicação visa ser autónoma. Saudamos todos os comentários a esta publicação ou eventuais sugestões para a inclusão de outros tópicos.

As opiniões expressas nas publicações são dos seus autores e não reflectem necessariamente as dos doadores do PFC CPE ou dos países participantes. No entanto, agradecemos a todos os países participantes e representantes dos doadores as suas contribuições para a metodologia e análise nos últimos sete anos, assim como as suas contribuições financeiras para o êxito do programa.

Gostaríamos de agradecer à pesquisadora da DFI Gill Rogers e à administradora da DFI Jeannette Laouadi a configuração/formatação das páginas e a revisão do texto desta publicação, a Siméon Fongang e a Arantxa Albiol Benito a tradução e a Michael Stafford o design.



## Índice de Matérias

1.	Introdução.....	1
2.	Quadro Legal e Institucional.....	2
2.1.	Resumo.....	2
2.2.	Responsabilidades e Interesses Institucionais.....	3
2.2.1.	Gabinetes de Estatísticas.....	3
2.2.2.	Bancos Centrais.....	3
2.2.3.	Agência de Promoção do Investimento.....	4
2.2.4.	Ministério das Finanças.....	4
2.2.5.	Outras Agências do Governo.....	5
2.2.6.	Bolsas de Valores.....	5
2.2.7.	Organizações do Sector Privado.....	5
2.2.8.	Organizações Académicas e de Pesquisa.....	6
2.3.	Coordenação.....	6
2.3.1.	Estruturas de Coordenação Global.....	6
2.3.2.	Coordenação durante um Ciclo do Projecto.....	10
2.4.	Mandatos Legais e Confidencialidade.....	12
2.4.1.	Mandatos Institucionais.....	12
2.4.2.	Mandatos Legais para Coordenação.....	13
3.	Recursos Humanos.....	14
3.1.	Resumo.....	14
3.2.	Quadros e Recrutamento.....	14
3.2.1.	Competência Técnica e Ciclo de Projectos.....	14
3.2.2.	Práticas de Trabalho Eficientes.....	15
3.2.3.	Número de Quadros.....	16
3.3.	Contratação e Retenção de Quadros.....	17
3.3.1.	Descrições de Atribuições.....	17
3.3.2.	Qualificações e Experiência.....	18
3.3.3.	Formação e Assistência Técnica.....	19
3.3.4.	Motivação, Desenvolvimento e Ambiente de Trabalho dos Quadros.....	19
4.	Códigos e Padrões de Dados Internacionais.....	20
4.1.	Resumo.....	20
4.2.	Activos e Passivos Estrangeiros.....	21
4.2.1.	Manual da Balança de Pagamentos (BPM5) do FMI.....	21
4.2.2.	GDDS, SDDS, e iniciativas relacionadas.....	24
4.3.	Intenções e Percepções dos Investidores.....	25
4.4.	Responsabilidade Social das Empresas.....	28
5.	Sistemas de Monitorização.....	30
5.1.	Resumo.....	30
5.2.	Inquéritos.....	31
5.2.1.	Registo de Investidores, Amostragem e Numeração de Referência.....	31
5.2.2.	Coordenação e Racionalização de Inquéritos.....	32

5.2.3.	Concepção e Teste de Formulários.....	33
5.2.4.	Gestão do Trabalho no Terreno .....	33
5.2.5.	Gestão do Trabalho no Terreno e de Dados .....	34
5.3.	Fontes “Não-Inquérito” .....	37
5.3.1.	Fontes Nacionais .....	37
5.3.2.	Fontes Internacionais .....	38
5.4.	Registo e Compilação do Software .....	39
6.	Análise de CPE e Planos de Acção.....	41
6.1.	Análise e Estratégia Existentes .....	41
6.2.	Necessidades de Análises e Estratégias.....	42
6.3.	Acordos Institucionais e de Capacitação.....	46
7.	Prioridade Política, Acção e Avaliação.....	47
7.1.	Perfil Político dos CPE.....	48
7.2.	Implementando Recomendações .....	49
7.2.1.	Implementação de Planos de Acção de Políticas .....	49
7.2.2.	Implementação de Recomendações de Capacitação .....	50
7.3.	Avaliação das Capacidades.....	51
8.	Parceria com o Sector Privado .....	53
8.1.	Resumo .....	53
8.2.	Porquê uma Parceria? .....	53
8.3.	Organização do Sector Privado.....	54
8.4.	Campanhas de Consciencialização.....	56
8.4.1.	Seminários de consciencialização .....	56
8.4.2.	Campanhas mediáticas.....	57
8.4.3.	Medidas de consciencialização ad hoc.....	57
8.5.	Intercâmbios Técnicos .....	58
8.6.	Feedback dos Resultados .....	59
8.6.1.	Seminário de encerramento de divulgação dos resultados.....	59
8.6.2.	Publicação/divulgação dos resultados.....	60
8.6.3.	Qualidade, integridade e acesso público aos dados .....	61
8.7.	Alterações de Políticas.....	62

#### Tabelas de Figuras

Figura 1	Distribuição Indicativa das Funções do GTN e do Secretariado.....	8
Figura 2	Elos entre o Departamento Principal e o GTN .....	9
Figura 3	Ciclo de um Projecto .....	10

#### Lista de Tabelas

Tabela 1	Banco da Namíbia - Qualificações e Experiência .....	18
----------	--	----

#### Lista de Caixas

Caixa 1	Melhor Prática em Mandatos Legais .....	12
---------	---	----

### Acrónimos e Abreviaturas

<b>AFRITAC</b>	Centro Africano de Assistência Técnica
<b>API</b>	Agência de Promoção do Investimento
<b>AT</b>	Assistência Técnica
<b>BAD</b>	Banco Africano de Desenvolvimento
<b>BCEAO</b>	<i>Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest</i> (Banco Central dos Estados da África Ocidental)
<b>BEAC</b>	<i>Banque des Etats de L'Afrique Centrale</i> (Banco dos Estados da África Central)
<b>BOPSY</b>	Anuário Estatístico da Balança de Pagamentos
<b>BP</b>	Balança de Pagamentos
<b>BPM4</b>	Manual da Balança de Pagamentos do FMI, 4ª Edição
<b>BPM5</b>	Manual da Balança de Pagamentos do FMI, 5ª Edição
<b>CAO</b>	Comunidade da África Oriental
<b>CARTAC</b>	Centro de Assistência Técnica Regional do Caribe
<b>CEMAC</b>	<i>Communauté Économique et Monétaire de l'Afrique Centrale</i> (Comunidade Económica e Monetária da África Central)
<b>CEMLA</b>	<i>Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos</i> (Centro de Estudos Monetários
<b>CEPAL</b>	Comisión Económica para America Latina (Comissão Económica para a América
<b>CFA</b>	Communauté française d'Afrique (Comunidade Francesa de África)
<b>CNUCED</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
<b>COMESA</b>	Mercado Comum da África Oriental e Austral (MCAOA)
<b>CS-DRMS</b>	Sistema de Registo e Gestão da Dívida do Secretariado da Commonwealth
<b>DESP</b>	Dívida Externa do Sector Privado
<b>DG</b>	Director-Geral
<b>DQAF</b>	Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados do FMI
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GDSDS</b>	Sistema Geral de Divulgação de Dados
<b>GTN</b>	Grupo de Trabalho Nacional Latina) Latino-Americanos)
<b>MEFMI</b>	Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral
<b>OCDE</b>	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>OTAM</b>	Gabinete de Gestão da Assistência Técnica
<b>PFC CPE</b>	Programa de Fortalecimento de Capacidades dos Capitais Privados Estrangeiros
<b>PFC</b>	Programa de Fortalecimento de Capacidades

<b>PII</b>	Posição de Investimento Internacional
<b>ROPC</b>	Relatórios sobre a Observância de Padrões e Códigos
<b>RSE</b>	Responsabilidade Social das Empresas
<b>SADC</b>	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
<b>SDDS</b>	Padrão Especial de Divulgação de Dados
<b>SIGADE</b>	Sistema de Gestão e Análise Financeira da Dívida da CNUCED
<b>UEMOA</b>	<i>Union Economique et Monétaire Ouest Africaine</i> (União Económica e Monetária da África Ocidental)
<b>WAIFEM</b>	Instituto de Gestão Económica e Financeira da África Ocidental
<b>WAMZ</b>	Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO)



## 1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, a volatilidade dos mercados de capitais internacionais, facilitada pela eliminação dos controlos de capitais pela maior parte das economias, tem provocado múltiplas crises económicas mundiais. Como consequência, a comunidade internacional começou a ver os benefícios da política económica para países de renda baixa (e para a economia mundial) se melhorasse a sua monitorização dos fluxos de capitais privados internacionais. Pressupõe-se que uma melhor monitorização melhore a transparência dos dados, incentivando desse modo a estabilidade do capital privado. Além disso, à medida que os países de renda baixa passam a estar mais abertos a mercados financeiros sofisticados, incluindo dívida de curto prazo e fluxos de portfolio, a monitorização deverá melhorar as respostas de políticas a estes fluxos.

Contudo, a comunidade internacional não conseguiu admitir o grau de dificuldade dessa monitorização. Estabeleceu códigos e padrões internacionais para a monitorização, no entanto, primeiro a vasta maioria das economias a nível mundial não cumpre estes padrões. A maior parte dos países de renda baixa (e também a maioria das economias OCDE) não é capaz de cumprir esses códigos sem um grande fortalecimento das instituições responsáveis pela monitorização. Muitas vezes operam na base de dados secundários muito pouco fidedignos, tais como uma estimativa aproximada da parcela das aprovações feitas por uma agência de promoção do investimento, ou um resíduo na Balança de Pagamentos (BP), uma vez que outros itens de linha tiverem sido estimados. Segundo, a monitorização por si não tem muita utilidade prática, salvo se os dados recolhidos forem utilizados para análise e execução de políticas pró-activa por países de renda baixa e pela comunidade internacional, para estabilizar os capitais privados. De facto, na medida em que dados de melhor qualidade acompanham a volatilidade dos capitais privados com maior exactidão, sem uma análise e respostas de políticas estes irão provavelmente exacerbar a volatilidade e as crises, através de uma má orientação dos esforços de promoção do investimento e da política macroeconómica e de um reforço do “comportamento gregário” dos investidores.

Como consequência dessas preocupações, os Governos suíço e britânico estabeleceram desde o ano 2000 um Programa de Fortalecimento das Capacidades dos Capitais Privados Estrangeiros (PFC CPE), cujo objectivo é criar instituições sustentáveis para monitorizar, analisar e melhorar políticas relacionadas com os capitais privados internacionais<sup>1</sup>. Cientes dos problemas na sua monitorização e análise existentes, 47 países em África, na América Latina e nas Caraíbas beneficiaram do programa<sup>2</sup>. Ao executar as suas actividades, o programa mantém uma coordenação estreita com o Secretariado da Commonwealth, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), a Conferência

<sup>1</sup> O programa é implementado pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC), pelo Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA), pela Development Finance International (DFI), pelo Instituto de Gestão Macroeconómica e Finança da África Oriental e Austral (MEFMI) e pelo Instituto de Gestão Económica e Finança da África Ocidental (WAIFEM). Os Governos dinamarquês, sueco, suíço, britânico e a União Europeia, assim como 14 países em desenvolvimento têm financiado o programa, que também tem beneficiado de contributos de todas as organizações internacionais relevantes (Secretariado da Commonwealth, FMI, OCDE, CNUCED e Grupo do Banco Mundial), assim como das principais economias OCDE (Austrália, Bélgica, Canadá, Nova Zelândia, Polónia e Reino Unido).

<sup>2</sup> Desde 1997, o Programa opera com: Argentina, Baamas, Barbados, Benim, Bolívia, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Chile, República do Congo, Costa Rica, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiana, Honduras, Jamaica, Quênia, Lesoto, Malawi, Mali, Maurícia, México, Moçambique, Namíbia, Nicarágua, Níger, Nigéria, Paraguai, Peru, África do Sul, Senegal, Suazilândia, Tanzânia, Trindade e Tobago, Togo, Uganda, Uruguai, Venezuela, Zâmbia, Zimbábue.

das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e o Banco Mundial, e também com vários bancos centrais e gabinetes de estatísticas da OCDE para assegurar que está sempre a beneficiar das melhores práticas internacionais.

Devido ao seu envolvimento no programa e ao seu compromisso face a adoptar melhores práticas, os países participantes operaram progressos extensivos no reforço das estruturas institucionais e na melhoria da monitorização, análise, divulgação e execução de políticas. Esta publicação retira os ensinamentos principais do programa sobre como conseguir essas melhorias institucionais. Completa outra documentação disponível sobre os ensinamentos técnicos e analíticos do programa<sup>3</sup>.

Cada aspecto-chave do reforço institucional é tratado num dos capítulos restantes: estes incluem estruturas legais e institucionais (Capítulo 2), recursos humanos, gestão e ambiente de trabalho (Capítulo 3); códigos e padrões de dados internacionais (Capítulo 4); sistemas de monitorização (Capítulo 5), análise de CPE e estratégia de financiamento do desenvolvimento (Capítulo 6); compromisso político, transparência e capacidade para auto-avaliação (Capítulo 7) e criação de parcerias com o sector privado (Capítulo 8).

## 2. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL<sup>4</sup>

### 2.1. RESUMO

O primeiro pré-requisito chave para uma monitorização e análise sustentáveis dos capitais privados estrangeiros é um quadro legal e institucional claro e abrangente. Contudo, a experiência mostra que não existe a *priori* um quadro superior ou uma instituição principal. A chave do sucesso é uma forte coordenação entre a vasta gama de analistas e utilizadores de dados do sector público e privado, através de “Grupos de Trabalho Nacionais”, comités ou grupos de trabalho formais.

Os benefícios dessa coordenação incluem:

- A promoção do entendimento e do diálogo entre os órgãos públicos e privados
- O acesso exclusivo a certos grupos de investidores proporcionado por agências de promoção do investimento, ministérios sectoriais e câmaras e associações do sector privado
- Mandatos legais combinados mais fortes para a recolha de dados de múltiplas instituições
- Vantagens comparativas para trabalho no terreno, compilação, análise e divulgação
- A combinação de escassos recursos humanos e financeiros através da minimização de esforços duplicados
- A minimização da carga a uma comunidade de investidores inquiridos de forma excessiva
- A troca de dados e análise para melhorar tomadas de decisão do sector público e privado
- Contributos coordenados para a formulação de políticas e iniciativas regionais e internacionais

Há três aspectos-chave de estruturas legais e institucionais: responsabilidades claramente definidas (Secção 2.2); coordenação eficaz (2.3); e mandatos legais (2.4).

<sup>3</sup> No que respeita aos ensinamentos técnicos, ver Baball (2002) sobre a dívida do sector privado, Scheun and Bhinda (no prelo) sobre a monitorização da BP e os muitos recursos técnicos disponíveis no endereço [www.fpc-cbp.org](http://www.fpc-cbp.org). No que respeita aos ensinamentos analíticos ver Martin and Rose-Innes (2004), e Rose-Innes, Martin, Rogers et al (no prelo).

<sup>4</sup> Os nomes e as estruturas institucionais variam pelos países; por isso esta publicação utiliza títulos genéricos.

## **2.2. RESPONSABILIDADES E INTERESSES INSTITUCIONAIS**

Um dos problemas na implementação de códigos e padrões internacionais para dados da BP foi que as agências de estatísticas e/ou os bancos centrais nos países em desenvolvimento não têm recursos ou mandatos suficientes, o que resulta na incapacidade para recolher dados ou em taxas de resposta baixas. O PFC CPE constatou que a via mais eficaz é envolver várias agências do sector público e privado.

### **2.2.1. Gabinetes de Estatísticas**

Em todos os países pressupõe-se que as agências de estatísticas são os principais depositários de dados e compiladores de dados das Contas Nacionais e da BP. Também são as principais contrapartes de iniciativas estatísticas internacionais tais como o Sistema Geral de Divulgação de Dados (GDDS) do FMI, que estabelece e monitoriza os códigos e padrões internacionais para a recolha de dados. Normalmente detêm os poderes legais mais fortes para recolher dados junto de qualquer grupo no país, através de uma Lei Estatística. Além disso, têm normalmente o nível mais alto de conhecimentos entre as agências do governo para definir quem monitorizar (registos e amostras de investidores), como conduzir a monitorização (especialmente através de métodos de inquérito e trabalho no terreno) e para verificar a qualidade dos dados, e uma rede considerável de gabinetes regionais para assistirem na recolha de dados. Contudo, devido a constrangimentos financeiros e nos quadros de pessoal e como os bancos centrais têm um interesse institucional claro em analisar esses dados, atribuíram na maior parte dos países aos bancos centrais o mandato para conduzir a recolha de dados da BP. Mesmo nos casos em que não o fizeram, os países constataram que se servem melhor os interesses dos gabinetes de estatísticas cooperando com outras agências através de órgãos de coordenação, focando a sua actividade nas áreas em que têm os maiores conhecimentos e na divulgação de estatísticas globais. Se o Gabinete de Estatísticas conduzir a recolha de dados, o Técnico Estatístico fornece liderança política e um Departamento de Contas Nacionais ou o Departamento de Inquéritos Económicos aloja a Unidade de CPE que coordena o trabalho técnico.

### **2.2.2. Bancos Centrais**

Os bancos centrais usam dados de capitais privados estrangeiros no seu papel de assessores de políticas e agências de implementação da BP e na gestão das reservas. Foi atribuído a muitos o mandato de gabinetes de estatísticas para a compilação de dados da BP porque têm níveis mais altos de recursos humanos e financeiros, sendo também por isso a contraparte na BP de iniciativas internacionais de códigos e padrões. Parecem muitas vezes estar na posição ideal para conduzir as acções de recolha de dados.

Também é vital assegurar que todos os departamentos relevantes do Banco Central participam. Estes podem incluir os Departamentos de Pesquisa e/ou Estatística (compilação, análise, metodologia, qualidade dos dados), que irão muitas vezes coordenar a monitorização e a análise; o Departamento da Dívida (se aprovar ou monitorizar a dívida externa do sector privado (DESP)); o Departamento de Divisas (relações com/prestação de contas a agências de câmbio e bancos comerciais); Supervisão (para ligações com bancos comerciais e instituições financeiras não-bancárias); e Relações Públicas (para campanhas de consciencialização e divulgação de

resultados). Estes precisam de ser coordenados a nível de Governador para assegurar o compromisso político e a liderança e que os dados influenciam os resultados da pesquisa e das políticas.

Contudo, muitas Leis do Banco Central justificam a recolha de dados apenas junto do sector financeiro e tiveram de ser revistas durante este programa para alargar o âmbito do seu mandato à recolha de dados. Muitas vezes também não têm recursos humanos e financeiros suficientes ou experiência de organizar trabalho no terreno nas diferentes regiões do país. Como consequência, muitos bancos centrais têm-se esforçado para recolher dados. Por isso, beneficiam frequentemente de uma estreita coordenação com outras agências (estatísticas, promoção do investimento) com gabinetes a nível do país e maior experiência de trabalho no terreno de inquéritos.

### **2.2.3. Agência de Promoção do Investimento**

Alguns países de baixa renda têm agências independentes de promoção do investimento, que em geral estão legalmente empoderadas para recolher dados de investidores em troca da concessão de licenças de investimento. Noutros casos, os países não têm recursos suficientes para manter API, tendo portanto em vez disso estabelecido uma pequena unidade equivalente dentro de um ministério (ex: Ministério do Comércio, da Indústria ou do Desenvolvimento). Essas unidades têm inestimável acesso ao sector privado, o que pode ajudar a promover a sua consciencialização e o seu contributo para a metodologia, o âmbito da lista de investidores, respostas a inquéritos, divulgação de resultados, contraverificação de dados com aprovações de API e análise de resultados para efeitos de promoção.

A maior parte dessas unidades ou agências tenta empreender inquéritos a investidores, normalmente sobre obstáculos ao investimento e de vez em quando sobre o seu investimento e endividamento efectivos. Contudo, muitas têm sido indevidamente incentivadas a reduzir as suas funções de pesquisa e análise nos últimos anos a fim de se concentrarem na facilitação e promoção - embora a pesquisa e a análise sejam essenciais a uma promoção e facilitação de êxito. As unidades dentro dos ministérios têm ainda menos recursos. Como consequência, os inquéritos são muitas vezes infrequentes ou executados por doadores ou organizações internacionais que usam as API ou os órgãos académicos como “caixas postais”, a resposta é frequentemente fraca e a cobertura de investidores poderá ser limitada a grupos específicos, por exemplo a empresas transnacionais. Além disso, devido à má coordenação com gabinetes de estatísticas e bancos centrais, os dados não observam necessariamente as definições do 5º Manual da Balança de Pagamentos (BPM5) ou a periodicidade e oportunidade do GDDS.

Portanto as API estão normalmente ansiosas por cooperar com outras agências do governo e do sector privado, especialmente se puderem recolher dados sobre as percepções dos investidores assim como sobre montantes efectivos de investimentos. Tal como no caso dos bancos centrais, é importante haver diversos departamentos representados (ex: Pesquisa, Promoção, Facilitação do Investimento), coordenados pelo DG.

### **2.2.4. Ministério das Finanças**

Em alguns países, o Ministério das Finanças através da sua unidade de gestão da dívida pode ser

encarregado de aprovar ou monitorizar a DESP e empreender a análise global da sustentabilidade da dívida, incluindo a da dívida do sector privado. Em alguns casos (especialmente a Zona Franco CFA) também preside ao comité nacional de estatística BP que recolhe dados sobre todo o investimento estrangeiro. Contudo, salvo se tiver poderes de aprovação, normalmente não tem qualquer mandato para recolher dados, sendo portanto essencial que coopere com agências num Grupo de Trabalho Nacional (GTN), que será frequentemente presidido pelo Ministro, Secretário Permanente ou Secretário-Geral.

### **2.2.5. Outras Agências do Governo**

Outras agências recolhem ou usam dados relacionados do sector privado. Por isso, podem aderir a um acordo mutuamente vantajoso com o GTN, coordenando ou fusionando inquéritos, partilhando dados e análise e divulgando resultados. Estas incluem ministérios do Comércio e Indústria, ministérios do Desenvolvimento Económico e do Plano, ministérios sectoriais (por exemplo para sectores de investimento chave tais como o sector mineiro ou do turismo) e órgãos reguladores (por exemplo para o sector financeiro), o Cadastro Geral das Empresas (que deverá registar todas as empresas, mas que muitas vezes tem muito poucos recursos com informações incompletas em países de baixa renda - ver 5.2.1) e ocasionalmente um ministério para o Desenvolvimento do Sector Privado.

Por outro lado, é muito importante não envolver Receitas Internas, Serviços Fiscais ou Alfandegários, para acalmar preocupações fortes e generalizadas do sector privado sobre se os dados poderão ser partilhados ou contraverificados face aos das autoridades fiscais/finanças e resultar em novas exigências de impostos, que podem comprometer a taxa e a exactidão das respostas.

### **2.2.6. Bolsas de Valores**

A maioria dos países de baixa renda tem agora bolsas de valores nacionais ou regionais. Nos países em que estas estão abertas a investidores estrangeiros, podem fornecer dados e por vezes análise a GTN sobre o valor de mercado da equidade do portfolio e dívida para (apesar de um número limitado de) empresas cotadas em bolsa e sobre as actividades dos corretores.

### **2.2.7. Organizações do Sector Privado**

Como principal fornecedor de dados e parceiro nas estratégias nacionais de desenvolvimento é primordial incluir o sector privado em GTN. Muitos países têm organismos-chapéu gerais, tais como Câmaras de Comércio, que podem representar o sector privado, mas em alguns países a representação está dividida entre múltiplas associações do sector privado (representando sectores, regiões ou grupos étnicos) que poderão ter de ser incluídas. Muitas câmaras e associações também empreendem inquéritos aos seus membros sobre as percepções ou tendências do investimento e é importante minimizar a duplicação e maximizar a cooperação público-privada tentando empreender inquéritos conjuntos. Isto também para assegurar que a sua metodologia das tendências observa as necessidades da BP e que os seus inquéritos sobre as percepções não são concebidos para impulsionar os interesses de sectores individuais ou grupos de investidores e são compreendidos de forma estatisticamente representativa e profissional. Contribuíram muito

para a promoção de respostas e divulgação de resultados aos seus membros, melhoria do registo de investidores e concepção de amostras e para assegurar que a análise e as políticas respondem às preocupações dos seus membros.

### 2.2.8. Organizações Académicas e de Pesquisa

Alguns GTN procuram contributos dos órgãos académicos e de pesquisa para a análise. Além disso, poderão ter de coordenar com eles, quando são incumbidos por organizações internacionais de empreender inquéritos potencialmente duplicativos.

## 2.3. COORDENAÇÃO

### 2.3.1. Estruturas de Coordenação Global

Quaisquer que forem as instituições envolvidas na monitorização e análise, é vital ter uma instituição principal clara. Estas podem variar e, embora na maior parte dos países o Banco Central e o Gabinete de Estatísticas sejam a instituição principal, existem também exemplos de lideranças de êxito nos ministérios das Finanças, do Plano ou do Desenvolvimento Económico.

Também é essencial ter uma estrutura de coordenação clara. Esta é diversamente conhecida por GTN, Comité BP ou grupo de trabalho. Não precisa de incluir todas as agências com interesse na recolha ou no uso dos dados: tem operado muito melhor quando há apenas 2-5 agências centrais envolvidas (por exemplo, Banco Central, Gabinete de Estatísticas, API, Bolsa de Valores e uma câmara do sector privado). Precisa de ter um mandato para envolver outras organizações quando for necessário em pontos específicos tais como consciencialização, amostra, metodologia, taxa de resposta, dados, análise ou divulgação.

As estruturas de coordenação têm funcionado com grande eficácia com um compromisso e uma liderança política firmes (reflectidos em planos de trabalho institucionais, numa divisão clara de responsabilidades baseada em mandatos e pontos fortes, numa prestação de contas transparente e numa advocacia de políticas) e uma coordenação técnica estreita baseada em mandatos institucionais mais amplos. Normalmente precisam de:

- Um **Presidente**, normalmente um Director-Geral ou Director da agência condutora, que zela pelo exercício e mantém os decisores, doadores e parceiros de cooperação técnica informados.
- **Coordenadores** a nível de director, que substituem o Presidente, são provenientes do mesmo departamento, se o trabalho for centralizado numa agência, ou de outras agências.
- Um **Secretariado**, para organizar um fluxo eficiente de informações e recursos, que normalmente é localizado com grande eficácia no mesmo departamento que o Presidente e numa unidade tecnicamente bem informada, para promover uma resposta rápida a decisões e organizar formação, armazenamento de dados, manutenção do registo de investidores, e análise.
- **Supervisores** para zelarem pela realização do trabalho técnico em consulta com o Secretariado, incluindo o estudo do trabalho no terreno, aprovação da qualidade dos dados, produção de resultados para análise, etc. Podem ser economistas ou técnicos estatísticos principais ou seniores.
- **Recenseadores** para a realização do trabalho no terreno, a verificação preliminar da qualidade dados e por vezes a introdução de dados, que poderão ser a nível de assistente do economista ou

técnico estatístico sénior, funcionários ad hoc no terreno de um gabinete de estatísticas, ou ocasionalmente estudantes contratados.

- **Equipas** para fornecerem conhecimento para tarefas específicas tais como:
  - Concepção de software ou adaptação da versão genérica do PFC (chefiada por Directores TI)
  - Introdução de dados por quadros, recenseadores ou secretários (chefiada por um Supervisor)
  - Análise e redacção de relatórios (normalmente chefiada por Directores de Pesquisa).

A Figura 1 resume os acordos funcionais de um GTN e do Secretariado de um GTN.

A Figura 2 resume a estrutura da instituição principal e de um GTN.

FIGURA 1 DISTRIBUIÇÃO INDICATIVA DAS FUNÇÕES DO GTN E DO SECRETARIADO

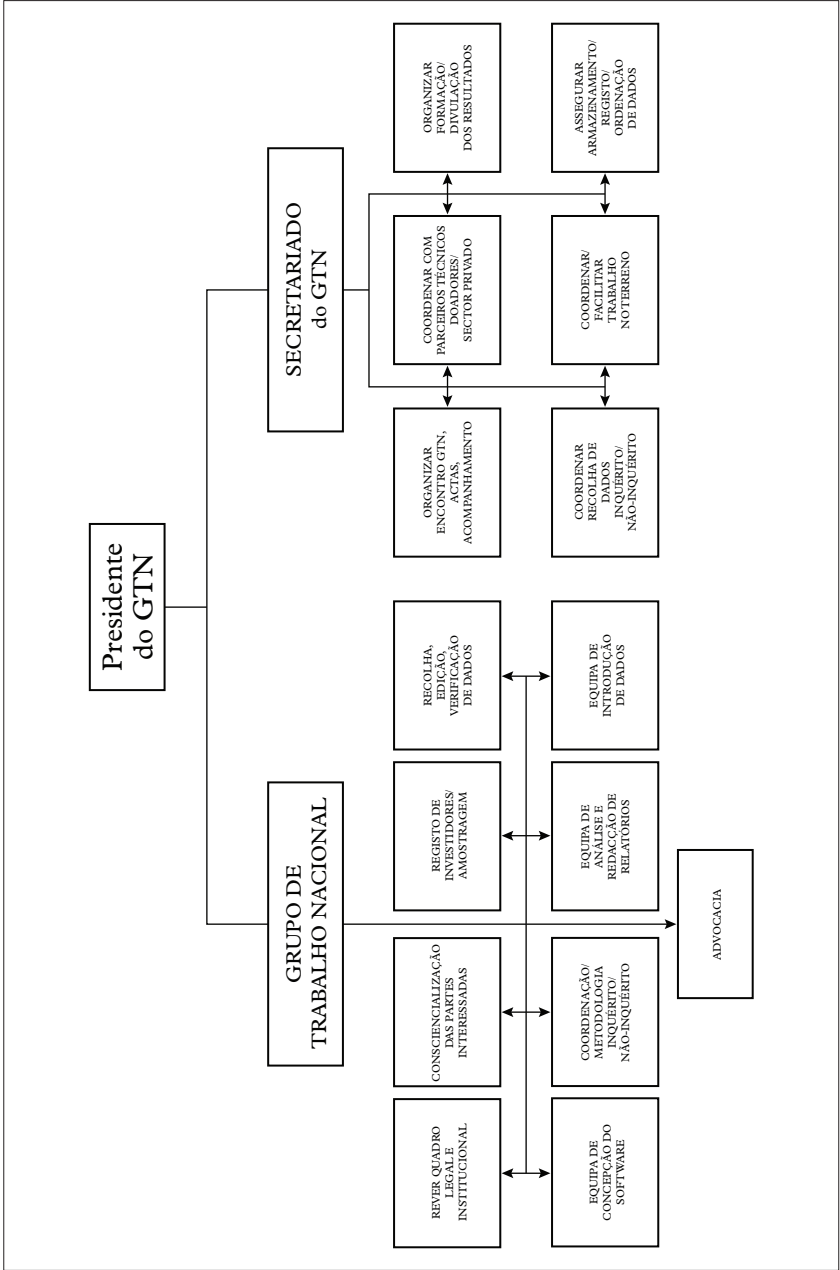
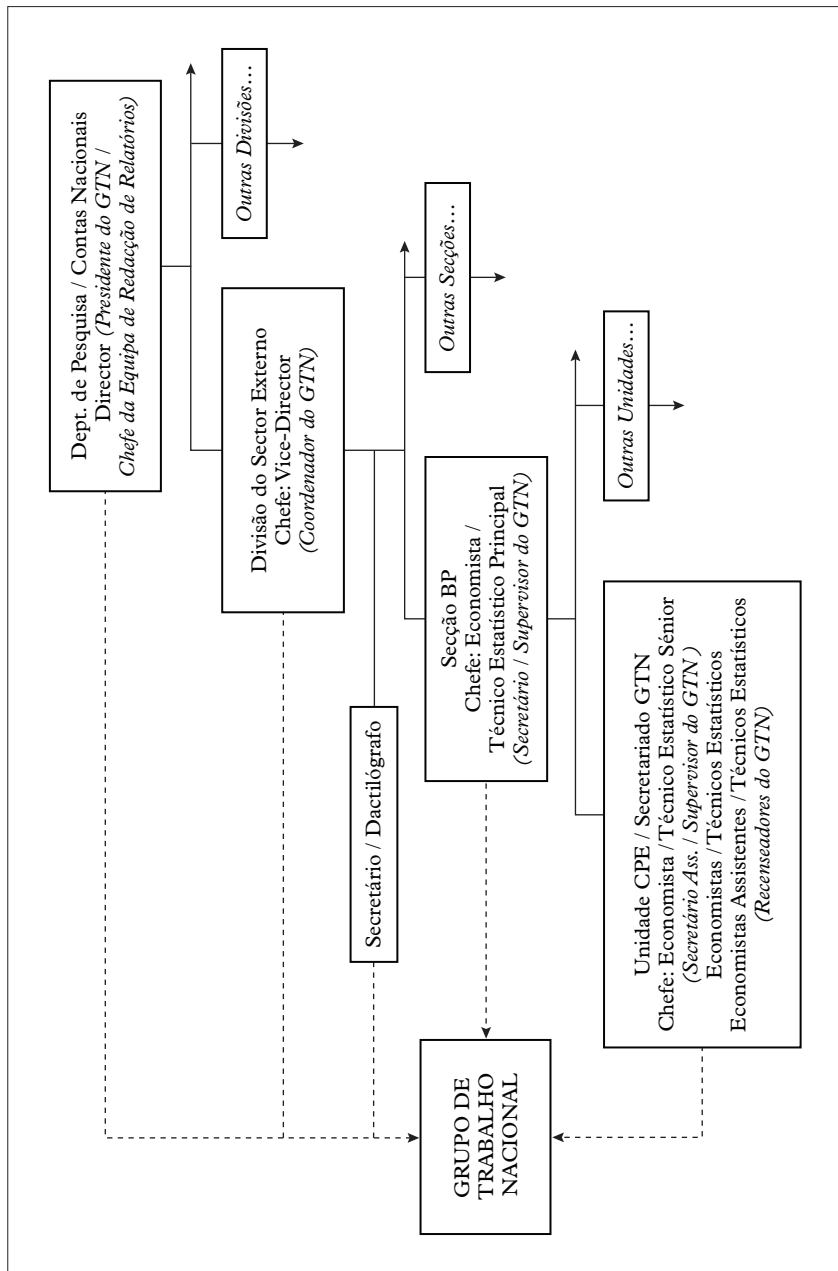




FIGURA 2 ELOS ENTRE O DEPARTAMENTO PRINCIPAL E O GTN



São necessários vários outros tipos de coordenação:

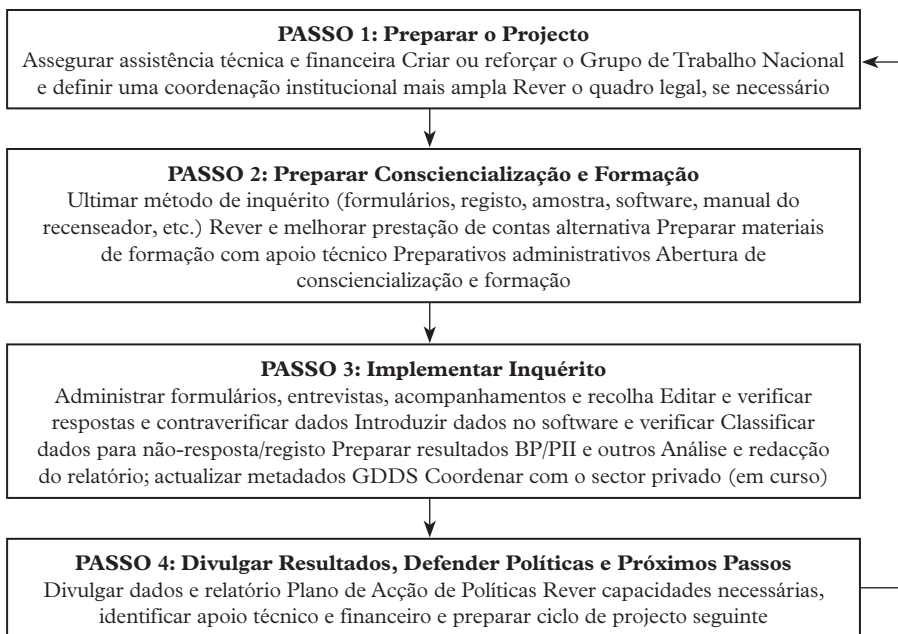
- Coordenação interna dentro das agências para assegurar que os directores-gerais e outros departamentos são mantidos bem informados dos progressos. Isto foi bastante reforçado através da inclusão do exercício como um item da agenda em reuniões interdepartamentais (tais como reuniões do Conselho num banco central ou ministério), em vez de criar uma nova camada de burocracia. Isto é especialmente verdadeiro quando o interesse nos resultados é transversal a muitos departamentos.
- Coordenação com doadores (se um país pedir fundos aos doadores) e organizações internacionais (para fornecer informações, pedir apoio técnico e evitar inquéritos duplicativos).
- Coordenação com iniciativas mais amplas do sector governamental-privado (para assegurar a consciencialização máxima da monitorização e da análise).
- Coordenação com outros GTN dos países (para partilhar melhores práticas).

### 2.3.2. Coordenação durante um Ciclo do Projecto

Como funciona a coordenação na prática? O PFC CPE ajuda os países a observar a melhor prática internacional para empreender inquéritos por referência de 5 em 5 anos e inquéritos por amostragem anualmente (passando por fim a ser semestral ou trimestralmente). O ciclo de um projecto poderá levar 12-15 meses para um inquérito por referência, 9-12 meses para um inquérito anual por amostragem e 3 meses para um inquérito trimestral.

A Figura 3 apresenta um ciclo de projecto típico.

**Figura 3 Ciclo de um Projecto**



As tarefas durante um ciclo incluiriam tipicamente:

- **A revisão de acordos legais e institucionais:** constrangimentos orçamentais e a procura de recursos extra, alteração na composição do GTN (quadros técnicos e políticos chave ou reestruturação institucional), nova legislação, liberalização ou códigos e padrões internacionais revistos e seus efeitos na metodologia e formação. Todas estas avaliações precisam de ser empreendidas em conjunto por todas as instituições para assegurar que são abrangentes e realistas.
- **A actualização do registo de investidores e a definição da amostra:** podem ser coordenadas pelo Banco Central, Gabinete de Estatísticas ou API, mas requerem contributos de todos os membros da estrutura de coordenação. A técnica de amostragem poderá ser conduzida pelo Gabinete de Estatísticas, mas precisa do acordo de outras agências quanto aos filtros a usar.
- **A concepção de uma metodologia inquérito e não-inquérito:** todas as instituições precisam de consultar face à metodologia para harmonizar e reduzir os números de inquéritos relacionados, incluindo não-membros do GTN, verificar a observância de códigos e padrões internacionais, assegurar que as necessidades de dados de todos os membros são satisfeitas e verificar a facilidade de uso junto dos representantes do sector privado.
- **A sensibilização dos sectores privado e público:** assegurar que as agências de promoção do investimento e os representantes do sector privado maximizam as suas funções.
- **A formação de recenseadores e membros de equipa:** quadros relevantes de todas as agências maximizam a participação como pessoas-recurso e formandos.
- **A condução de inquéritos:** divisão da amostra de empresas entre as agências participantes e os recenseadores para seleccionar um grupo de inquiridos (ex: API sobre os seus clientes; bolsa de valores sobre empresas cotadas em bolsa e gestores de fundos; banco central sobre o sector financeiro) e monitorização dos progressos do inquérito de forma coordenada.
- **A recolha de dados não-inquérito:** virtualmente todos os membros de um grupo de trabalho podem fornecer esses dados para a contraverificação de inquéritos (divisas, supervisão bancária, bolsa de valores, etc.).
- **A verificação da qualidade dos dados:** os quadros técnicos de todas as instituições participantes precisam de ser formados para efectuarem verificações da qualidade dos dados preliminares no terreno.
- **A concepção, o teste e a formação em software:** embora normalmente uma instituição introduza dados no software, o ideal seria se múltiplas instituições se encontrassem numa posição para produzir relatórios de resultados e análise.
- **A produção de dados preliminares e a classificação dos mesmos usando a apreciação dos gabinetes:** embora a unidade da introdução de dados normalmente conduza a apreciação dos gabinetes, terá de consultar outras agências e ministérios para assessoria em sectores específicos.
- **A elaboração de relatórios analíticos:** está tipicamente dividida entre várias agências, dirigindo o banco central a BP, as agências de promoção do investimento e as câmaras do sector privado as percepções, etc.
- **A divulgação de resultados:** a coordenação é vital, visto que todas as agências deverão divulgar a nível nacional, regional e internacional aos seus clientes através de publicações e websites, através de redes com outros países, a organizações internacionais contrapartes

(ex: BP/Códigos ao FMI, IDE à CNUCED, etc.) e seus doadores financiadores.

- **A avaliação das capacidades e a preparação do ciclo seguinte:** todos os membros do Grupo de Trabalho precisam de actualizar a sua auto-avaliação conjunta das capacidades e decidir sobre as futuras necessidades de ajuda e financiamento e contribuições de quadros de pessoal, financeiras, institucionais.

Queira ver o website do PFC CPE para mais pormenores sobre o ciclo de projectos.

## 2.4. MANDATOS LEGAIS E CONFIDENCIALIDADE

### 2.4.1. Mandatos Institucionais

Os membros principais de qualquer grupo de trabalho nacional precisam de ter um mandato legal claro e credível para compilar os dados necessários junto dos grupos-alvo e tranquilizá-los que os dados serão tratados com a mais estrita confidência. Isto tem de ser apoiado por penalidades financeiras realistas ou de outra natureza em caso de não-resposta por parte do sector privado ou quebra de confidencialidade por parte dos funcionários das instituições que recolhem dados (e por juramentos de secretismo assinados por todos aqueles envolvidos na recolha e análise de dados).

A maioria dos países usa a Lei Estatística, a Lei do Banco Central, uma Lei Cambial e/ou um Lei da Promoção do Investimento para definir mandatos e penalidades: é conveniente que todas as leis relevantes contenham cláusulas de informações para reforçar os mandatos combinados das instituições. As penalidades legais são frequentemente muito obsoletas e insignificantes, dada a inflação e a desvalorização da moeda local, carecendo portanto de credibilidade. Uma prioridade para muitos países tem sido rever a legislação para fortalecer os mandatos ou aumentar as penalidades, mas o parlamento pode levar anos a aprovar novas leis.

#### **Box 1 Melhor Prática em Mandatos Legais**

O Banco da Guiana, que reviu a sua Lei em 1998 para apoiar a introdução de um novo sistema de inquéritos conforme BPM5, prevê uma melhor prática para mandatos legais e confidencialidade:

A Secção 34 da Lei prevê o mandato legal:

- (1) O Banco será responsável pela preparação das contas BP e da posição dos activos e passivos externos do país
- (2) Para além de qualquer outro poder que possa exercer ao abrigo desta Lei ou de qualquer outra lei, o Banco poderá, de vez em quando, através de notificação por escrito, exigir a qualquer pessoa e instituição financeira informações sobre transacções estrangeiras que possa requerer para o desempenho das suas funções e responsabilidades ao abrigo desta Lei, podendo o Banco requerer que essa pessoa apresente ao Banco, nessas alturas e da maneira ou forma em que o Banco possa especificar, os relatórios das operações estrangeiras dessa pessoa conforme possa ser necessário e essa pessoa deverá cumprir essa exigência dentro do período especificado na notificação

- (3) Qualquer pessoa a quem forem exigidas informações na sub-secção (2) que –
- a. não cumpra ou deixe de prestar informações no período especificado;
  - b. preste informações que saiba ou tenha razão para crer que sejam falsas em qualquer pormenor substancial; ou
  - c. de forma intencional ou imprudente oculte qualquer informação substancial, será culpada de uma infracção e sujeita após julgamento sumário a uma multa não superior a mais de cento e setenta e cinco dólares por cada dia que a infracção continuar.

A Secção 17 prevê uma excelente garantia de confidencialidade

- (1) Qualquer informação obtida pelo Banco ao abrigo desta Lei será confidencial e será usada pelo Banco unicamente para o desempenho das suas funções ao abrigo desta Lei.
- (2) Excepto para efeito do desempenho das suas obrigações ou do exercício das suas funções ou quando lícitamente requerido por um tribunal ou ao abrigo das cláusulas de uma lei, um director, funcionário, ou outro empregado ou agente do Banco, não revelará a ninguém qualquer informação que tiver adquirido no desempenho das suas obrigações ou no exercício das suas funções.
- (3) Qualquer pessoa que transgredir a sub-secção (1) ou (2) será sujeita após julgamento sumário a uma multa de cinquenta mil dólares e a uma pena de prisão de seis meses.

O Banco da Guiana requer que os quadros assinem uma Declaração de Preservação do Secretismo.

Sanções e penalidades legais e garantias de confidencialidade são essenciais ao aumento da resposta do sector privado e devem ficar claras em cartas enviadas ao sector privado e em todos os eventos de consciencialização. Contudo, são raramente, se de todo, usadas: apenas se citou um exemplo em mais de 50 países, onde as penalidades foram invocadas como último recurso para a recusa pública a responder por parte de um investidor muito grande. Do mesmo modo, é muito raramente necessário aplicar sanções a funcionários públicos, visto que a confidencialidade é quase sempre mantida. Pelo contrário, os países têm reconhecido que a forma mais eficaz de obter uma taxa de resposta alta e dados exactos é através de persuasão moral e novas garantias de confidencialidade.

#### **2.4.2. Mandatos Legais para Coordenação**

Qualquer estrutura de coordenação também pode obter um reforço legal do seu mandato para demarcar as responsabilidades entre os seus membros e assegurar a sua sustentabilidade. Mais frequentemente, os países acordam cartas que dividem o trabalho (assinadas a nível técnico), ou memorandos de entendimento interinstitucionais (assinados a nível de director-geral). Estes últimos são de preferir, embora possam levar tempo a implementar enquanto os advogados verificam os documentos porque asseguram que os directores-gerais estão totalmente comprometidos face à sustentabilidade e prestação de contas das responsabilidades das suas

agências: para reduzir os atrasos, podem-se anexar termos de referência mais pormenorizados que descrevam as tarefas e as responsabilidades, a coordenação e a troca de informações. O ideal seria se estes fossem plurianuais para facilitar a planificação e aumentar a sustentabilidade.

A Bolívia proporciona uma melhor prática, em que o Ministério do Desenvolvimento Económico, o Instituto Nacional de Estatística, o Banco Central e a Confederação de Empresários Privados têm um acordo quadrienal abrangente *Acordo para Inquéritos sobre o IDE na Bolívia*, que cobre: os objectivos e o papel de cada agência, o quadro legal, contribuições orçamentais e financeiras, coordenação e continuidade técnica, funções da Unidade de Coordenação e do Grupo Técnico, e cláusulas para modificar o acordo. Foi assinado pelos chefes de cada agência.

### 3. RECURSOS HUMANOS

#### 3.1. RESUMO

Cada uma das tarefas enumeradas na secção 2.4 tem implicações para os recursos humanos – tempo e competência dos quadros – e portanto para a programação do trabalho institucional, recrutamento e formação dos quadros. Exigem conhecimentos profundos por parte de quadros de alto calibre, continuidade no emprego, cobertura para ausência e mecanismos para a transferência de conhecimentos a novos empregados.

Este capítulo descreve como os países estão a construir sistemas sustentáveis para quadros e recrutamento (Secção 3.2), qualificações, experiência, formação, motivação, compensação e avaliação (Secção 3.3).

#### 3.2. QUADROS E RECRUTAMENTO

A função mais importante para garantir a alta qualidade da monitorização e análise dos capitais privados estrangeiros é a gestão e a liderança a nível sénior durante todas as diferentes fases do exercício. Isto inclui a coordenação da recolha de dados inquérito e não-inquérito e o controlo da qualidade dos dados e da análise. Na maior parte das fases, são necessárias reuniões de coordenação mensais (ou semanais durante o trabalho no terreno).

##### 3.2.1. Competência Técnica e Ciclo de Projectos

É necessária muita competência a nível técnico, incluindo: recenseadores para o trabalho no terreno, programadores para a concepção do software, quadros para a introdução e verificação de dados e economistas e técnicos estatísticos.

##### *Recenseadores para o trabalho no terreno*

O trabalho no terreno é extremamente intensivo de trabalho. Inclui formas de entrega, formação e prestação de assistência aos inquiridos no preenchimento do formulário, acompanhamento das respostas, edição e verificação de dados in loco, e recolha e envio de respostas. As experiências têm mostrado que cada recenseador precisa de conceder cerca de 1 dia de trabalho por empresa para atrasos devido a falhas no quadro de amostragem (tais como empresas não-localizáveis,

fechadas, inexistentes, não relevantes ou recentemente identificadas). Com o tempo, isto tem sido reduzido a um máximo de 0.5 dia à medida que a respostas automáticas melhoram. O número de empresas por recenseador depende do tempo concedido para o exercício e o orçamento para o levantamento. Cada grupo de 5 recenseadores deverá ser dirigido por um supervisor, conduzindo verificações básicas dos progressos e da qualidade dos dados. A prática otimizada de gabinetes de estatísticas tem mostrado que cada grupo de 5 supervisores deverá ser dirigido por um supervisor, que define prioridades e relatórios dos progressos ao GTN. Idealmente os quadros permanentes conduzem o trabalho no terreno para reter a capacidade dentro das instituições GTN, sendo por vezes necessário completá-los com estudantes temporários.

#### *Programadores para a concepção do software*

Os países ou usam as suas plataformas de software preferidas (ex: Oracle ou Excel) ou passam para o software do PFC baseado em MS-Access (escolhido por ser muito conhecido e de fácil apoio). Para evitar atrasos devido a problemas com a concepção do software, é necessário que uma Equipa TI tenha um envolvimento estreito no GTN para reflectir eventuais alterações em formulários dos dados no software e detectar e resolver problemas durante as fases de entrada e saída de dados.

#### *Quadros para a introdução e verificação de dados no software*

Estes podem ser recenseadores, secretários, ou de preferência empregados de escritório ad hoc. O trabalho pode ser espalhado por um período mais longo, simultaneamente com recolha de dados e com intervalos regulares para reduzir a necessidade de quadros e os riscos de erro.

#### *Economistas e técnicos estatísticos*

Economistas e técnicos estatísticos são necessários para conceber o registo e a amostra de investidores, verificar e editar dados, apreciações de gabinete e classificações. Os recenseadores efectuem verificações de dados preliminares nas respostas ao inquérito no terreno, mas os supervisores normalmente têm de voltar a verificar os formulários antes da sua aprovação para introdução no software. Também precisam de contraverificar muitos formulários face a balanços financeiros das empresas. Além disso, os economistas e outros quadros seniores são necessários para análise e redacção de relatórios. Uma equipa normalmente dirigida pelo Director de Pesquisa no Banco Central, com um representante a nível de director de cada uma das principais instituições públicas e privadas, dedica blocos de tempo concentrados a preparar análises, com o apoio intensivo dos quadros técnicos.

### **3.2.2. Práticas de Trabalho Eficientes**

Um meio chave de poupar tempo em todas as fases do processo é conduzir tarefas simultaneamente e não sequencialmente. Exemplos disso são: recenseadores que editam e verificam respostas enquanto continuam a recolher outras, supervisores que verificam e aprovam respostas ao mesmo tempo que continuam a supervisionar o levantamento e quadros responsáveis pela introdução de dados que introduzem dados antes de todos os formulários terem sido recebidos.

Outro é aplicar as técnicas mais complexas de forma selectiva: por exemplo classificação para empresas individuais só para as maiores, e verificação de perguntas individuais só para as conhecidas por colocar problemas a inquiridos devido a complexidade ou omissão.

Os membros dos quadros mais competentes em cada área também precisam de formar os seus colegas. O PFC constatou que tem sido possível transferir rapidamente a responsabilidade pela formação para os quadros nacionais, substituindo as funções de ajuda externa (que podem em vez disso focar no controlo de qualidade e na introdução de novas metodologias). Contudo, o GTN tem de estabelecer e manter um grupo de especialistas das instituições participantes, responsável pela formação durante os eventos de consciencialização e formação no início de um exercício, formação de aperfeiçoamento de funcionários que vão trabalhar no terreno pela primeira vez, formação em qualidade de dados durante o trabalho no terreno, formação relacionada com o software para especialistas de TI, funcionários e verificadores da introdução de dados e formação analítica na fase de redacção do relatório (conduzida pelo Banco Central e envolvendo outras agências). Em geral, cada instituição tende a especializar-se na sua área básica: o banco central em aspectos da BP, o gabinete de estatísticas no trabalho no terreno e a API nas percepções dos investidores.

### 3.2.3. Número de Quadros

Esta não é uma regra para decidir o número de quadros técnicos, porém, antes do lançamento de cada ciclo, o Grupo de Trabalho Nacional precisa de considerar:

- **A frequência da recolha de dados:** uma recolha anual será muito menos onerosa que uma trimestral e a maior parte dos GTN já começou com dados anuais porque não tem recursos suficientes para uma recolha trimestral.
- **Os pormenores da recolha de dados:** quanto maior for o nível dos pormenores recolhidos, maiores as exigências. Por exemplo, os dados da dívida do sector privado empréstimo-por-empréstimo irão requerer mais trabalho no terreno, processamento e análise dos dados.
- **O tamanho da amostra e a distribuição geográfica:** inquéritos iniciais por referência requerem registos de inquéritos abrangentes, aumentando o tempo dos quadros para gestão, trabalho no terreno, edição, introdução e verificação dos dados. Após 2-3 ciclos, os países usam os seus conhecimentos das empresas para definir amostras mais pequenas e simplificar as necessidades de quadros (ex: África do Sul, Namíbia). Uma distribuição geográfica mais ampla também requer mais quadros para viagens dentro dos países: é preferível envolver gabinetes regionais de membros do GTN, permitindo às sedes focar nos principais centros de investimento e no trabalho de controlo de qualidade nas regiões.
- **A taxa de resposta e a qualidade de dados necessária:** efectuar visitas às empresas para obter respostas e verificar os dados ou colmatar lacunas é altamente intensivo de trabalho (dependendo da cooperação do sector privado) e leva a uma redução das respostas. Os países precisam de decidir de antemão quanto a uma taxa de resposta realista que deverão visar (que garanta a cobertura de todos os principais sectores, empresas e itens de dados), após a qual a apreciação dos gabinetes seja mais eficaz em termos de tempo. Com o decorrer do tempo, as taxas de resposta deverão aumentar e as exigências ao tempo dos quadros diminuir.
- **Os constrangimentos de recursos:** cada instituição enfrenta constrangimentos de



financiamento e de quadros, precisa de tomar em conta necessidades competitivas de alta prioridade e tem de pensar na sustentabilidade a longo prazo. Por isso, tem frequentemente de aumentar ou reduzir a distribuição dos quadros gradualmente ou usar quadros a tempo parcial ou temporariamente para assegurar a sustentabilidade.

O PFC CPE tem ajudado as instituições nacionais a analisar todos estes aspectos, tomando em conta as necessidades de tempo dos quadros em exercícios anteriores, e o potencial para poupanças de eficiência, os gestores têm de decidir quanto ao número de quadros e aos períodos durante os quais estes estarão comprometidos a tempo inteiro face ao exercício. É particularmente vital assegurar que as unidades condutoras têm o número adequado de quadros para a coordenação.

### **3.3. CONTRATAÇÃO E RETENÇÃO DE QUADROS**

Atrair, desenvolver e reter quadros de qualidade coloca um dos maiores desafios. O PFC CPE também tem ajudado as instituições a usar as suas práticas de contratação estabelecidas com o máximo de eficiência – por exemplo, planear futuras contratações no seu próximo orçamento anual, formular descrições de atribuições abrangentes, contratar competitivamente a nível externo e interno e ter procedimentos transparentes para seleccionar candidatos com base em competência e experiência e para entrevistar candidatos usando testes técnicos e simulação de situações que irão provavelmente ocorrer em cada cargo. A melhor maneira de conduzir todos estes procedimentos técnicos é através do departamento técnico da agência com melhores informações, com transparência e eficiência garantidas pelo departamento de recursos humanos.

A retenção dos quadros existentes é igualmente importante e pode ser muito problemática se as agências tiverem poucos recursos ou se dentro das instituições se colocar pouca ênfase nas tarefas de monitorização e análise dos CPE. Muitos países assistem a uma rotação rápida dos quadros, devido a carreiras mais bem pagas no sector privado ou em organizações internacionais. Mesmo dentro de instituições que conseguem reter os quadros, poderá haver necessidade de planear licenças para estudos ou mobilidade dentro da agência. A continuidade dos quadros a nível de director e a níveis técnicos é crucial, especialmente para as agências condutoras.

Quatro aspectos da contratação e retenção de quadros merecem mais análise: descrições de atribuições; qualificações e experiência; formação e assistência técnica; e motivação, desenvolvimento e ambiente de trabalho dos quadros.

#### **3.3.1. Descrições de Atribuições**

Todas as tarefas envolvidas na monitorização e análise, conforme definidas em acordos interinstitucionais que apoiam o GTN, precisam de ser integradas em planos de trabalho institucionais e descrições de atribuições individuais para quadros existentes ou recentemente contratados. Estes têm de reflectir a natureza da tarefa atribuída (a tempo inteiro ou parcial) e picos e cavas necessários nas fases de um ciclo, para evitar choques com outras tarefas institucionais principais. Deverão especificar as funções do cargo no GTN (e suas equipas subsidiárias tais como redacção de relatório, software, etc.) assim como dentro da instituição, reportando relações (dentro da instituição principal e compromissos aos quadros de outras

instituições participantes), objectivos do cargo, deveres e responsabilidades específicos e experiência e qualificações necessárias.

Os deveres e as responsabilidades especificados espelhariam as fases no ciclo do projecto e descreveriam a coordenação com quadros a desempenhar outras funções, especialmente para cargos de nível júnior. As descrições do nível médio a sénior serão mais flexíveis para reflectirem o equilíbrio entre as funções analíticas e de gestão e a divisão de trabalho com quadros de outras agências.

### 3.3.2. Qualificações e Experiência

As instituições têm frequentemente níveis indicativos de qualificações e experiência para contratar ou promover quadros. Por exemplo, o Banco da Namíbia recomenda padrões mínimos que são ilustrados na Tabela 1.

**Table 1 BANCO DA NAMÍBIA – QUALIFICAÇÕES E EXPERIÊNCIA**

<b>Departamento de Pesquisa / Contas Nacionais</b>	<b>Qualificações e experiência</b>
Director	Pós-graduação (de preferência Doutoramento) em economia ou estatística; mínimo de 15 anos de experiência analítica e de gestão num ambiente semelhante
Vice-Director	Pós-graduação (de preferência Doutoramento) em economia ou estatística; mínimo de 10 anos de experiência analítica e de gestão num ambiente semelhante
Economista /Técnico Estatístico Principal (Chefe da Secção de BP)	Pós-graduação (Doutoramento ou Mestrado) ou qualificação equivalente em economia ou estatística; mínimo de 5 anos de experiência analítica e de gestão num ambiente semelhante
Economista /Técnico Estatístico Sénior (Chefe da Unidade de Capitais Privados Estrangeiros)	Bom diploma em economia ou estatística (de preferência Mestrado); mínimo de 3 anos de trabalho num ambiente analítico com algumas funções de gestão. Experiência anterior de trabalho BP
Economista /Técnico Estatístico	Bom diploma em ciências matemáticas ou equivalente em economia, matemática, estudos económicos, estatística ou outra disciplina semelhante; mínimo de 1 ano de trabalho num ambiente analítico. Experiência anterior de trabalho BP
Economista /Técnico Estatístico Assistente	Bom diploma em ciências matemáticas ou equivalente em economia, matemática, estudos económicos, estatística ou outra disciplina semelhante; interesse em trabalhar com estatística

A preferência por doutorados do nível de Economista Principal para cima reflecte um forte mandato analítico ou de assessoria de políticas que requer qualificações académicas elevadas. Contudo, à medida que os quadros são promovidos, a competência de gestão passa também a ser mais essencial. Além disso, as instituições podem muitas vezes ter experiência de grandes dificuldades em atrair graduados universitários de alta qualidade com grande interesse em estatística e isto “dificulta o trabalho pioneiro e de desenvolvimento da unidade de compilação” (Robinson, 2003), tornando a formação e a motivação vitais à melhoria das competências e da retenção dos melhores quadros recrutados.

### **3.3.3. Formação e Assistência Técnica**

Para melhorar a competência dos quadros, os países vão buscar assistência técnica a vários órgãos nacionais, regionais e internacionais. Contudo, a maior parte das missões e da formação ministrada foca aspectos técnicos, podendo muitas vezes ser demasiado teórica e não suficientemente adaptada às necessidades nacionais. O PFC especializou-se em assistência concebida para criar competência de gestão e estruturas institucionais sustentáveis, assim como apoio em aspectos técnicos. O PFC responde às necessidades dos países ministrando formação para todas as fases do ciclo do projecto, através de:

- Missões de Avaliação de Pedidos antes do lançamento de um exercício (recomendando acordos legais, institucionais e metodológicos, consciencialização e formação)
- Seminários de Abertura de Consciencialização para todas as partes interessadas e de Formação para os quadros
- Missões de Acompanhamento durante a implementação para transferir competências adicionais (por exemplo no uso do software, classificação de dados ou análise dos resultados)
- Conferências de Encerramento de Divulgação para todas as partes interessadas, ligadas a preparativos para o exercício seguinte.

Em todas as fases actualiza as avaliações das capacidades dos países e revê a ajuda fornecida. Conta predominantemente com uma formação e troca de informações entre os pares e com o contacto entre os países para a troca de experiências e melhores práticas e controlo de qualidade a longa distância.

### **3.3.4. Motivação, Desenvolvimento e Ambiente de Trabalho dos Quadros**

A motivação dos quadros é frequentemente considerada uma questão de salário e benefícios. Contudo, as instituições do sector público (para além dos bancos centrais) acham difícil competir com os termos e as condições oferecidos por organizações internacionais ou pelo sector privado e as perspectivas para melhorar a compensação são limitadas, especialmente pela necessidade de comparabilidade com outras unidades.

Como consequência, a motivação não-financeira é vital, podendo incluir:

- Progressão na carreira. Sistemas claramente assinalados para progressão na carreira de 2-4 em 2-4 anos, sendo a promoção baseada no mérito, e sendo os novos cargos suficientemente estimulantes mas sem no entanto aumentarem a responsabilidade demasiado rapidamente a ponto de intimidarem. Muitas vezes a rotação no sentido do topo de uma instituição é vital para permitir uma promoção regular nos níveis mais baixos, tal como dar preferência a candidatos

internos com qualificações adequadas para preencherem as vagas a nível médio e sénior.

- Satisfação no trabalho. Pode ser proporcionada pela atenção do governo a aspectos de CPE e do impacto do trabalho dos quadros em alterações de políticas, reconhecimento do trabalho e das funções de indivíduos nos exercícios, afectação de mais recursos a estas funções e estratégias claras para o seu aumento com o decorrer do tempo. Descrições de atribuições variadas e estimulantes usando competência técnica e de gestão também podem ajudar.
- Avaliações dos quadros e planos de desenvolvimento e fortalecimento das capacidades. Estes deverão ser adaptados às necessidades individuais com base em discussões com cada membro dos quadros, devendo incluir a formação de desenvolvimento da gerência, assim como o aumento da competência técnica, estágios e colocações a mais longo prazo assim como cursos de curta duração. Também deverão ser revistos anualmente.
- Uso (e sempre que possível remuneração) da competência dos quadros para formar outros no país e noutros países semelhantes, assim como oportunidades para aprender em visitas de estudo ao estrangeiro.

Por último, o ambiente de trabalho dos quadros é importante: inclui equipamento de escritório de alta qualidade e com boa manutenção, material de escritório e espaço de trabalho adequados; abastecimento regular de electricidade, acesso à internet e a serviços de transportes e serviços de secretaria/apoio.

Idealmente, cada agência precisa de um manual claro de procedimentos operacionais que cubra quadros legais e institucionais, objectivos, descrições de atribuições, práticas de troca de informações, recursos humanos, procedimentos de recrutamento e formação e planos de fortalecimento das capacidades dos quadros e das unidades.

## **4. CÓDIGOS E PADRÕES DE DADOS INTERNACIONAIS**

### **4.1. RESUMO**

O aspecto da monitorização do Programa tem precisado observar (ou exceder) os códigos e padrões de dados internacionais para otimizar os benefícios para os utilizadores, facilitar as comparações pelos países e fornecer uma prestação de contas consistente aos doadores e às instituições internacionais.

Embora a comunidade internacional tenha definido vários conjuntos de directivas e padrões pormenorizados para monitorizar activos e passivos estrangeiros, os países ficaram entregues à luta com conflitos entre estes objectivos, tentando operar à volta destes num contexto de poucos recursos. Por outro lado, não se dispensou virtualmente nenhuma atenção à assistência a países de baixa renda para monitorizar a percepção dos investidores de acordo com melhores práticas ou responsabilidade social das empresas (RSE) de acordo com padrões de melhores práticas estabelecidos em iniciativas internacionais; a maior parte dessa monitorização continua a ser orientada a nível internacional, mesmo se ocorrer a nível nacional (ou no caso da RSE virtualmente inexistente a nível nacional). Este capítulo explica a razão por que esses códigos e

padrões são importantes e destaca as grandes exigências que a sua monitorização e análise podem fazer aos países.

#### 4.2. ACTIVOS E PASSIVOS ESTRANGEIROS

Os padrões chave para activos e passivos estrangeiros (incluindo DESP) são: a 5ª Edição do *Manual da Balança de Pagamentos* do FMI; o Sistema Geral de Divulgação de Dados (GDDS) e o Padrão Especial de Divulgação de Dados (SDDS).<sup>5</sup>

##### 4.2.1. Manual da Balança de Pagamentos (BPM5) do FMI

*Atingindo os padrões BPM5*

Muitos países já passaram ou encontram-se no processo de passar do padrão anterior – a 4ª Edição do *Manual da Balança de Pagamentos* (BPM4) – para BPM5. Como o padrão BPM5 é muito mais complexo no que respeita a capitais privados, é muito mais difícil de compilar. Além disso, até recentemente algumas unidades de organizações internacionais estavam a solicitar dados em formato BPM4, mesmo nos casos em que os países tinham passado para BPM5, porque o formato BPM4 era compatível com as suas próprias ferramentas de previsão. Como consequência, os países tiveram de manter dois conjuntos de dados. Por isso precisam de mais quadros com melhor formação. Um desafio adicional tem sido a revisão de séries cronológicas históricas para formato BPM5, o que se tem revelado ser muito complexo.

Contudo, os recursos técnicos e financeiros para suportar esta complexidade não estão normalmente disponíveis. Como consequência, os progressos no sentido dos novos padrões têm muitas vezes sido extremamente lentos ou os novos padrões têm sido nominalmente implementados, mas a maior parte dos dados são de baixa qualidade (obtidos de resíduos na BP, ou substitutos tais como a percentagem de aprovações de investimento que se estima terem sido realizadas). Consequentemente, embora a apresentação de dados tenha sido reorganizada e os dados sejam apresentados a tempo, os dados são de valor limitado.

A celeridade e a eficácia da transição para BPM5 também dependem da qualidade da assistência técnica externa. O FMI há muito que ministra cursos de BP de alta qualidade, no Instituto do FMI em Washington (onde lugares para cada país são muito limitados), através de parceiros regionais tais como os que trabalham no PFC CPE (BCEAO/BEAC, CEMLA, MEFMI e WAIFEM), e através de uma rede de institutos de formação regional incluindo o Instituto Conjunto de África (JAI) em Tunis e o Instituto Conjunto da América Latina no Brasil. Mais recentemente o FMI descentralizou a sua Assistência Técnica (AT) para responder mais rápida e directamente aos pedidos dos países através do estabelecimento de centros regionais de assistência técnica (incluindo 2 Centros de Assistência Técnica da África Ocidental (AFRITAC) para África e 1 Centro de Assistência Técnica do Caribe (CARTAC) para as Caraíbas), coordenado pelo Gabinete de Gestão da Assistência Técnica (OTAM) em Washington, que também ministram cursos de formação em assuntos de estatística<sup>6</sup>.

O FMI também fornece missões de assistência técnica organizadas por Washington ou pelos CAT regionais. A maior parte são missões de diagnóstico de curto prazo que revêm as estatísticas,

<sup>5</sup> Ver Scheun and Bhinda (no prelo) para informações técnicas.

<sup>6</sup> Para mais pormenores, ver <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/afritac.htm>

apresentam recomendações para melhorias e deixam uma metodologia genérica para o país adaptar e implementar. A implementação das recomendações tende a depender do facto de um país ter ou não recursos financeiros, capacidade técnica e vontade política suficientes<sup>7</sup>.

Ocasionalmente, o FMI fornece assessores residentes de prazo mais longo (ex: 2-3 anos) ou uma série de missões de curto prazo, que prestam uma assistência mais profunda na introdução e no lançamento de nova metodologia e no reforço de acordos institucionais e legais. Estes tendem a prestar uma assistência muito mais profunda, fazendo frequentemente esforços para adaptar a metodologia aos esforços dos países e para sensibilizar os decisores e o sector privado para a razão por que os dados da BP são importantes. Contudo, só têm tido benefícios duradouros nos países mais pobres quando estão genuinamente orientados para o fortalecimento das capacidades e não para serem eles próprios a implementar o trabalho.

De um modo geral, apesar da sua qualidade técnica geralmente elevada, a assistência técnica convencional não tem sido uma forma muito eficaz de ajudar os países mais pobres a implementar os padrões internacionais de forma sustentável. Conseguem-se muito mais através de uma assistência genuína de capacitação (incluindo os melhores exemplos de assistência do FMI) que toma em conta condições legais e institucionais, recursos humanos e financeiros e compromisso político e do sector privado, estabelece planos claros para os países financiarem essas actividades e formarem eles próprios novos quadros e cria oportunidades para a troca de experiências entre os países.

#### *Adaptando formatos de prestação de contas a BPM5*

Ao melhorar a metodologia para observar BPM5, a instituição condutora precisa de rever o seu inquérito e direccionar mecanismos de prestação de contas. Contudo, a complexidade de BPM5, que requer dados sobre itens que não podem ser captados directamente através do sistema bancário (tais como lucros reinvestidos e financiamento offshore), significa que os inquéritos se estão a tornar predominantes.

**Na concepção, nos testes e na aplicação de formulários de inquérito**, um dos desafios principais para muitos dos países mais pobres que recebem missões de curto prazo tem sido racionalizar o número de formulários deixados por missões de estatísticas do FMI e adaptá-los às circunstâncias locais (por exemplo aos tipos de capitais privados que o país tem). Nos casos em que o FMI não organizou essas missões, os países contactaram os seus pares na região para obterem formulários de uso fácil ou solicitaram apoio de capacitação junto de fontes externas para adaptarem os padrões internacionais às circunstâncias locais. Os formulários também precisam de ser testados no sector privado para saber se são de uso fácil e o sector privado tem de ser sensibilizado para os benefícios que pode obter se responder, através de grupos de foco em eventos de consciencialização ou associações do sector privado. Alguns países optam por empreender um inquérito-piloto primeiro, embora isto aumente o tempo e os custos (ver também o Capítulo 7). Contudo, os países que não adaptaram e testaram formulários ou sensibilizaram o sector privado sofreram baixos números e baixa qualidade de respostas, reduzindo acentuadamente a exactidão dos dados.

Para uma **prestação de contas directa**, as alterações aos códigos e padrões afectam o tipo de informações requeridas junto de bancos comerciais, instituições financeiras não-bancárias, agências de câmbio, empresas de transferência de dinheiro, etc. Os países precisam de rever os seus formatos de prestação de contas regularmente e conduzir sessões de consciencialização e formação para as instituições, quando se introduzem grandes mudanças, para assegurar a sua cooperação total.

#### *Antecipando uma nova metodologia BPM*

Outro aspecto importante é a necessidade de rever a metodologia nacional para acompanhar os próximos desenvolvimentos. Tipicamente, as revisões da metodologia estatística internacional têm ocorrido cerca de uma vez de 10-15 em 10-15 anos, durando cerca de 4-5 anos. Em 2004, o FMI iniciou uma revisão aturada de BPM5 em resposta a desenvolvimentos económicos, financeiros e contabilísticos internacionais, à necessidade de consistência com outra metodologia estatística e ao desejo de aumentar a ênfase na PII. Um primeiro rascunho está previsto para Dezembro de 2006 e um rascunho final em inglês para 2008, para ser posteriormente traduzido (ver também FMI<sup>8</sup> e Ibarra 2004).

Os países podem manter-se em contacto com possíveis alterações através de Comitês para as Estatísticas da BP e Grupos de Especialistas Técnicos orientados pelo FMI (neste caso investimento directo, outros aspectos da BP/PII e uniões aduaneiras), que incluem representantes de cada região em desenvolvimento. As implicações técnicas para compiladores e analistas são cobertas em Scheun and Bhinda (no prelo). As alterações enquadram-se em cinco tipos: reclassificações para consistência, definições revistas, novos conceitos, ênfase de padrões existentes e âmbito mais amplo para cobrir a análise.

Contudo, em termos de aspectos institucionais e práticos, é provável que levantem todas as mesmas questões que BPM5 (tais como revisão de quadros legais e institucionais, formação adicional de quadros, sensibilização de decisores e do sector privado, formação de quadros do sector privado, estabelecimento de séries cronológicas consistentes, migração de dados para novos formatos, alterações a formulários de inquérito e prestação de contas directa, etc.). Todas estas têm potenciais implicações importantes de apoio institucional, financeiro e de capacitação. Alguns países poderão mesmo acabar por passar de BPM4 para BPM5 revista em 2008-09. Contudo, é provável que as mudanças sejam muito menos significativas que ao passar de BPM4 para BPM5, podendo uma maior consistência e clareza também ajudar a simplificar a recolha de dados. Porém, uma ênfase adicional nos padrões existentes e novas sugestões analíticas (ao mesmo tempo que se promovem melhores dados e uma melhor análise) também irão colocar uma carga adicional nos países de baixa renda, especialmente para tarefas relacionadas com a análise.

<sup>8</sup> Consultar a edição de *Balance of Payment Statistics (Estatísticas da Balança de Pagamentos)* vol. 12 n° 1 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/news/pdf/1205.pdf>), o sítio da revisão de BPM5 (<http://www.imf.org/external/np/sta/bop/bopman5.htm>) e o sítio da revisão do SCA (<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/aeg.htm>).

#### 4.2.2. GDDS, SDDS, e iniciativas relacionadas<sup>9</sup>

A maioria dos países em desenvolvimento subscreve agora o Sistema Geral de Divulgação de Dados (GDDS) ou o Padrão Especial de Divulgação de Dados (SDDS) do FMI.<sup>10</sup> Ambos visam certos níveis de cobertura, frequência da recolha, oportunidade da prestação de contas e qualidade e transparência da divulgação dos dados.

É muito mais fácil os países de baixa renda atingirem o GDDS, visto que é um conjunto de directivas e portanto os países que o subscrevem variam entre os que visam cumprir as directivas básicas e os que estão muito aquém mas que ainda não atingem os níveis do SDDS. Por outro lado, o SDDS (embora ideal) é mais exigente a nível técnico porque é um padrão fixo e mais alto. Como consequência, virtualmente nenhum país de baixa renda atingiu o SDDS, embora alguns países com sistemas mais avançados tais como a Bolívia, estejam a planear passos no sentido do SDDS.

##### *Coordenação com o GDDS e o SDDS do FMI e iniciativas relacionadas*

O FMI tem unidades de monitorização do GDDS e do SDDS no seu Departamento de Estatística. Já organizou uma série de seminários regionais para introduzir os sistemas e tem-nos assistido na preparação de “metadados” que descrevem fontes e métodos de compilação e planos para melhorias. Também tem nomeado pontos de contacto/assessores GDDS regionais que monitorizam os progressos e sugerem uma assistência mais profunda onde for necessário.

Cada país nomeia uma contraparte nacional no GDDS ou SDDS. Além disso, poderá haver pontos de contacto para dados específicos, tais como o Chefe do Banco Central ou Unidade de BP do Gabinete de Estatísticas para a BP. A contraparte é responsável por zelar pela actualização e apresentação regulares de metadados ao FMI, que são depois colocados no Quadro de Anúncios dos Padrões de Divulgação do FMI e ficam acessíveis ao público<sup>11</sup>.

O FMI também conduz missões para avaliar a observância dos padrões e códigos incluindo BPM5 (conhecidos como Relatórios sobre a Observância dos Padrões e Códigos ou ROPC), usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados (DQAF) do FMI e tomando em conta o GDDS ou o SDDS. Os ROPC apresentam recomendações para melhorias e são colocados no website do FMI<sup>12</sup>.

##### *Implicações para os países*

O GDDS, os ROPC e o DQAF têm implicações importantes para a planificação do trabalho institucional e a colocação de quadros (o acolhimento de missões regulares, a apresentação de metadados e a contribuição para/a apresentação de comentários aos relatórios). Estas incluem:

- **O trade-off entre a qualidade e a oportunidade dos dados.** O FMI, a OCDE e os países de baixa renda confirmam um trade-off inicial entre melhoria de dados e prestação de contas oportuna. A directiva de oportunidade do GDDS para a prestação de contas dos dados BP

<sup>9</sup> Os aspectos de divulgação e transparência do GDDS e do SDDS são discutidos no Capítulo 8.

<sup>10</sup> Os seguintes países participaram em eventos do PFC CPE e desde Julho de 2005 são signatários do GDDS: Baamas, Benim, Bolívia, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República do Congo, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Jamaica, Quênia, Malawi, Mali, Moçambique, Nicarágua, Niger, Paraguai, Senegal, Tanzânia, Togo, Trindade e Tobago, Uganda e Zâmbia; e do SDDS: Argentina e Uruguai.

<sup>11</sup> <http://dsbb.imf.org/Applications/web/dsbbhome>

<sup>12</sup> Para mais informações sobre todas estas iniciativas, queira visitar <http://dsbb.imf.org>.



dentro de 6 meses do período de referência tem sido extremamente estimulante para os países de baixa renda, especialmente dada a má qualidade dos cadastros iniciais das empresas e os atrasos na resposta do sector privado. Muitos países apresentaram portanto dados estimados de qualidade mais baixa ou só estudaram amostras pequenas (frequentemente não representativas) para cumprirem a directiva da oportunidade. Mesmo com uma coordenação institucional forte, os inquéritos por referência abrangentes iniciais que são vitais para gerar cadastros de referência, a partir dos quais se podem gerar séries cronológicas e amostras, levarão 12-15 meses em países com poucos recursos, falhando o critério de oportunidade por uma grande margem. Contudo, os países estão cientes de que é vital manter o atraso tão breve quanto possível para assegurar que os dados são úteis para a execução de políticas e estão a tomar providências no sentido de cumprirem a directiva da oportunidade, passando para inquéritos de amostras mais pequenas mas fidedignas após os inquéritos iniciais, fazendo maior uso da apreciação dos gabinetes e da classificação para tornar os dados representativos e usando outros meios para além do trabalho no terreno (e-mail, correio, internet) para implementar inquéritos, uma vez que tiverem construído relações favoráveis com empresas, o que pode levar até três anos.

• **O trade-off entre a frequência e a qualidade/opportunidade.** A directiva da frequência do GDDS para dados BP é anual, com vista a passar a ser trimestral. O SDDS prevê a compilação trimestral como padrão. Uma maior frequência pode colocar uma grande carga aos países com constrangimentos de capacidades e recursos, ao intensificar os problemas discutidos acima ao abrigo da oportunidade. Alguns países tentaram introduzir inquéritos trimestrais, mas não conseguiram recolher dados a tempo e recorreram à recolha semestral e anual, com estimativas para trimestres interinos (idealmente usando a apreciação dos gabinetes). Uma decisão para uma recolha mais frequente que anualmente deverá basear-se no facto de um país precisar ou não de dados mais frequentes, fazendo as seguintes perguntas:

1. *Que tipos de dados deverão ser recolhidos com maior frequência?* Isto depende do impacto económico de fluxos específicos. Por exemplo, a DESP poderá ser necessária trimestralmente para evitar interferências sazonais aos mercados de divisas<sup>13</sup>.
2. *Como se pode cumprir este objectivo?* Os compiladores precisam de avaliar a capacidade nacional, a disponibilidade de recursos técnicos e financeiros complementares e a facilidade do sector privado em fornecer dados com maior frequência. Nesta base, podem estabelecer um calendário para aumentar a frequência gradualmente, talvez envolvendo mais reduções nos tamanhos das amostras.

#### 4.3. INTENÇÕES E PERCEPÇÕES DOS INVESTIDORES

Os padrões estatísticos discutidos na secção anterior foram formulados na base de a prestação de contas destes dados incentivar a estabilidade dos fluxos de capitais internacionais. Contudo, na prática, os investidores indicam que os dados apresentados num formato “BP” constituem pouca ajuda para eles na tomada de decisões de investimento, não tendo portanto qualquer influência na estabilidade. Para que os dados sejam úteis para a análise, precisam de ir além das especificações BP, em particular incluindo desagregações de dados por classificação industrial, país e região de origem e dados muito mais pormenorizados sobre tipos de fluxos financeiros e suas perspectivas,

<sup>13</sup> A periodicidade para reportar os termos e as condições dos empréstimos poderá diferir da periodicidade das transacções. Pode ser frequência fixa (África do Sul), na altura em que um empréstimo está a ser considerado se for necessária aprovação (Malawi) ou tempo fixo depois de um empréstimo ter sido assinado se não for necessária aprovação (Indonésia). Ver Baball (2002:24-25) para mais informações.

conforme também confirmados pela OCDE.<sup>14</sup> Na prática, acrescentar estes tipos de dados a questionários BP/PII contribui imenso para o valor analítico dos dados quer para o governo quer para os investidores, por isso estes tipos de perguntas são prática estandardizada em programas do PFC CPE.

Se a comunidade internacional realmente quiser aumentar a estabilidade dos CPE nos países em desenvolvimento, os dados chave a recolher são sobre as percepções e intenções dos investidores: o que está a influenciar os investidores no sentido de tomarem as suas decisões de investimento e continuarem a investir e se tencionam aumentar, manter ou reduzir os seus investimentos. Também há as questões em que o sector privado mais quer dar as suas opiniões e, ao proporcionar-se uma oportunidade aos investidores para expressarem as suas preocupações principais ao governo e portanto tranquilizarem os inquiridos que os inquéritos foram concebidos para promover os interesses do sector privado, a combinação de perguntas sobre estas questões com exercícios para recolher dados de APE revelou-se aumentar as taxas de resposta dramaticamente.

Surpreendentemente, não existem directivas internacionais para a recolha destes dados. No entanto, no PFC CPE, os GTN conceberam directivas de melhores práticas para os tipos de perguntas a fazer, que são depois adaptadas às circunstâncias nacionais.

Os tipos chave de dados a recolher são:<sup>15</sup>

- Desagregações de dados BP por sector industrial, país de origem e região de destino dentro do país anfitrião
- Factores que encorajam o investimento inicial
- O impacto de políticas económicas, financiamento, política e governação, infra-estruturas, trabalho, saúde e factores ambientais na decisão de investir
- As intenções de investimento dos investidores a curto e médio prazo
- Que fontes de informação os investidores usam para a tomada de decisões (e melhorias sugeridas para teor, acessibilidade e transparência das informações fornecidas por instituições membros do GTN).

Outro contraste chave é entre os investidores que já se encontram no terreno (quem tendem a ter pareceres sobre os aspectos-chave mais subtis e matizados – e portanto relevantes para as políticas) e aqueles (frequentemente não-investidores num país específico) que são muitas vezes questionados a nível internacional nas suas sedes sobre esse país e poderão responder de forma muito menos bem informada.

Os países também consideraram vital solicitar pareceres sobre estes assuntos quer a investidores locais quer estrangeiros. Demasiadas iniciativas internacionais têm focado a promoção do investimento estrangeiro, mas as mais úteis têm compreendido que negligenciar os investidores locais pode ser altamente contraproducente porque se arrisca a proporcionar-lhes condições de investimento menos vantajosas (um “campo de actuação desnivelado”), excluindo desse modo

<sup>14</sup> Para mais informações consultar FMI/OCDE (2003), “Foreign Direct Investment Statistics: How Countries Measure FDI 2001” (“Estatísticas do Investimento Directo Estrangeiro: Como os Países Medem o IDE 2001”) no endereço <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fdis/2003/index.htm>.

<sup>15</sup> Mais pormenores sobre a metodologia para a recolha destes dados encontram-se em Scheun and Bhinda (no prelo).

um sector residente potencialmente vibrante e dinâmico e minando esforços no sentido de incentivar joint ventures e ligações entre comunidades económicas locais e estrangeiras. Além disso, há uma evidência crescente de que potenciais investidores estrangeiros usam a evidência de investidores locais a prosperar como um determinante poderoso do seu próprio investimento e para identificar potenciais parceiros, concorrentes ou fornecedores locais.

Alguns países em desenvolvimento não têm exercícios semelhantes para recolher essas informações, mas outros envolvidos no PFC CPE tiveram de coordenar com exercícios aparentemente semelhantes em geral conduzidos por organizações internacionais, doadores ou empresas de contabilidade. Nos casos em que têm objectivos genuinamente semelhantes em termos de capacitação (como foi o caso do trabalho conjunto entre o GTN e a Câmara de Comércio nos Camarões, co-financiado pelo PFC CPE e pela SNV), essa coordenação proporcionou uma oportunidade para combinar esforços e reduzir a carga do sector privado.

Contudo, os países constataram que muitos outros exercícios não são realmente semelhantes ou se sobrepõem por várias razões:

- São muitas vezes implementados por consultores externos e portanto não foram concebidos para fortalecer as capacidades nacionais.
- Nos casos em que são implementados por organizações nacionais tendem a ser “propriedade” de uma organização e doador e a coordenação entre as instituições nacionais e os doadores não é suficientemente promovida. De facto, em alguns países, os doadores têm apoiado vários exercícios relacionados de forma não coordenada, desperdiçando fundos e reduzindo a resposta do sector privado sobrecarregando-os com questionários múltiplos.
- O papel dos funcionários locais é limitado ao de distribuidores e recolhedores de formulários, sem qualquer adaptação de questionários às necessidades e circunstâncias nacionais.
- As suas amostras são normalmente muito mais pequenas e frequentemente limitadas a investidores estrangeiros.
- São muitas vezes exercícios separados ou altamente infrequentes.
- Raramente cobrem a gama de aspectos discutidos acima. De facto, a maior parte de outros exercícios de opinião foca apenas barreiras administrativas e atrasos ao investimento, liberdade económica e política, e classificações soberanas<sup>16</sup>.

Além disso, alguns bancos centrais empreendem inquéritos da confiança económica e analisam e divulgam os resultados (ex: Gâmbia). Estes são geralmente de alta qualidade com boas taxas de resposta, contribuindo para o trabalho de um leque mais vasto de utilizadores. Contudo, o foco tende a ser para efeitos macroeconómicos e previsões e não inclui os contributos de outras partes interessadas, tais como agências de promoção do investimento ou ministérios sectoriais. Também são frequentemente endereçados a uma amostra de empresas um tanto mais pequena. Nestes casos há uma margem para maior coordenação pública e privada para suportar um inquérito de apropriação nacional regular da percepção dos investidores.

<sup>16</sup> Exemplos incluem barreiras administrativas (Serviço Conjunto de Assessoria para Investimento Estrangeiro (FIAS) do Banco Mundial), corrupção (Transparência Internacional), liberdade económica (Fundação Heritage, Instituto Fraser), liberdade política e direitos humanos (Casa da Liberdade), potencial e desempenho do IDE (CNUCED), inquéritos a agregados familiares e cidadãos (Afrobarometer), ou classificações soberanas (Standard and Poors, Moodys, Fitch IBCA, Investidor Institucional, Euromoney, Economist Intelligence Unit, Coface, Grupo PRS).

Todos esses exercícios deverão portanto idealmente ser concebidos e conduzidos a nível nacional, por cooperação entre o governo e o sector privado, num inquérito abrangente e regular. Os doadores e as organizações internacionais deverão apoiar esses exercícios conduzidos a nível nacional e assentar nos seus resultados para a sua própria análise, evitando a duplicação.

#### **4.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS<sup>17</sup>**

Ao nível internacional confirma-se que, para além da sua contribuição macroeconómica para o desenvolvimento através do pagamento de impostos e de contribuições para o PIB e as exportações, as empresas podem fazer uma grande contribuição para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável ao nível micro das empresas através da RSE – as suas políticas sobre o emprego/bem-estar dos empregados e aspectos sociais e ambientais, assim como melhorando a governação das empresas e dissuadindo a corrupção.

De facto, existe uma gama desconcertante de iniciativas, códigos e padrões internacionais para facilitar este processo. Os mais conhecidos incluem os da OCDE, do Banco Mundial, da Organização Mundial do Trabalho, da Organização Internacional para a Estandarização e das Nações Unidas. Também há várias iniciativas adicionais pelo sector privado, por ONG ou várias combinações de partes que ou estabelecem os seus próprios códigos ou procuram implementar os dos outros. Há um forte argumento a favor da racionalização e coordenação dessas iniciativas na arena internacional.

Mais importante, é muitas vezes difícil para os países acompanharem os mais recentes desenvolvimentos, porque a maior parte da consciencialização e das consultas em relação a estas iniciativas realiza-se com empresas multinacionais e nos países em que estas estão sediadas. As iniciativas não são necessariamente coordenadas com os governos dos países de baixa renda em que estas empresas operam, de modo que a maior parte dos países não está ciente de muitos dos padrões. A OCDE tem tentado alargar a cobertura das suas Directivas Multinacionais a países não-OCDE usando “Pontos de Contacto Nacionais da OCDE”. Estes são normalmente representantes diplomáticos, doadores ou comerciais, encarregados da monitorização do comportamento das empresas e de discutir com as sedes das empresas nos seus próprios países OCDE. Contudo, estes pontos de contacto não procuram sistematicamente contributos de instituições públicas ou privadas locais em países de baixa renda.

Além disso, embora a maior parte dos países em desenvolvimento declare que a “promoção do sector privado” é uma componente chave das suas estratégias de desenvolvimento e redução da pobreza, tem pouca ou nenhuma ideia se o sector privado está realmente a dar essa contribuição porque nenhuma instituição nacional recolhe essas informações e as informações recolhidas por países da OCDE e organizações internacionais não são sistematicamente partilhadas com os países em desenvolvimento. Como consequência, as secções sobre o desenvolvimento do sector privado dos Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza, e muitos outros documentos sobre o desenvolvimento do sector privado, focam aquilo que o governo pode fazer para ajudar o sector privado a crescer mais rapidamente, esquecendo-se daquilo que o sector privado pode fazer através da RSE.

No entanto, os governos e o sector privado nos países estão sempre muito interessados em ficar a saber o que as empresas estão a fazer. Como consequência, os países participantes no PFC CPE podem geralmente usar inquéritos para recolher informações sobre a RSE e determinar as contribuições dos investidores para a redução da pobreza, sem receio de qualquer sobreposição com iniciativas internacionais.

Há muitas definições diferentes de RSE, cobrindo o impacto do comportamento das empresas no mercado, no local de trabalho, na comunidade e no ambiente. Em termos de interessados, isto cobre o impacto nas suas partes interessadas, nos seus clientes, parceiros comerciais e fornecedores, empregados e sindicatos, em ONG e no governo e em comunidades locais e nacionais.

Uma distinção importante (Baker) reside entre aquilo que é frequentemente apresentado como a “abordagem dos EUA”, em grande medida limitada a doações filantrópicas a causas de caridade (e portanto vulnerável a terminar como sendo “periférica ao objectivo central”, se uma empresa tiver dificuldades) e a “abordagem europeia”, que envolve a gestão do objectivo “central” de forma socialmente responsável para aumentar a concorrência e a criação de riqueza (sendo portanto mais provável que seja sustentada independentemente das condições económicas). Muitas empresas do estilo EUA considerariam provavelmente a abordagem mais abrangente como uma intrusão desnecessária nas suas práticas comerciais.

Além disso, a RSE pode ser monitorizada e analisada de duas formas. A primeira diz respeito a processos e a aspectos de gestão: por exemplo, se as empresas têm políticas para aumentar os efeitos positivos do seu comportamento, o grau em que essa política é formalmente aprovada e implementada com êxito e o grau e a transparência/independência da sua auditoria e prestação de contas. O segundo método envolve uma avaliação muito mais precisa e quantificada de despesas efectivas e do impacto preciso da actividade empresarial. Muitas empresas multinacionais são muito mais avançadas no papel do que na prática.

Dois outros aspectos são importantes. Primeiro, as iniciativas acima são directivas e não regulamentos, não sendo consequentemente vinculativas: a aplicação de uma mistura de persuasão moral e convencer as empresas que a RSE aumentará a sua imagem e/ou os seus lucros. Segundo, foram primariamente concebidas para grandes empresas multinacionais, podendo portanto não ser apropriadas para empresas locais mais pequenas que carecem de códigos formais de prática, mas que muitas vezes despendem montantes mais elevados em intervenções “responsáveis” a nível social ou ambiental.

O que significa isto para a monitorização e análise da RSE a nível nacional? Os GTN precisam de:

- **Tomar em conta códigos, padrões e iniciativas internacionais**, mantendo-se a par do seu desenvolvimento, consultando representantes das organizações que os implementam, tais como os “pontos de contacto” OCDE residentes, gabinetes da ONU e do Banco Mundial e ONG, mas adaptar os questionários às prioridades nacionais.

- **Coordenar com outras agências do governo** que já recolhem dados relacionados com a RSE, tais como ministérios do Trabalho, do Ambiente e outros ministérios sectoriais, e incluí-los no GTN se for apropriado.
- **Consultar o sector privado (especialmente investidores locais)** para identificar aspectos-chave para monitorizar e analisar a RSE, de preferência através de um processo como o de formular uma estratégia de redução da pobreza, tomando em conta as circunstâncias e prioridades nacionais.
- **Formular perguntas para acrescentar a formulários de inquérito**, mantendo-as tão breves e não intrusivas quanto possível para encorajar o número máximo de respostas (tal como para APE e PI, as empresas rejeitarão a introdução imediata de perguntas excessivas, aceitando ao mesmo tempo o alargamento gradual de perguntas a novas áreas durante vários inquéritos).
- **Identificar que órgão estaria em melhor posição para conduzir a análise:** geralmente será provavelmente a API, a agência de coordenação da estratégia de redução da pobreza ou associações do sector privado.
- **Usar resultados para conceber de novo as estratégias de promoção do investimento**, identificando as melhores práticas das empresas que possam ser promovidas de forma mais ampla, incluindo “concursos” ou prémios para empresas que dão as melhores contribuições em áreas específicas e fornecem padrões de referência face aos quais se pode avaliar o desempenho de potenciais novos concorrentes/participantes (assim como incentivos para maximizar a implementação da RSE).
- **Acompanhar mudanças no comportamento das empresas em conformidade com as políticas**, e reportá-las ao sector privado em eventos de consciencialização e a coordenadores de iniciativas internacionais.

Também é importante lembrar que se pode recolher uma quantidade considerável de informações sem inquéritos – a partir de relatórios a API, relatórios de empresas, dos mass media locais ou internacionais, websites que acompanham iniciativas internacionais ou ONG que acompanham o comportamento das empresas. Tal como no caso das percepções dos investidores, estas fontes também podem ser usadas para verificar informações recolhidas directamente dos investidores.

Dada a falta geral de experiência nestes aspectos na maioria dos países de baixa renda, esta será provavelmente a área em que se precisa de mais formação de quadros e mais fortalecimento da capacidade institucional – para assegurar que os próprios países de baixa renda são empoderados para monitorizar a contribuição que os investidores do sector privado estão a dar para o desenvolvimento nacional.

## 5. SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO

### 5.1. RESUMO

Este capítulo examina os diversos sistemas necessários para recolher e registar dados com êxito e de forma sustentável. Partindo do Capítulo 3, analisa acordos institucionais e processos de gestão<sup>18</sup> para inquéritos, métodos “não-inquérito” e software. Idealmente, um país terá em uso

estes três aspectos, independentemente do seu grau de liberalização do sector externo. Mesmo muitos países com controlos completos de capitais (tal como Moçambique) não conseguem uma prestação de contas não-inquérito automática de todos os capitais privados estrangeiros. Ao liberalizarem o sector, mesmo gradualmente, os países podem tentar reter uma prestação de contas automática, mas é provável que a cobertura e a qualidade dos dados baixem, forçando-os a contar mais com inquéritos (o Malawi, por exemplo, capta a maior parte dos fluxos através de uma prestação de contas automática dos bancos comerciais, mas só pode conseguir stocks e lucros reinvestidos a partir de um inquérito a empresas). Se um país liberalizar rapidamente sem reter um sistema de prestação de contas automática, terá de contar em grande parte com inquéritos a empresas, ao mesmo tempo que adapta mecanismos alternativos à liberalização e convence as empresas a retomarem a prestação de contas automática juntamente com os inquéritos. Em todo o caso, as fontes de inquérito e de outra natureza são contraverificações úteis e ambas precisam de ser armazenadas e analisadas em software.

## 5.2. INQUÉRITOS

Para otimizar a gestão e a qualidade dos dados do inquérito, os GTN precisam de tratar de: registo de investidores, amostragem e numeração de referência das empresas; coordenação e racionalização dos formulários; concepção dos formulários, administração dos questionários; trabalho no terreno; e verificação/edição de dados.

### 5.2.1. Registo de Investidores, Amostragem e Numeração de Referência

Num país que esteja a conduzir inquéritos APE pela primeira vez, a instituição condutora da manutenção do registo de investidores e concepção de amostras precisa de encetar contactos e obter e harmonizar informações a partir de uma variedade de fontes tão ampla quanto possível, incluindo:

- Listas anteriores de inquéritos sobre BP e outros (ex: a agregados familiares ou industriais)
- Bases de dados mantidas para outros fins por membros de GTN ou outras agências (ex: aprovações de investimento, membros de associações do sector privado, cadastros de empresas, listas de investidores sectoriais mantidas por ministérios sectoriais, listas de investidores em privatizações de empresas públicas, lista de investidores sectoriais do banco central ou de outros reguladores)<sup>19</sup>
- Os mass media, a internet e os conhecimentos locais de aberturas de novas empresas
- Fontes regionais e internacionais (doadores, embaixadas, associações económicas)

Não há nenhuma certeza ex ante quanto a quais fontes são as melhores, visto que estas têm variado muito pelos países. Contudo, as informações do Cadastro das Empresas são geralmente muito fracas em muitos países de baixa renda<sup>20</sup>. Os países familiarizam-se mais com a comunidade de investidores à medida que ganham experiência com inquéritos, verificando listas iniciais durante o trabalho no terreno, e ficam depois numa boa posição para julgarem a qualidade de diferentes fontes e limitarem o seu uso.

<sup>19</sup> Outra possível fonte é o registo do IVA ou de impostos, mas se este for usado, tem de ficar bem claro para as finanças que não haverá em circunstância alguma um fluxo de retorno de dados dos resultados do inquérito para as finanças.

<sup>20</sup> Isto deve-se ao facto de os cadastros das empresas terem poucos recursos e não serem informatizados. Têm grandes problemas na obtenção de informações junto do sector privado, apesar de um mandato legal que requer que os investidores reportem regularmente. Os seus registos são portanto muito incorrectos e complicaram imenso o trabalho no terreno. Há uma forte necessidade de prioritar o reforço dos gabinetes dos Cadastros das Empresas.

Os países com mais experiência actualizam o registo e a amostra numa base rolante, usando procedimentos automáticos que assentam em alterações a outros registos e bases de dados, assim como no acompanhamento mediático e na recolha de novos dados de fontes regionais e internacionais. Também podem usar censos ou inquéritos por referência de 5 em 5 anos para uma revisão mais aturada.

Ao estabelecer o registo, é essencial consultar todos os membros do GTN para assegurar que se tomam em conta as suas preocupações (tais como sectores, regiões, países de origem ou tamanho dos projectos). O mesmo é verdadeiro quando os países passam para inquéritos por amostragem mais pequenos, à medida que a qualidade do registo melhora. Todos os membros do GTN também precisam de concertar e usar um número de referência único para cada empresa, que é transportado para outros inquéritos (e de preferência harmonizado com números usados na prestação de contas não-inquérito e noutras bases de dados). Isto ajuda a proteger a confidencialidade dos dados e facilita o armazenamento de dados electrónicos e em papel e as verificações das séries cronológicas a nível das empresas.

### **5.2.2. Coordenação e Racionalização de Inquéritos**

O GTN precisa de racionalizar e coordenar inquéritos relacionados. Há pressões constantes para lançar novos exercícios não coordenados através de agências dos sectores privado e público, portanto as agências do GTN precisam de se manter em contacto constante aos níveis político e técnico. Precisam de verificar a quatro níveis:

- Com outras unidades, divisões e departamentos na sua instituição
- Entre todas as instituições membros do GTN
- Com outros órgãos académicos, privados e públicos nacionais não representados no GTN
- Com doadores e organizações internacionais para evitar o financiamento de exercícios múltiplos.

Muitas vezes, convencer outros actores requer investir tempo técnico extensivo para se concertar como se podem harmonizar ou fusionar as metodologias (por exemplo no Burkina Faso ou nos Camarões onde o Governo e a Câmara de Comércio fusionaram inquéritos recentemente). Em particular, embora os inquéritos pareçam estar a recolher informações relacionadas, um exame pormenorizado poderá revelar que os dados são definidos de forma diferente. Isto torna a harmonização especialmente difícil para aspectos de inquéritos que têm de observar códigos e padrões internacionais (especialmente onde estes entram em conflito!).

O trabalho técnico tem de ser seguido de confirmação por escrito do acordo para fusionar exercícios ao nível político. Uma vez que se tenha chegado a acordo, as agências têm de notificar a fusão a outras partes interessadas, tais como financiadores, para evitar futuras abordagens de financiamento. Isto também pode ter a vantagem de combinar fundos de diferentes agências de doadores e governo/sector privado no sentido do mesmo objectivo em vez de os desperdiçar em duplicação (assim como reduzir a “fadiga dos inquéritos” entre os investidores). Contudo, pode ser problemático se as instituições tiverem agendas diferentes, tal como financiar os cargos dos quadros usando financiamento dos doadores. É tipicamente melhor para os GTN tentar continuar a mobilizar os mesmos montantes de financiamento de antes, mas convencer os doadores a



co-financiaremos uns com os outros para financiar os quadros nacionais em vez de consultores internacionais e usaremos os seus fundos para apoiar a melhoria do trabalho analítico em vez de exercícios múltiplos de recolha de dados. Os exercícios, com os quais é mais difícil coordenar, são aqueles que fazem parte de iniciativas regionais ou globais, e portanto a organização internacional ou o doador insistem em manter exercícios separados e executam os seus inquéritos através de agências não-GTN (ex: académicos).

Se não for possível uma fusão, o GTN tem de tentar reduzir a fadiga dos inquéritos através da eliminação de eventuais perguntas duplicativas, usando os mesmos conceitos e definições e assegurando que os inquéritos são empreendidos em diferentes alturas durante o ano. Deverá manter os investidores rigorosamente informados dizendo-lhes de antemão quais os inquéritos que estão a ser emitidos, por quem, sob que mandato, e com que grupo-alvo e teor. Também tem de tentar explicar cuidadosamente como se relacionam (ou não) com outros inquéritos e quando os dados e a análise serão publicados.

### **5.2.3. Concepção e Teste de Formulários**

Conforme indicado acima, parte da racionalização envolveria conceber ou melhorar os formulários de inquéritos existentes. Isto seria normalmente conduzido pelo Banco Central ou pelo Gabinete de Estatísticas quanto aos APE e pela API com o sector privado quanto à percepção dos investidores e à responsabilidade social das empresas. Os designers teriam de tomar em conta o grau de controlos e a disponibilidade e qualidade de fontes de dados não-inquérito e portanto rever o formulário anualmente.

A seguir o GTN tem de testar os formulários. Isto poderá ser num grupo-piloto de representantes do sector privado, por exemplo num evento de consciencialização para partes interessadas ou através de representação do sector privado num GTN ou, se o tempo e os recursos o permitirem, através de um inquérito-piloto formal.

### **5.2.4. Gestão do Trabalho no Terreno**

O êxito do inquérito depende da alta qualidade da gestão do trabalho no terreno. Os recenseadores (após formação prévia em aspectos técnicos, técnicas de entrevistas, prática de levantamentos e implementação de projectos) administram e recolhem o questionário, entrevistam os inquiridos conforme for necessário e empreendem verificações e edições iniciais dos dados. Poderá haver quadros de instituições participantes ou quadros contratados especificamente para o exercício, sendo nesse caso necessária mais formação. Os supervisores e os gestores organizam o seu trabalho. É obviamente vital planear de antemão a distribuição do tempo dos quadros e a duração das diferentes fases do trabalho no terreno (ver 3.2).

Os supervisores atribuem empresas a cada recenseador e identificam a pessoa dentro da empresa a quem os recenseadores deverão entregar o questionário (e abordar para o seu preenchimento), assim como prestar eventuais informações de fundo sobre a empresa. A primeira visita do recenseador é para explicar o objectivo do inquérito e seu teor técnico, convencer o inquirido que a observância é mutuamente vantajosa para o desenvolvimento nacional, sublinhar mandatos

legais e confidencialidade e prometer feedback total dos resultados para ajudar em tomadas de decisões da empresa. No fim da entrevista (seja pessoalmente seja por telefone), o recenseador deverá organizar mais um encontro, marcar uma data-limite para o preenchimento do questionário e como deverá ser devolvido.

Após cada contacto, os recenseadores deverão preencher uma tabela a reportar a data e o nome/título/melhor método de contacto, o resultado, eventuais acompanhamentos necessários, e a data acordada para a devolução do questionário. O recenseador deverá também informar o supervisor de eventuais mudanças nos pormenores de contacto, eliminar empresas do cadastro, se estas não foram localizáveis ou tiverem sido encerradas, recomendar melhorias da metodologia baseadas no feedback e indicar eventuais preocupações/razões que possam ter para a não-resposta para que se possam dar os passos apropriados para gerar respostas. Estas informações são vitais para assegurar que qualquer outro membro da equipa possa acompanhar a resposta e o acompanhamento se for necessário.

A seguir, o recenseador tem de manter o diálogo e o contacto até ao momento da resposta (com particular intensidade à volta de cada data-limite) para assegurar que a empresa se mantém fiel ao acordo. Frequentemente os questionários perdem-se ou são esquecidos dentro das empresas. As empresas poderão também não ser capazes de cumprir os prazos-limite originalmente acordados. Novas visitas deverão ser mantidas a um nível mínimo para poupar tempo e recursos, mas normalmente é necessário recolher questionários preenchidos pessoalmente – embora com o decorrer do tempo algumas empresas se tornem suficientemente confiantes para responderem por correio ou pela Internet.

Esta é a fase mais crucial e intensiva de trabalho, que requer uma gestão altamente eficiente para assegurar que as empresas são pressionadas de forma sensível a responder e que os recenseadores e os supervisores planearam de antemão o acesso a todos recursos de comunicações e transportes necessários para facilitar o seu trabalho. Mesmo se uma pessoa-contacto na gerência sénior se tiver inicialmente comprometido a devolver o questionário, o GTN poderá ter de acompanhar a um nível mais sénior, mesmo a nível de director-geral no caso de grandes empresas.

Por último, os recenseadores têm de verificar os formulários enquanto estiverem na empresa e antes de aceitarem respostas finais para poderem fazer perguntas finais à empresa e ter dados fidedignos antes de tomarem nota de eventuais pontos para acompanhamento e de apresentarem o formulário ao supervisor.

### **5.2.5. Gestão do Trabalho no Terreno e de Dados**

Os gestores precisam de um sistema de gestão abrangente para acompanhar a implementação de projectos, para focarem recursos no sentido de atingirem a cobertura mais alta e a melhor qualidade de dados no período de tempo disponível. Esta secção examina as ferramentas necessárias incluindo um Manual do Recenseador, trabalho no terreno e tabelas de gestão de dados, encontros de equipas.

As ferramentas não são suficientes por si: é vital ter-se feito uma divisão clara entre os membros do GTN das responsabilidades pela coordenação do trabalho no terreno para assegurar o foco nas maiores empresas e mais representativas, no apoio técnico aos recenseadores no terreno e no controlo de qualidade de respostas individuais assim que estas chegarem.

#### *Manual do Recenseador*

Um manual é essencial aos funcionários no terreno porque lhes permitirá desempenhar as suas funções com muito maior eficácia, partindo da formação que lhes foi ministrada, e desse modo obter uma taxa de resposta mais elevada. Deverá incluir os seguintes elementos:

- Cópias dos formulários e das folhas de rosto
- Uma cópia do calendário de implementação do inquérito e prazos-limite chave para o inquérito, incluindo datas para eventuais reuniões entre os recenseadores e outros membros do GTN
- Instruções sobre o papel do recenseador – como se prevê que administre os formulários, o acompanhamento para respostas de alta qualidade e relatório dos progressos (ver acima)
- Respostas a perguntas que os inquiridos possam fazer sobre o projecto (quer de natureza técnica quer sobre o mandato/a confidencialidade/o feedback/a utilidade para o inquirido)
- Sugestões para preparativos de visitas efectuadas às empresas (ex: a melhor pessoa com quem se reunir, conhecimentos prévios sobre a empresa, priorização de assuntos a abordar e gestão do tempo, etc.)
- Conceitos e definições usados no questionário
- Documentação a descrever o mandato legal para recolher dados e confidencialidade dos dados
- Pormenores de contacto dos quadros do GTN, especialmente do supervisor a quem terão de apresentar relatórios do levantamento e das pessoas que terão de contactar para responder a eventuais perguntas feitas pelos inquiridos e para resolver eventuais aspectos logísticos/práticos/financeiros
- Pormenores de todas as empresas a inquirir, sendo as empresas atribuídas ao recenseador claramente identificadas, incluindo eventuais informações de fundo tais como uma resposta a um inquérito anterior, informações na imprensa, etc.
- Indicadores de avaliação e desempenho para recenseadores

O PFC fornece uma versão genérica de um manual aos GTN para adaptação às necessidades dos países.

#### *Trabalho no terreno e tabelas de gestão de dados*

O PFC também fornece ao GTN uma ferramenta de gestão genérica para acompanhar os progressos no trabalho no terreno, que segue toda a sequência do inquérito. Permite a identificação imediata de nós de estrangulamento e métodos para os superar. Cobre quatro fases diferentes:

- Cadastro: esta fase permite aos recenseadores identificar se as empresas existem e estão a ser inquiridas ou se não foram localizadas ou foram encerradas, e acrescentar ao cadastro novas empresas encontradas no terreno.
- Administração e Validação: esta permite aos recenseadores e gestores acompanhar a implementação do inquérito (as datas quando os formulários foram distribuídos, entrevistas feitas, formulários devolvidos (com ou sem a introdução de CPE), e dados inicialmente verificados pelos recenseadores e contraverificados pelos supervisores – ou se e por que razão

os formulários ainda não foram devolvidos ou verificados) e reafectar recursos para superar nós de estrangulamento.

- **Processamento e Verificação:** isto permite aos processadores e supervisores de dados acompanhar a implementação da entrada de dados no software e a verificação da entrada, assim como o processamento e a verificação dos resultados gerais usando as verificações incluídas no software.
- **Ritmo dos Progressos:** este fornece resumos de gestão para acompanhar as taxas de resposta, cobertura, validação e processamento, permitindo-lhes redireccionar os recursos entre as tarefas conforme for necessário e especialmente focar o tempo e os recursos limitados nas empresas que são as maiores ou as mais importantes para a representação sectorial e regional.

O secretariado do GTN deverá actualizar estas tabelas (com base nos contributos de todos os quadros) semanalmente ou mesmo com maior frequência durante os períodos mais altos do levantamento e processamento dos dados – obviamente requerendo canais de comunicação claros e eficazes entre recenseadores, supervisores e coordenadores, gabinetes regionais e sedes.

#### *Trabalho no terreno e encontros para gestão dos dados*

Ao mesmo tempo, é vital para os quadros seniores manter encontros de estratégia regulares para discutir as informações nos relatórios e abordar problemas tão rápido quanto possível. Esses encontros poderão decidir: redistribuir as empresas entre os recenseadores, mudar os recenseadores para novas regiões / zonas, decidindo a prioridade relativa do acompanhamento, da edição, verificação e aprovação das respostas; e alertando os funcionários seniores para a necessidade da sua intervenção. Isto é especialmente vital quando os países (como é melhor prática) conduzem muitas tarefas simultaneamente (por exemplo, verificação e entrada de dados simultaneamente com o trabalho no terreno). Cada encontro produziria um relatório-resumo para funcionários seniores com uma avaliação dos progressos e apresentando recomendações sobre a programação do trabalho, os quadros, o equipamento e o financiamento necessário.

Um encontro final no fim do processo de levantamento e verificação também deverá retirar ensinamentos para rever a lista de amostras / o registo de investidores, identificando os quadros mais capazes em cada tarefa e revendo questionários que serão úteis em futuros inquéritos e na identificação de necessidades de formação e recolocação dos quadros.

Uma vez que as informações a nível das empresas tenham sido acordadas, é necessário ultimar a base de dados. Isto envolve normalmente técnicas avançadas de apreciação dos gabinetes para tomar em conta a não-resposta, extrapolar os dados do inquérito para o registo de investidores, realizar verificações de séries cronológicas e preparar BP, PII e outros formatos para análise e divulgação. Os economistas e técnicos estatísticos formados desempenham estas tarefas complexas e vêm normalmente do Banco Central, e, dependendo da sua capacidade e do seu mandato, do Gabinete Nacional de Estatística. A base de dados final precisa a seguir de ser aprovada ao nível político, o que poderá levar algum tempo a concluir o processo. É portanto essencial notificar os chefes políticos tanto quanto possível quando a base de dados preliminar lhes será cedida e mantê-los periodicamente actualizados quanto ao estado da mesma.

### 5.3. FONTES “NÃO-INQUÉRITO”

Nos casos em que se encontram facilmente disponíveis e são de alta qualidade, as fontes não-inquérito são muito mais baratas que os inquéritos e aumentam a eficiência e a oportunidade da prestação de contas. Também permitem a contraverificação da qualidade e cobertura dos dados de inquéritos. Contudo, têm muitas vezes sido eliminadas ao abrigo de regimes liberalizados ou não têm sido adaptadas às suas necessidades.

É necessário empregar uma vasta gama de fontes não-inquérito para captar informações. O GTN, como uma entidade multi-institucional do sector público-privado, encontra-se numa boa posição para coordenar a recolha e a avaliação da qualidade destas informações. Contudo, as fontes não-inquérito têm muitas vezes metodologia, cobertura e técnicas de avaliação diferentes das dos inquéritos, tornando impossível desagregar dados nas componentes necessárias para a compilação e análise pormenorizada da BP. Alguma recolha também poderá estabelecer ligações com uma gama mais vasta de organizações (diversos ministérios sectoriais, organizações internacionais, ONG e órgãos académicos). Para evitar descartar fontes não-inquérito a favor de inquéritos, os GTN precisam de ter estratégias claras para reforçar os dados não-inquérito, incluindo rever os formulários de prestação de contas da instituição financeira para os tornar consistentes com BPM5 e formar as instituições no seu uso.

#### 5.3.1. Fontes Nacionais

As fontes incluem agências do governo, sector privado, bolsas de valores e os mass media.

##### *Órgãos do Governo*

Em países com controlos cambiais, os relatórios automáticos não-inquérito indicam muitas vezes transacções em divisas para o Banco Central. Por outro lado, esses sistemas omitem frequentemente transacções que não passam pelo sistema financeiro (tais como transacções offshore e reinvestimento de lucros retidos) e têm níveis fracos de observância/cumprimento e exactidão. A principal fonte não-inquérito em economias liberalizadas é a prestação de contas de transacções financeiras através da prestação de contas directa de instituições do sector financeiro para o Banco Central. No entanto, muitas vezes esses formulários não são suficientes para captar transacções BP correctamente e precisam de ser revistos. Além disso, as agências de promoção do investimento, os ministérios sectoriais, as agências reguladoras específicas de um sector, os supervisores da privatização e as “zonas livres” poderão receber relatórios automáticos dos dados. Contudo, isto tende a ser reportado aquando da autorização da transacções (por exemplo aprovações de investimento), podendo portanto ter pouca relação com as transacções efectivas, e é raramente desagregado por diferentes tipos de financiamento (equidade e não-equidade), classificado em formato BP, ou contém itens necessários para a percepção dos investidores e a RSE.

Mesmo nos casos em que a metodologia é revista para a tornar compatível com BPM5 e incluir outros aspectos, a maior parte das fontes não-inquérito só tem cobertura parcial de CPE. Isto deve-se ao facto de apenas cobrirem alguns investidores, só tirarem um instantâneo do investimento inicial ou omitirem dados que não passam através do sistema financeiro e não tomam em conta alterações na avaliação do mercado. Como consequência, excepto em alguns

países, onde todas as empresas são obrigadas a apresentar relatórios regulares, incluindo stocks e transacções à margem do sistema financeiro, a maior parte das respostas não-inquérito é usada apenas para contraverificar os dados do inquérito.

#### *Sector Privado*

Poderá haver informações disponíveis do sector privado em várias formas:

- Balanços financeiros: embora de um modo geral não produzidos em conformidade com BPM5, incluem muitos dados para contraverificação e uma base para a apreciação dos gabinetes. Em países de baixa renda, os bancos comerciais (fornecidos ao Banco Central), as multinacionais e algumas grandes empresas locais poderão ter facilidade em obter os balanços, sendo estes também disponíveis nos websites de algumas empresas. Contudo, muitas empresas mais pequenas não têm balanços financeiros aprovados ou não os fornecem para os cadastros das empresas.
- As empresas também publicam informações sobre lucros e dividendos nos mass media locais, mas estas são frequentemente numa forma mais resumida (e portanto menos útil) que os balanços.
- As agências do sector privado também poderão compilar dados relacionados com a BP e as percepções dos investidores por parte dos seus membros e disponibilizá-los através boletins e websites.

#### *Bolsas de valores nacionais e outras*

As bolsas de valores fornecem valor de mercado da equidade para empresas cotadas, mas muito poucas empresas estão cotadas em países de baixa renda. Também dão informações sobre algumas transacções do portfólio da dívida, mas muitas vezes não solicitam informações sobre a residência para observar BPM5.

#### *Mass media e outras fontes*

Mass media financeiros e económicos, publicações de empresas, comunicados de imprensa e websites, e adidos comerciais de embaixadas são fontes de informações importantes sobre novo investimento, mas raramente fornecem dados não-inquérito exactos que sejam compatíveis com BPM5. Os GTN deverão usar todos estes recursos como informações de fundo para contraverificar face a dados inquérito e não-inquérito mais formais e para informar os recenseadores antes de estes entrarem em campo.

### **5.3.2. Fontes Internacionais**

É importante distinguir dois tipos de dados internacionais: os de fontes dos países de origem (BCI/OCDE), que fornecem uma contraverificação útil com os dados do país anfitrião e também podem ser formalmente harmonizados com os dados do país anfitrião nos casos em que houver grandes discrepâncias; e os baseados nos dados do país anfitrião (Bretton Woods e ONU), que deverão ser baseados nos dados nacionais mais recentes inquérito ou não-inquérito.

#### *Estatísticas BCI-FMI-OCDE-Banco Mundial sobre a Dívida Externa*

O BCI publica estatísticas sobre a DESP, com base em fontes dos credores e do mercado.

Contudo, os seus dados não cobrem o crédito a fornecedores, que não é canalizado através de bancos, ou de colocações privadas de títulos da dívida.

#### *FMI*

O *Anuário Estatístico da Balança de Pagamentos (BOPSY)* baseia-se em relatórios de bancos centrais membros, usando sistemas de controlo cambial ou de inquérito. Muitas vezes também está obsoleto há muito anos, preferindo esperar até os dados serem definitivos. Os *Relatórios dos Países do FMI* também se baseiam em dados do banco central do país anfitrião, mas muitas vezes não conseguem usar os dados mais recentes se estes envolverem alterações na série cronológica histórica que não foram totalmente justificadas ao FMI. O *WEO (Perspectivas Económicas Mundiais)* publica investimento directo líquido agregado de portfolio ou de outra natureza baseado em agregações das estatísticas nacionais ou usando fontes de credores para as estimativas.

#### *OCDE*

A base de dados do IDE da OCDE consiste em dados do país investidor, desagregados por país receptor. Embora a cobertura seja limitada apenas à OCDE, estas são informações de valor para a contraverificação, visto que é a única compilação de dados do país de origem.

#### *CNUCED*

O *WIR (Relatório sobre Investimento Mundial)* publica dados de IDE anualmente, baseados em informações dos países anfitriões, completados nos casos em que for necessário por dados do FMI e da OCDE e por estimativas dos quadros. Tipicamente esses dados são recolhidos junto das API. A qualidade depende consequentemente dos sistemas de monitorização que um país tem em vigor e se a API reporta os dados mais recentes à CNUCED.

#### *Banco Mundial*

O GDF (*Financiamento do Desenvolvimento Mundial*) retira números das fontes primárias enumeradas acima para compilar dados globais sobre fluxos de capitais privados. Muito frequentemente conta com o BOPSY, completado por dados do país devedor sobre a DESP. Os relatórios dos países do Banco Mundial usam dados do GDF ou do BOPSY.

Os dados internacionais são portanto principalmente úteis ou como meio de contraverificar dados nacionais ou para assegurar se os dados nacionais estão a ser usados pelas fontes que parecem contar com dados nacionais. Em qualquer um dos casos, é importante tentar a harmonização máxima dos dados com estas fontes para ter a certeza de que estão a transmitir um quadro exacto dos CPE – dado que têm um alcance muito mais amplo que as publicações nacionais. Também é vital nessa harmonização verificar as diferenças nos métodos de compilação. Uma verificação útil final com dados internacionais é com os metadados no website do GDSD ou do SDDS do FMI para assegurar que estão a reflectir com exactidão as práticas de monitorização dos países.

#### **5.4. REGISTO E COMPILAÇÃO DO SOFTWARE**

Para compilar, analisar e apresentar dados com eficácia, os países precisam de ferramentas informatizadas: mas a maioria não as tem (excepto para a dívida do sector privado) e precisa de conceber as suas próprias ou adaptar ferramentas genéricas fornecidas pelo PFC.

**O software precisa de:**

- Armazenar dados com o decorrer do tempo de fontes inquerito e não-inquerito com os pormenores necessários.
- Armazenar as informações em categorias, por exemplo por instrumento financeiro, APE vs percepção dos investidores, por país, sector, região, etc.
- Permitir verificações de consistência e ultimação, por exemplo deverá permitir uma verificação que o stock total de equidade ou qualquer outro instrumento deverá ser igual seja desagregado por sector, país ou região. Lacunas indicam possíveis problemas na entrada (o que deverá ser verificado em primeiro lugar) ou na resposta (o que deverá ser verificado subsequentemente com eventuais acompanhamentos junto de empresas ou através de apreciações dos gabinetes efectuadas nesse sentido).
- Gerar resultados incluindo a construção e verificação de séries cronológicas agregadas, a verificação de dados por empresa com o tempo, análise e preparação de balanços BP e PII.
- Ser adaptável para alterações à metodologia devido a novos tipos de fluxos e códigos e padrões.
- Se for necessário, assistir na gestão do trabalho no terreno, por exemplo através do acompanhamento da taxa de resposta e cobertura por região ou sector de actividade económica.
- Partilhar dados pelos departamentos e instituições participantes, que requerem compatibilidade com outros pacotes de software, incluindo os usados para registo empréstimo-por-empréstimo.
- Assistir na manutenção do registo e da amostra de investidores (ex: identificando empresas que não responderam, as que não reportaram APE e dividiram por sector e região).

Os países com sistemas de monitorização estabelecidos poderão já ter software dentro de uma instituição principal com uma estratégia para tornar todos os sistemas de informação compatíveis. Contudo, sempre que for necessário, o PFC fornece software genérico em Access(c) de entrada e análise de dados (que é fácil de adaptar às necessidades nacionais) e aconselha quanto às funcionalidades para outros sistemas.

É preferível para um país ter um sistema de software para dados de APE, percepção e RSE. Contudo, este pode ser completado pelo registo de dados da DESP empréstimo-por-empréstimo num software ad hoc tal como o Sistema de Registo e Gestão da Dívida do Secretariado da Commonwealth (CS-DRMS) ou o Sistema de Gestão e Análise Financeira da Dívida (SIGADE) da CNUCED. Neste caso, o GTN precisa de assegurar que os dados são partilhados para além das unidades que usam estes sistemas para prestação de contas e análise.

O software encontra-se normalmente numa instituição condutora (o Banco Central ou o Gabinete de Estatísticas) e é gerido por uma Equipa de Software estabelecida no âmbito do GTN. Esta equipa poderá incluir outras instituições, no âmbito do GTN, que contribuem para a concepção, introdução e verificação dos dados ou para a preparação dos resultados para análise ou publicação. A comunicação entre o GTN e a equipa de software é vital para assegurar que o software responde às necessidades dos analistas e presta assessoria quanto aos requisitos de concepção.



## 6. ANÁLISE DE CPE E PLANOS DE ACÇÃO<sup>21</sup>

Monitorizar CPE com eficácia através da recolha de dados de alta qualidade não é um fim em si. Os dados têm de ser usados para análise e os resultados da análise para formular e implementar estratégias para crescimento e estabilidade macroeconómicos, desenvolvimento do sector privado, promoção e facilitação do investimento, e redução da pobreza. Só a implementação de um plano de acção abrangente para CPE (de preferência combinado com financiamento do sector público numa estratégia nacional global de financiamento do desenvolvimento) pode ajudar a mobilizar o financiamento mais apropriado e a assegurar que fluxos estáveis e sustentáveis de capitais privados dêem a contribuição máxima para um desenvolvimento nacional sustentável.

Como consequência, os relatórios do PFC CPE incluem uma análise regular abrangente de CPE e de aspectos macroeconómicos, percepções/intenções dos investidores e RSE, assim como uma análise de sectores ou regiões específicos, e instrumentos ou técnicas de financiamento adaptados às prioridades nacionais. Esta secção descreve a qualidade da análise e das estratégias existentes, a razão por que uma análise e estratégias melhores são importantes e com melhorá-las através do fortalecimento das capacidades.

### 6.1. ANÁLISE E ESTRATÉGIA EXISTENTES

Muitos países em desenvolvimento têm estado tão obcecados com a prestação de contas de dados para observar códigos e padrões internacionais que os seus resultados analíticos têm sido de um modo geral muito limitados. O que é preparado inclui muitas vezes descrições de tendências da BP pelo Banco Central ou pelo Gabinete de Estatísticas. Essa análise não contém de um modo geral virtualmente nenhuma informação sobre os diferentes tipos de financiamento (excepto em linguagem BP que é incompreensível para o investidor), dos países de origem ou sectores ou regiões de destino do investimento. Há ainda menos análise das causas ou dos efeitos macroeconómicos dos fluxos ou dos seus custos ou sustentabilidade. Por um lado, devido à má qualidade de alguns dados reportados para observar as directivas do GDDS, o foco da política resultante tem muitas vezes sido dúbio.

Com base na experiência do PFC CPE em países de baixa renda, alguns inquéritos da percepção dos investidores têm incluído uma análise mais profunda das causas da percepção e do comportamento dos investidores, e possíveis respostas de políticas, sendo porém a maior parte disto efectuada por consultores externos. Não existe virtualmente nenhuma análise sistemática da RSE ou da contribuição dos CPE para um desenvolvimento e redução da pobreza sustentáveis a nível das empresas – a análise é daquilo que o governo pode fazer para ajudar os investidores mas virtualmente nunca daquilo que os investidores podem contribuir para o desenvolvimento nacional. A metodologia analítica nestas áreas não é normalmente adaptada às necessidades nacionais, mas adaptada por medida à produção de documentos internacionais que são comparáveis pelos países e regiões. As perguntas frequentes reflectem uma tendenciosidade no sentido de “governo pequeno” – i.e. reduzindo a burocracia, liberalização – em vez de perguntarem sobre aquilo em que o governo pode investir mais energia (infra-estruturas, saúde, educação). A análise é muitas vezes empreendida numa base *ad hoc* ou irregular, permitindo

<sup>21</sup> Para pormenores da metodologia analítica, ver Scheun and Bhinda (no prelo). Para constatações analíticas do programa, ver Rose-Innes et al (no prelo).

pouca análise de tendências em resposta às alterações de políticas. A análise está muitas vezes demasiado focalizada em aspectos nacionais e não suficientemente em tendências dos mercados de capitais mundiais. Por outro lado, foca normalmente só em investidores estrangeiros, não conferindo prioridade suficiente aos interesses e às necessidades de empresários locais ou a activos do sector privado no estrangeiro. Por último, a maior parte dos países não consegue integrar a análise das finanças públicas ou privadas para avaliar perspectivas nacionais de financiamento do desenvolvimento e desenvolver uma estratégia nacional de financiamento.

Mais importante ainda, a análise existente tem frequentemente levado a conclusões de políticas erradas. Como consequência, potenciais partes interessadas, incluindo o governo, o sector privado, organizações internacionais, doadores, órgãos académicos, consideram que a maior parte da análise é de uso limitado para ajudar nas suas próprias decisões de políticas sobre como apoiar o desenvolvimento nacional (ver 6.2), e as partes interessadas nacionais dos sectores público e privado não são detentoras ou por isso não querem usar suficientemente a análise – em parte porque raramente recebem feedback suficiente dos resultados analíticos e das suas implicações para as políticas.

Por isso basearam as políticas em interpretações (muitas vezes mal informadas ou tendenciosas) de experiências noutros países. Isto levou a vários tipos de más políticas:

- **Passividade:** mais comum na década de 1990 entre os países em desenvolvimento que queriam a todo o custo atrair capitais privados estrangeiros e desenvolver o seu sector privado, aceitando passivamente e oferecendo isenções temporárias de impostos a todas as ofertas de financiamento ao sector privado (quer fosse através de ajuda, investimento estrangeiro de equidade quer fosse dívida do sector privado)
- **Pró-actividade mal focada:** centrando os seus esforços para promover o investimento em países de origem historicamente importantes em vez de em novos países de origem dinâmicos ou em sectores baseados em recursos naturais que podem facilmente atrair IDE sem esforços de promoção
- **Antipatia:** nos anos de 1970 e 1980, muitos países opuseram-se aos APE com base numa crença que estes minariam ou não contribuiriam para o desenvolvimento nacional e alguns governos e grupos da sociedade civil ainda alimentam essa convicção.

## 6.2. NECESSIDADES DE ANÁLISES E ESTRATÉGIAS

Para definirem políticas correctamente, os países requerem vários tipos de análise relacionada com CPE.

A primeira fase é uma *análise desagregada básica dos APE*, incluindo:

- **Escala** (de preferência ao valor do mercado), especialmente em relação a outras variáveis económicas, o que mostra que os CPE são muito maiores do que se pensava e dignos de atenção das políticas.
- **Composição por instrumento** e tendências em cada instrumento para identificar quais os instrumentos que requerem uma monitorização e respostas de políticas mais cautelosas ou frequentes e assistir o sector privado no acompanhamento da disponibilidade (e diversificação)

dos instrumentos financeiros. Em particular, é essencial analisar o “perfil de vencimento” do IDE, examinando o período durante o qual o investimento inicial é repatriado para avaliar o seu desempenho.

- **Direcção dos fluxos por país de origem** para identificar novos países para as agências de promoção do investimento seleccionarem e quais os sectores a seleccionar para os países existentes, assim como ajudar o sector privado a identificar os países de origem dos seus concorrentes. Um factor-chave a examinar aqui é a percentagem de fluxos provenientes de países não-OCDE e a necessidade de alterar as políticas de promoção do investimento nesse sentido.
- **Direcção dos fluxos por sector** para ajudar a definir prioridades para apoiar sectores chave para o desenvolvimento nacional e a redução da pobreza e para fornecer informações para investidores sobre quais os sectores que recebem pouco investimento e poderão ter margem para uma alta taxa de respostas. É especialmente importante examinar o grau de diversificação sectorial no investimento, que parece estar a crescer em muitos países embora não obstante apresentando claramente eventuais riscos de excesso de concentração de investimento em sectores ou empresas individuais.
- **Direcção dos fluxos por região** para informar os decisores e investidores que regiões mais pobres visar com infra-estruturas e outras políticas para atrair investimento.

Os países também deverão empreender uma **análise cruzada das diferentes desagregações** para explicar, por exemplo, a razão por que os investidores em diferentes sectores usam diferentes tipos de instrumentos de financiamento ou por que razão os investidores de diferentes países de origem escolhem diferentes sectores. À medida que recolhem mais dados, deverão tentar uma análise econométrica da série cronológica.

Nos casos em que os **activos estrangeiros** que os residentes detêm são significativos, os países precisam do mesmo tipo de análise desagregada (os tipos de instrumentos, onde são detidos e em que sectores) para avaliarem o seu potencial impacto nas políticas, como convencer os residentes a devolver os seus activos ao país e como ajudá-los a diversificar os seus portfolios no estrangeiro para reduzir o risco ou aumentar as respostas.

A segunda fase relaciona APE com **as suas causas e os seus efeitos macroeconómicos**. Isto inclui o entendimento do impacto nos APE de tendências e políticas no sector real e no crescimento; BP, taxas de câmbio e disponibilidade de divisas; desenvolvimento dos sectores monetário e financeiro e disponibilidade de financiamento nacional para completar o financiamento estrangeiro; e gastos orçamentais e públicos/impostos. Isto facilita decisões sobre alterar ou não as políticas macroeconómicas para estabilizar e incentivar os APE. Também envolve analisar o impacto macroeconómico de diferentes tipos de APE: no crescimento (desagregado por sector), nas poupanças e no investimento; na BP, na taxa de câmbio, e nos níveis de reservas; na política monetária e no desenvolvimento financeiro; e nas receitas fiscais. Isto informa medidas de políticas quanto aos APE a promover.

A terceira fase é a análise das percepções e **intenções dos investidores**, que deverá:

- Ser tão abrangente e não tendenciosa quanto possível, reflectindo os interesses e as

preocupações das agências nacionais do sector público e do sector privado. Isto implica a inclusão de um vasto leque de perguntas sobre as condições económicas e financeiras, aspectos políticos e de governação, infra-estruturas e serviços públicos, mão-de-obra/trabalho, educação, ambiente, saúde e condições de mercado

- Distinguir claramente entre factores que influenciam a decisão inicial de investir e aqueles que influenciam actualmente as decisões sobre futuros planos de investimento
- Fazer perguntas sobre futuras intenções de investimento (não só tendências mas naquilo em que os novos fundos serão gastos – por exemplo em diversificação, capital humano, tecnologias ou comércio)
- Incluir os pareceres de investidores residentes bem como de não-residentes (e de preferência os pareceres daqueles que decidiram não investir ou sedes internacionais de empresas transnacionais daqueles que ainda não estão a investir).

Uma análise mais avançada aqui desagregaria e empreenderia uma análise cruzada das constatações para tomar em conta grupos com diferentes interesses, percepções e intenções (ex: exportadores vs. importadores, diferentes países e sectores de origem e sectores). Também deverá comparar os pareceres dos investidores com realidade (através de uma análise objectiva de indicadores comparáveis para outros países) para avaliar o que está realmente a influenciar os APE e evitar respostas erradas às políticas. Por último, deverá analisar tendências ao longo do tempo para avaliar os efeitos das alterações nas políticas.

Esta análise ajuda as agências de promoção do investimento a identificar, avaliar, prioritar e responder aos factores que afectam a decisão de investir, assim como empreender previsões de investimento a médio prazo. Nesta base, os governos poderão aperfeiçoar uma gama de políticas relacionadas com a promoção do investimento e de outra natureza, incentivando os investidores a aumentar os fluxos.

Uma quarta fase é a **análise da responsabilidade social das empresas**, avaliando o efeito do comportamento “não-financeiro” das empresas na mão-de-obra, na saúde, no ambiente e noutros aspectos que afectam a pobreza e o desenvolvimento nacional. Dependendo dos tipos de perguntas incluídas, isto pode incluir a análise da existência de políticas e intenções gerais ou uma análise mais precisa de montantes gastos na RSE em relação ao volume e aos lucros, ou do impacto das políticas de RSE nos quadros de pessoal (igualdade de géneros e etnias, equilíbrio entre expatriados e nacionais, melhoria da competência dos quadros e educação comunitária; saúde dos quadros e da comunidade; condições de trabalho e ambientais mais amplas). Também deverá distinguir claramente entre empresas que vêem a RSE como “caridade” e aquelas que assumem um ponto de vista muito mais amplo incluindo o pagamento de impostos para melhorar as infra-estruturas públicas e o envolvimento dos trabalhadores e da comunidade em decisões económicas. Essa análise ajuda o governo a determinar como os CPE estão a contribuir (e podem contribuir mais) para um desenvolvimento e uma redução da pobreza sustentáveis e introduzir em estratégias nacionais de redução da pobreza, e como o governo pode conceber incentivos para um melhor desempenho. Também pode indicar aos investidores melhores práticas que estes podem emular. (Ver também secção 4.4)

Uma quinta fase cobre a **análise da sustentabilidade**, que inclui:

- **Custos** (dividendos/remessas para equidade e pagamentos de juros/principal para dívida, assim como valores actualizados de fluxos de financiamento) e termos (tais como perfis de vencimento)
- **Rendibilidade/rendimentos** (lucros de exploração líquidos; rendimentos de investimentos; e lucros dos preços no portfolio de investimento)
- **Estruturas do financiamento**, usando rácios dívida/equidade e IDE/outro capital
- **Riscos** relacionados com potenciais flutuações da moeda, da taxa de juro e da rendibilidade
- **Comportamento dos investidores** (reinvestimento ou repatriação de lucros, reembolso ou aumento da dívida interempresas; alterações nas estruturas de financiamento) e os factores que o influenciam
- **Fluxos líquidos** (entradas menos saídas) e **transferências líquidas** (fluxos líquidos menos juros ou dividendos)
- **Análise da volatilidade econométrica** à medida que se constroem séries de dados (com o tempo ou desagregados por sector/país de origem, etc.)
- **Desagregação** de todas estas avaliações por sector, país de origem, etc.
- Aplicação de uma análise semelhante aos activos que os residentes detêm no estrangeiro
- **Comparação dos custos** com os de outros países, instrumentos não-tradicionais tais como Construir-Operar-Transferir ou derivados e fontes de financiamento nacional.
- Mais importante ainda – avaliação dos **factores** nacionais, regionais ou mundiais que influenciam estas variáveis (ex: contágio, comportamento do mercado e das empresas, choques exógenos aos preços das mercadorias ou tendências mundiais da taxa de juro).

Partindo destes aspectos, os países podem depois avaliar as **perspectivas para a sustentabilidade de diferentes tipos de APE**, projectando fluxos e transferências líquidos e valores actualizados líquidos dos fluxos comparados com os fluxos de rendimentos baseados em potenciais alterações nos custos, perfis de vencimento, rendimentos e estruturas de financiamento<sup>22</sup>. Outra fonte útil para essas projecções é a análise de futuras intenções de investimento ao abrigo das percepções dos investidores, mas estas deverão ser ajustadas comparando intenções expressas passadas com taxas de execução efectivas. Também podem analisar a **vulnerabilidade** – por exemplo examinando os rácios dívida / equidade para avaliar quais os sectores ou as empresas que têm uma exposição excessiva à dívida, custos excessivos de financiamento para avaliar quais as empresas que não estão a aceder a financiamento de forma competitiva, e rendibilidade para avaliar (com base nos rendimentos previstos no sector) se o investimento é sustentável.

Com base em toda esta análise, o governo pode então conceber um plano de acção para maximizar a sustentabilidade dos CPE e sua contribuição para o desenvolvimento nacional. Isto envolve calcular as implicações para as políticas de cada constatação analítica, tornando as implicações para as políticas em acções precisas e decidindo quem será responsável pela sua implementação, durante que período e com que prioridade, assim como se é necessária alguma ajuda adicional para fortalecer as capacidades. Obviamente, ao formular esses planos é essencial tomar em conta as medidas de políticas que estão a ser implementadas em consequência de outras iniciativas (ver também 6.1.4).

<sup>22</sup> Por exemplo a análise da DESP poder ser inserida na análise nacional global da sustentabilidade da dívida, avaliando o stock, o serviço e os rácios VA da dívida do sector público e privado comparados com PIB, receitas da exportação e reservas de divisas. Também se podem calcular rácios semelhantes para a equidade dos APE.

A última fase é fusionar a análise do financiamento do sector privado num quadro que tome em conta o financiamento do sector público e o desenvolvimento do sector financeiro nacional e permita a concepção de uma **estratégia nacional de financiamento do desenvolvimento**. Essa estratégia deverá conter uma análise de portfolio de recentes tendências em APE, financiamento oficial estrangeiro e alívio da dívida, dívida interna pública, e poupança e investimento nacional privado e público. Também deverá prever possíveis tendências (usando a análise da sustentabilidade dos CPE discutida acima) e simular diferentes cenários para o futuro desenvolvimento nacional baseados em medidas projectadas para melhorar a sustentabilidade do financiamento do desenvolvimento, o financiamento do desenvolvimento necessário para o crescimento e a redução da pobreza. A componente mais importante dos cenários é o provável comportamento dos investidores, incluindo o impacto da volatilidade dos CPE na economia, dos ‘choques’ macroeconómicos no comportamento dos CPE e de uma política melhor para mobilizar financiamento mais estável e de melhor qualidade no crescimento e na redução da pobreza. A estratégia deverá incluir recomendações de políticas para mobilizar o montante máximo de financiamento estável, de baixo custo e baixo risco, da mais alta qualidade para o crescimento e a redução da pobreza, seleccionando sectores e regiões prioritários, no contexto de um plano de acção baseado numa auto-avaliação nacional pormenorizada das necessidades prioritárias.

Toda essa análise é essencial à concepção de estratégias macroeconómicas para promover a sustentabilidade e reduzir a vulnerabilidade, por exemplo melhorando a gestão nacional geral da dívida e das reservas de divisas. Contudo, poderá ter um impacto igualmente poderoso no comportamento do sector privado porque melhores informações podem ajudar as empresas a obter termos mais favoráveis, a adoptar estratégias de financiamento mais sustentáveis e melhorar a governação das empresas (desde que a análise seja apresentada numa linguagem não-técnica – não em “fala BP”).

Para pormenores das conclusões analíticas deste tipo, ver Rose-Innes, Martin, Rogers et al (no prelo).

### **6.3. ACORDOS INSTITUCIONAIS E DE CAPACITAÇÃO**

A maioria dos países em desenvolvimento carece do tempo e da competência dos quadros ou das estruturas para empreender os aspectos mais avançados desse tipo de análise (e em alguns países para empreender qualquer análise). Também não se ministra virtualmente nenhuma formação a funcionários do sector público nos aspectos mais avançados da análise, havendo portanto uma necessidade gritante de capacitação abrangente nesta área.

Portanto os países precisam de calcular como rever os termos de referência para as unidades e os quadros para assegurar que se dedica a atenção adequada à análise. O GTN precisa de estabelecer uma equipa dedicada à análise e à redacção do relatório, que identifique colaboradores e insumos de coordenação para o relatório, supervise a preparação e a ulimação dos rascunhos, e organize a publicação e a divulgação.

Isto envolverá muitas vezes quadros de pessoal de unidades dentro das agências participantes, que

são diferentes das que conduzem a recolha de dados (por exemplo o Departamento de Pesquisa do Banco Central em vez de um departamento de estatística ou de inquéritos, ou o Departamento de Pesquisa de uma API em vez do Departamento de Promoção/Facilitação do Investimento). É importante capitalizar ao máximo a competência daqueles usados no empreendimento da análise, envolvendo-os na equipa em vez de tentar fazer com que a equipa de recolha de dados redija a análise, o que levará provavelmente a uma análise de qualidade mais baixa. É portanto vital que haja uma estreita coordenação entre as unidades que recolheram e validaram os dados e as que estão a empreender a análise – para que os validadores dos dados possam explicar eventuais problemas com dados e produzir o relatório de resultados correcto a partir do software que esteja a ser usado para o registo. Também é necessário um consenso total quanto à aceitabilidade dos dados de fontes inquérito ou não-inquérito (ou sobre como combinar as fontes para produzir os melhores dados gerais), em todas as instituições, para ter uma base clara para análise, e especialmente para explicar eventuais alterações comparadas com dados anteriores.

Normalmente o Banco Central toma a iniciativa na análise macroeconómica e de APE/PII/BP (com contributos de instituições de execução de políticas macroeconómicas tais como ministérios das Finanças ou do Desenvolvimento), que podem posteriormente ligar à sua produção de publicações periódicas e relatórios relacionados com BP/PII. Tipicamente, as técnicas econométricas também são mais fortes no Banco Central, que portanto encabeça a análise da sustentabilidade. Contudo, a API ou os órgãos do sector privado estão normalmente em melhor posição para cobrir a análise da percepção dos investidores e da RSE, e qualquer que seja a instituição que conduziu o empreendimento dos inquéritos é normalmente nomeada para escrever sobre a metodologia, os problemas, as lições do inquérito e avaliar as melhorias da qualidade dos dados. Todas as instituições envolvidas têm de contribuir para os sumários executivos, capítulos introdutórios e plano de acção de políticas, assim como comentar os rascunhos dos capítulos umas das outras para assegurar que todas elas têm apropriação do resultado final do relatório. Uma vez concluída a análise, os passos seguintes são aprovar e implementar o plano de acção e divulgar a análise e o plano de acção (ver 7.1).

## **7. PRIORIDADE POLÍTICA, ACÇÃO E AVALIAÇÃO**

Este capítulo examina o papel vital dos decisores. Precisam, sobretudo, de conferir à gestão dos CPE alta prioridade política. Prioridade política e liderança são cruciais a uma gestão estatística e macroeconómica eficaz, e à redução da pobreza. Conforme demonstrado no Capítulo 6, a única maneira de transformar a análise em acção é os decisores discutirem no seio do Governo e aprovarem uma ‘Estratégia do Financiamento do Desenvolvimento’ sustentável. Isto também implica discuti-la com, e convencer, outras partes interessadas (sociedade civil, doadores, investidores locais e estrangeiros), Governo, comunicando a estratégia a nível regional e internacional, e monitorizando a implementação de ensinamentos políticos (ver 7.1).

Os decisores também são essenciais para assegurar que o GTN tem os recursos humanos, o acesso a apoio de capacitação e a apoio financeiro nacional e externo para desempenhar as suas

funções de compilação, análise e divulgação de forma sustentável e a alto nível. Precisam de estar determinados a reduzir a dependência da ajuda técnica e financeira externa e a aumentar a responsabilidade local através da reforma das instituições, do fortalecimento das capacidades dos quadros e do aumento das contribuições financeiras nacionais (7.2).

Por último, precisam constantemente de avaliar os progressos na monitorização e gestão dos CPE para identificarem pontos fracos chave nas capacidades e fornecerem novas soluções técnicas e financeiras (7.3).

### **7.1. PERFIL POLÍTICO DOS CPE**

O perfil da gestão dos CPE em discussões do governo depende por um lado da frequência com que é levantado em encontros do Conselho de Ministros e outros fóruns governamentais de alto nível, incluindo encontros entre decisores e representantes do sector privado. As discussões deverão incluir acordos de dados, suas implicações para as políticas e respostas de políticas através de estratégias CPE, sendo o êxito medido pelo grau em que se concertam recomendações nos encontros.

Para evitar a duplicação e assegurar a coerência das políticas, é melhor manter estas discussões nos fóruns nacionais e regionais existentes, que poderão ter de ser alargados para incluírem todos os órgãos públicos, privados e académicos, investidores locais e estrangeiros, e representantes da sociedade civil. Exemplos de fóruns existentes incluem discussões sobre o Documento de Estratégia para Redução da Pobreza, fóruns de investimento presidenciais, eventos de associações do sector privado, eventos de doadores para os seus investidores, fóruns de promoção do investimento e feiras comerciais organizadas pela API. Muitas instituições GTN não estão habituadas a manter um diálogo de políticas com os investidores e a maioria mantém pouca ou nenhuma discussão com a sociedade civil mais ampla ou não cobriu tópicos tais como percepções dos investidores e RSE. Portanto o GTN tem de incluir uma representação do sector privado e usar as redes de contactos de todos os seus membros (especialmente associações do sector privado e API). Também precisa de consultar os ministérios sectoriais que operam com a sociedade civil em questões de saúde, educação, trabalho ou ambiente.

Os tópicos para discussão poderiam incluir como aumentar a qualidade dos dados e o acesso do sector privado e da sociedade civil a informações (incluindo aviso prévio da recolha de dados, análise, e calendários da concepção de políticas), feedback do sector privado para medidas de políticas chave adicionais para melhorar o clima de investimento, respostas de políticas sectoriais/regionais/macro a constatações sobre a percepção dos investidores e os APE, como melhorar o comportamento RSE e como implementar todas estas acções de políticas através das acções dos membros do GTN.

Manter um calendário previsível de recolha e divulgação de dados em conformidade com o GDDS tem-se revelado ser um grande desafio para os países nas fases iniciais da implementação. Isto reflecte dois factores: que os inquéritos por referência normalmente levam 15-18 meses; e atrasos na afectação de recursos humanos ou financeiros. Contudo, à medida que os funcionários



de alto nível reconhecem os benefícios do exercício e afectam mais recursos, à medida que o sector privado entende o exercício e seus benefícios e passa a estar mais interessado, e à medida que os países passam para inquéritos mais pequenos e mais rápidos, o GTN pode estabelecer planos de trabalho fixos. Isto é especialmente importante nos países que recolhem dados com maior frequência do que uma vez por ano (Bolívia, Guiana, Trindade e Tobago), para evitar atrasos com efeito dominó para futuros ciclos de monitorização.

Os decisores também têm de assistir na monitorização ou gestão de pontos estrategicamente importantes num ciclo de projectos. Por exemplo, encorajam respostas de empresas chave, dirigindo eventos iniciais de consciencialização, assinando comunicados de imprensa, empenhando-se no debate nos mass media, e dirigindo eventos para divulgar a análise e planos de acção de políticas. Os decisores no Malawi, na Tanzânia e no Uganda também aumentaram dramaticamente as taxas de resposta dos investidores através da coordenação de encontros a alto nível de grupos chave, em que tratam das preocupações de confidencialidade dos investidores e sublinham os benefícios do exercício para todas as partes interessadas (ver também Capítulo 8).

## **7.2. IMPLEMENTANDO RECOMENDAÇÕES**

### **7.2.1. Implementação de Planos de Acção de Políticas**

Um bom relatório analítico com uma estratégia de financiamento e um plano de acção de políticas fortes não é suficiente. Também é vital assegurar uma aprovação a nível dos decisores do plano de acção de políticas para lhes permitir fazer compromissos firmes às alterações de políticas durante eventos organizados para divulgar relatórios analíticos. Isto é particularmente verdadeiro porque há frequentemente recomendações de políticas emergentes de outras fontes, tais como relatórios de consultores externos ou consultas selectivas com investidores (que poderão muito bem ser menos representativos da análise nacional ou das opiniões dos investidores). A melhor maneira de obter esta aprovação é, primeiro, através de uma discussão no fórum nacional que for responsável por decisões sobre a política macroeconómica, o desenvolvimento do sector privado e estratégias de promoção do investimento e, segundo, através de uma aprovação formal pelo Conselho de Ministros (para assegurar uma abordagem consistente entre os ministérios) e pelo Parlamento (para assegurar a vigência legal e constitucional). Contudo, poderão frequentemente ser órgãos diferentes, que requerem uma discussão das recomendações em vários fóruns – ou um encontro conjunto de todos. É essencial assegurar que os órgãos do sector privado que são membros do grupo de trabalho estão representados na íntegra nessas discussões.

Uma vez obtida a aprovação, a divulgação do plano é igualmente vital. É importante que seja discutido com, e de preferência aceite pelas, partes interessadas do sector privado e da sociedade civil locais envolvidas na construção da estratégia nacional de desenvolvimento (tais como sindicatos e organizações da sociedade civil), assim como pela comunidade doadora internacional. Alguns governos decidiram desenvolver estratégias do sector privado através de discussões com estas partes interessadas, formulando ao mesmo tempo estratégias nacionais de desenvolvimento, podendo nesse caso a análise dos CPE e os planos de acção de políticas constituir um contributo chave. A estratégia também deverá ser divulgada em encontros internacionais chave, incluindo

Grupos Consultivos e Mesas Redondas, conferências de investimento e missões de promoção, com briefings contínuos para os políticos, para assegurar a continuação do seu apoio total.

Por último, a melhor divisão da responsabilidade pela implementação é entre os directores-gerais das instituições de acordo com o seu mandato para alterações das políticas: ministérios de Economia e banco central para a política macroeconómica; agências de promoção do investimento e órgãos do sector privado para a promoção do investimento e a RSE; e todas as agências envolvidas no GTN para identificar mais necessidades de capacitação e como satisfazê-las através de planos de acção.

Transformar uma análise melhorada na implementação de uma estratégia coerente de financiamento do desenvolvimento é um processo difícil, cheio de muitos obstáculos, incluindo convencer um sector privado que não vê por que razão é do seu interesse o governo ter uma estratégia e uma comunidade doadora cujos muitos membros não acreditam na capacitação do sector privado nesta área. Contudo, pode proporcionar a todas as partes uma base muito melhor para decisões e políticas que os actuais dados incorrectos, as opiniões selectivas do sector privado expressas em seminários e conferências e uma análise extremamente limitada. Os resultados do PFC CPE já forneceram aos decisores, ao sector privado e aos doadores novas sugestões vitais para análise e políticas, conduzindo a um novo exame da liberalização do sector externo, a incentivos fiscais para o investimento, à promoção do investimento e a políticas de gestão das reservas. O desafio na fase III do PFC CPE será fazer dos planos de acção de políticas CPE a base principal das estratégias nacionais de financiamento do desenvolvimento do sector privado.

### **7.2.2. Implementação de Recomendações de Capacitação**

O compromisso político reflecte-se no êxito dos esforços do governo para fortalecer quadros legais e institucionais sustentáveis, recursos humanos e compromissos financeiros.

Os decisores são vitais para abrir caminho através de melhorias a disposições legais para acompanhar os mais recentes requisitos de dados, mecanismos de coordenação interinstitucional e as preocupações quanto à confidencialidade dos dados. Isto foi realizado através da revisão de leis para reforçar mandatos e confidencialidade (Gâmbia, Guiana, Uganda), da criação de unidades ou divisões para monitorizar e gerir CPE (Uganda, Tanzânia, Gâmbia) e da assinatura de acordos interinstitucionais dos GTN vinculados por lei (Bolívia, Uganda). Também são centrais ao fortalecimento das unidades ou dos departamentos principais das instituições membros do GTN, através da promoção da formação dos quadros e da concepção de sistemas de carreiras claros.

Um aspecto-chave é quem deverá ministrar formação. O GTN deverá conceber uma linha clara para reduzir a sua dependência do apoio externo, assegurando que um grande número de quadros é bem formado para fornecer um grupo de formadores nacionais. Os países PFC CPE têm reduzido gradualmente as suas necessidades externas. Inicialmente, países com menos experiência poderão eles próprios ministrar formação básica em conceitos de BP/PII/DESP, mas contar com apoio externo para acções de formação mais avançada. Os países com mais experiência já ministram formação interna em monitorização e análise de tendências, composição e causas

(Bolívia, Malawi, Tanzânia, Trindade e Tobago, Uganda), recorrendo a especialistas externos apenas para partilhar as experiências de outros países, formar em técnicas mais avançadas (tais como desenvolvimento de séries cronológicas e análise da sustentabilidade) e controlo de qualidade dos dados e análise. No entanto, os decisores também precisam de tomar em consideração a rápida rotação dos quadros, que poderá requerer mais ajuda externa.

A forma mais sustentável de fortalecer as capacidades é através de organizações de apropriação regional bem geridas, que conhecem as necessidades dos seus países membros, porque definem prioridades nacionais e regionais através de consultas aos seus membros. Cooperam com provedores de ajuda externa para actualizar a metodologia com regularidade, ao mesmo tempo que adaptam a implementação às necessidades nacionais para aumentar a apropriação. Minimizam os custos (contribuindo para a sustentabilidade financeira) encorajando uma troca de experiências apropriada entre os membros (usando especialistas regionais para formar noutros países membros) em vez de prestarem assistência através dos seus quadros.

Os decisores também tomam decisões chave na mobilização de financiamento:

- Afectando os seus próprios orçamentos para a monitorização e gestão dos CPE, especialmente em agências com melhores recursos, tais como o Banco Central e o Ministério das Finanças. As API e os líderes de associações do sector privado também podem contribuir com recursos para acções do GTN. É necessário identificar os requisitos e confirmar e afectar os recursos muito antes dos ciclos de orçamentação anuais das agências. Em princípio, acordos de financiamento de 3-5 anos são de preferir (com actualizações anuais para tomar em conta mudanças nas necessidades). É necessário reflectir os compromissos financeiros nos acordos interinstitucionais.
- Desempenhando um papel principal na mobilização de financiamento inicial dos doadores. Isto é especialmente verdadeiro nos casos em que os doadores descentralizaram decisões sobre o financiamento para o nível nacional ou só afectarão financiamento através de fundos comuns para vários projectos em vez de apoio específico a CPE. Esses fundos comuns podem ser Planos Estratégicos de Estatísticas (Quénia), Programas de Apoio ao Sector Financeiro (Gana) ou Programas de Apoio ao Sector Privado (Zâmbia). Acordos de financiamento comum levam frequentemente muito mais tempo a arrancar que projectos individuais, podem ser sujeitos a acordos complexos de contratação pública e poderão ter de ser mobilizados através de agências que não são membros centrais do GTN (tais como o Ministério das Finanças), atrasando severamente as actividades de monitorização e gestão dos CPE. Como consequência, os países deverão planear de antemão a redução do apoio dos doadores e o aumento gradual do financiamento local, para assegurarem uma sustentabilidade financeira a longo prazo.

### 7.3. AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES<sup>23</sup>

Os decisores deverão também assegurar que estão genuinamente a fortalecer capacidades nacionais sustentáveis. Um aspecto disto será o cumprimento dos seus compromissos face aos padrões de dados internacionais (GDDS ou SDDS) para cobertura, periodicidade, oportunidade, transparência, integridade e divulgação dos dados. Por isso pedirão relatórios a contrapartes nacionais para esses padrões, para enfrentarem eventuais desafios restantes de capacitação.

<sup>23</sup> Para pormenores do sistema de avaliação do PFC CPE e os mais recentes resultados dos progressos dos países, ver [www.fpc-cbp.org](http://www.fpc-cbp.org).

Contudo, precisam de assegurar que um sistema mais amplo está em vigor para permitir a avaliação dos progressos na criação das capacidades analítica e de execução de políticas, assim como a identificação de lacunas em todas as áreas e suas causas e prioritar mais acções necessárias para melhorar a sustentabilidade.

A metodologia de avaliação precisa de ser simples, transparente, objectiva, abrangente e capaz de facilitar a comparação com outros países a envidar os mesmos esforços. Isto é para poder permitir aos decisores rever os progressos de forma eficiente e tomar decisões para fortalecer as capacidades, com base nas recomendações dos membros do GTN. Esse sistema também permite às organizações comparar necessidades e progressos nos seus países constituintes, e planejar a formação e outro apoio com maior eficácia, às organizações internacionais concluir as suas próprias avaliações de forma consistente (por exemplo, verificando Relatórios sobre a Observância de Padrões e Códigos, ou metadados GDDS/SDDS), e aos doadores avaliar os projectos que estão a apoiar e futuras prioridades para a ajuda.

O sistema de avaliação do PFC CPE preenche todos estes critérios, cobrindo as seguintes áreas:

I	Capacidade para Cumprir os Códigos e Padrões Internacionais
II	Plano de Acção de Políticas CPE
III	Quadro Legal e Institucional
IV	Gestão, Supervisão e Ambiente de Trabalho
V	Aceitação de Dados, Análise e Políticas
VI	Equipa Formada Disponível para Monitorizar e Gerir CPE
VII	Recursos Humanos
VIII	Empreendimento de Inquéritos
IX	Mecanismos de Prestação de Contas Não-Inquérito
X	Registo e Compilação
XI	Análise Macroeconómica e de APE
XII	Percepção dos Investidores e Análise da RSE
XIII	Prioridade Política e Liderança
XIV	Transparência, Avaliação e Controlo

Cada uma destas áreas é ampla, mas tem subcritérios que permitem aos países entrar em mais pormenores. Por exemplo, um GTN pode avaliar separadamente a sua capacidade analítica em aspectos macro e de APE, incluindo a sustentabilidade dos APE, a percepção dos investidores e a responsabilidade social das empresas. Em cada uma destas áreas pode avaliar a eficácia dos órgãos de coordenação política e técnica na geração da análise, a qualidade da análise, a qualidade das recomendações de políticas geradas e as alterações de políticas resultantes.

Dependendo das suas prioridades, os países podem ponderar certas áreas mais profundamente. Por exemplo, um país que já atingiu um nível elevado de capacidade na análise de APE poderá querer prender mais importância à percepção dos investidores e à análise da RSE. As avaliações de muitos critérios também variam pelas e entre as instituições (especialmente para os recursos humanos nos casos em que algumas instituições GTN possam ter melhores quadros que outras) e aqui deverá tomar-se o resultado médio para todas as instituições e todos os departamentos relevantes, sendo as divergências importantes explicadas, salvo se só uma instituição for responsável (ex: para cumprimento do GDDS).

Uma auto-avaliação realista e que funcione bem empreendida pelos países é portanto a melhor maneira de avaliar os progressos no fortalecimento das capacidades porque (por contraste a avaliações externas) leva à apropriação total da avaliação e portanto à implementação dos seus resultados. Embora o controlo de qualidade tenha de ser efectuado independentemente, proporciona a melhor orientação às partes interessadas para futuras prioridades no desenvolvimento de instituições para monitorização dos CPE, análise e alterações de políticas.

## **8. PARCERIA COM O SECTOR PRIVADO**

### **8.1. RESUMO**

Um objectivo chave da monitorização e análise de CPE deverá ser criar parcerias entre os sectores público e privado. Um primeiro passo é integrar os órgãos do sector privado no GTN (ver Capítulo 2). Este capítulo examina uma interacção mais ampla entre o GTN e a comunidade empresarial. Examina a razão por que todas as partes beneficiam da parceira, independentemente de variações na organização do sector privado nos países e identifica formas de aumentar a parceria através de consciencialização, maior resposta do sector privado a pedidos de dados, e divulgação de resultados para ir além dos códigos e padrões internacionais, para prestar informações úteis para tomadas de decisões a todas as partes interessadas. Conclui analisando como as alterações de políticas relacionadas com CPE podem beneficiar do sector privado.

### **8.2. PORQUÊ UMA PARCERIA?**

A parceria na monitorização e análise beneficia compiladores e utilizadores de dados do governo e do sector privado. O governo requer dados exactos para promover o diálogo com o sector privado num ambiente cada vez mais orientado para os negócios e para formular políticas de forma consultiva e transparente. Quer aumentar a confiança dos investidores em acções do governo, procurando um clima de investimento atractivo para atrair investimento privado local e estrangeiro mais significativo e de qualidade mais alta.

Os representantes do sector privado no GTN reconhecem que a cooperação fortalece a influência e o papel do sector privado na tomada de decisões. Usam dados para a sua própria tomada de decisões e ao definirem as necessidades dos seus membros para os ajudar a obter joint ventures locais-estrangeiras, financiamento da dívida mais barato, fornecedores mais competitivos ou novos mercados no estrangeiro. Também melhoram as suas relações com o governo e a sociedade civil promovendo práticas mais responsáveis a nível social e ambiental.

As empresas requerem explicações dos objectivos para a recolha de dados, garantia de confidencialidade e indicação de como os dados serão usados, assim como formação para responder a inquéritos tecnicamente complexos. Tentam expressar as suas opiniões (ex: através de inquéritos sobre a percepção dos investidores) sobre as políticas económicas do governo e esperam que os seus pareceres se reflectam no feedback que os decisores lhes enviam e numa resposta de políticas sustentável, estável e calendarizada. Também reconhecem que os dados agregados e os resultados analíticos os podem ajudar a tomar decisões de negócios bem informadas.

### **8.3. ORGANIZAÇÃO DO SECTOR PRIVADO**

A parceria tem de tomar em conta a organização da comunidade empresarial. O seu grau e a sua eficácia de organização variam muito nos países, definindo os métodos e a eficácia dos canais de comunicação para órgãos do sector público sem experiência.

A maior parte dos países tem associações e câmaras que representam os sectores prioritários, tais como uma associação dos bancários ou uma câmara de comércio ou indústria. Contudo, nem todos os sectores são representados por câmaras: alguns, que estão “isolados” e têm grande influência sobre a economia por virtude da sua escala e estrutura multinacional (por exemplo, mineiro ou petrolífero), não formam associações, preferindo representar os seus pareceres ao governo unilateralmente.

A maior parte dos países também tem câmaras ou associações definidas por região (com interesse comum na política de desenvolvimento regional e nas infra-estruturas) ou grupo (exportadores). Alguns países também têm “associações-chapéu do sector privado” (ex: Gana, Nicarágua, Uganda) ou associações dos empregadores (ex: Bolívia) globais, que se destinam a desempenhar um papel de coordenação. Todas essas associações chave deverão ser incluídas.

Nem todas as câmaras privadas são “privadas”. Nos Camarões, há duas câmaras, uma financiada publicamente e a outra privadamente. Ambas têm um leque amplo de membros e têm um mandato para representarem os pareceres dos seus membros. Nesses casos é vital que o GTN opere estreitamente com as câmaras, independentemente das suas fontes de financiamento.

Por vezes, o governo solicita a influência do sector privado de forma selectiva e directa. Isto acontece em países mais pequenos, que tendem a ter menos câmaras, dependendo de investidores individuais proeminentes para falarem por interesses mais amplos. Na Guiana e em Zanzibar, o GTN preferiu estabelecer relações construtivas com esses indivíduos para encorajar uma parceira mais ampla. Isto também acontece no contexto de iniciativas presidenciais ou ministeriais de promoção do investimento ou do comércio que precisam do apoio de investidores de alto perfil no país ou no estrangeiro (ex: Gana, Guiana, Tanzânia).

Os investidores estrangeiros também estão muitas vezes organizados por país de origem. Por exemplo, a África do Sul e a Grã-Bretanha organizaram associações em vários países, que estão integradas numa rede através de uma associação central no país anfitrião. Câmaras italianas e americanas operam na Nicarágua, permeando de forma transversal as câmaras específicas de

certos sectores do país, podendo assim as empresas ser membros de mais que uma associação. A Câmara Americana da Nicarágua também inclui a nacionalidade local e outras, com o objectivo mais amplo de fortalecer os laços de investimento e comerciais com os EUA. Os gabinetes dos doadores locais também poderão tentar integrar-se numa rede com investidores dos seus próprios países e representar os seus interesses através de um adido comercial. Por exemplo, o Alto Comissariado Britânico na Gâmbia coordena encontros de promoção do investimento com investidores britânicos de visita, a Associação Económica da África Ocidental e a Câmara de Comércio da Gâmbia. O GTN pode colher benefícios enormes de uma coordenação com esses órgãos: promovendo as vantagens da monitorização e gestão dos CPE, mas não é provável que os inclua entre os seus membros para evitar criar estruturas de coordenação excessivamente grandes.

Laços étnicos, religiosos ou familiares também são critérios comuns para a organização do sector privado. Contudo, estes laços podem ser muito complexos e portanto o GTN precisa de os entender claramente, por exemplo fazendo uma distinção entre diferente grupos comunitários “asiáticos”.

De um modo geral, as estruturas de representação do sector privado variam muito. A Bolívia tem uma estrutura muito abrangente, tendo quase todas as regiões e todos os sectores a sua própria câmara, mas todas ao abrigo de uma mesma única organização-chapéu, a Confederação dos Empregadores Privados, que tem o mandato para coordenar e representar os seus interesses a nível nacional. A Confederação é portanto membro do GTN – embora de vez em quando os interesses dos seus membros diverjam. O Burkina Faso e a Nicarágua também têm uma câmara única que representa todas as associações e todos os investidores do sector privado que são membros chave do GTN. Alguns países (tais como a Gâmbia) têm muitas associações sectoriais, que tornam o alcance e a cooperação mais complexos e que requerem que membros centrais relevantes do GTN (a Câmara de Comércio e Indústria da Gâmbia e a Autoridade de Promoção do Investimento e das Zonas Livres da Gâmbia) envidem esforços muito maiores para criar uma parceria público-privada.

A eficácia das associações na representação dos interesses dos seus membros depende dos recursos humanos e financeiros à sua disposição, do seu grau de organização, do acesso a canais de trabalho em rede de alto nível, do seu grau de representação e cobertura dos seus grupos de apoio e da sua capacidade para se aliarem a outras associações ou a outros grupos de interesse. Algumas são extremamente bem organizadas, com departamentos para pesquisa e advocacia, e orçamentos para empreender inquéritos a membros e publicar constatações, tornando-as independentemente influentes nas políticas governamentais. No entanto, tendem a considerar a cooperação em iniciativas público-privadas como outra forma importante de aumentar o seu contributo para as políticas. Outras não têm recursos suficientes para desempenhar estas funções, restringindo a sua influência independente e entusiasmando-as para cooperarem com o governo na monitorização e análise dos CPE.

Esta discussão focou o sector “formal”. Contudo, todos os países têm sectores “informais” de actividade económica. Estes variam em escala e grau de sofisticação, tendendo na maior parte dos países a ser operadores mais pequenos ou médios, sem APE. Contudo, em alguns casos, o sector

informal é bem organizado em grupos sectoriais e empenha-se em transacções CPE. Os governos precisam de estabelecer elos de ligação entre o GTN e estes grupos.

#### **8.4. CAMPANHAS DE CONSCIENCIALIZAÇÃO**

A criação de parcerias começa com uma campanha de consciencialização, em todas as fases da monitorização e análise, para abordar os interesses dos investidores, procurar conseguir a sua cooperação, aumentar o entendimento de requisitos técnicos e divulgar constatações analíticas e planos de acção de políticas. Isto tem de ser tão eficaz em termos de custos quanto possível, mas deverá incluir fóruns público-privados existentes, eventos para lançar e encerrar um inquérito, o uso dos mass media nacionais e outros meios de publicidade.

##### **8.4.1. Seminários de consciencialização**

Vários países “anunciam” novos métodos ou ciclos de monitorização e análise com um seminário de consciencialização para apresentarem objectivos, parceiros de implementação e suas funções, metodologia e implementação, e para abordarem as preocupações do sector privado quanto a confidencialidade e envolvimento no processo para assegurarem a sua cooperação.

A lista de convidados do sector privado deverá incluir todas as associações chave, assim como investidores individuais, para reflectir a amostra de inquérito, especialmente grandes empresas que representam a maior parte dos activos e passivos, assim como todas as regiões, todos os sectores e países de origem principais. O nível de participação do sector privado também é crítico, requerendo a participação de directores-gerais para assegurar que os pareceres reflectem os pareceres da empresa e mobilizar cooperação. Se a comunidade empresarial estiver espalhada por vários lugares, o GTN poderá acolher uma série de eventos “satélite” mais curtos (ex: Bolívia, Camarões, Malawi) para evitar o custo de reunir todos os investidores num centro, assim como o risco de os directores-gerais não comparecerem no lugar central. Mesmo que a participação do sector privado for limitada, o público e o alcance dos seminários tornam-se muito mais generalizados através dos mass media (ver 8.4.2).

Não há um melhor formato único para estes eventos: práticas diferentes têm funcionado em países diferentes. Por exemplo, alguns favorecem “encontros de pequeno-almoço” mais curtos a que os executivos possam comparecer a caminho do serviço (ex: Bolívia, Nicarágua, Trindade e Tobago), ao passo que outros favorecem eventos com mais espaço para apresentações e discussões mais longas (ex: Burkina Faso, Camarões, Gâmbia, Tanzânia, Uganda). Porém, em vários casos tem-se constatado que quanto mais breve o evento, melhor a participação para o efeito (e quanto mais focalizadas as apresentações, mais positiva a avaliação do evento por parte do sector privado). O formato mais eficaz varia de país para país, devendo a sua concepção derivar de uma consulta estreita sobre as preferências do público-alvo.

Para um seminário poder conseguir os seus objectivos, as instituições GTN têm de ser representadas a alto nível (Ministro, Governador, Director-Geral) para atrair uma representação do sector privado a alto nível e interesse mediático, assim como por quadros



técnicos para apresentarem planos para (e responderem a perguntas sobre) a metodologia e a implementação. Deve-se pedir aos oradores de alto perfil do sector privado que profiram apresentações que contenham críticas construtivas ao mesmo tempo que realçam a cooperação com o exercício global, para ajudar a superar as dúvidas de outras empresas. As intervenções de organizações internacionais, doadores e representantes de outros países também podem colocar o exercício num contexto mais amplo e sublinhar as vantagens para todas as partes interessadas.

#### **8.4.2. Campanhas mediáticas**

Os países identificaram muitas opções de promoção mediática, que, se forem bem planeadas, têm um alcance potencial muito mais amplo que os eventos de consciencialização. Estas opções incluem:

- Convidar a televisão, rádio e imprensa para seminários de abertura de consciencialização e de encerramento de divulgação, em que se organizam conferências e comunicados de imprensa.
- Organizar artigos dos decisores ou que estes apareçam nos mass media, ou a discussão do assunto em programas tópicos.
- Publicar anúncios em jornais e revistas económicas chave ou em boletins e websites dos membros do GTN para criar consciencialização, relembrar prazos-limite para as respostas ou publicar e discutir os resultados.

Qualidade, e não quantidade, de jornalismo é mais importante: a cobertura mais eficaz resultou da selecção de jornalistas com conhecimentos técnicos e de alguma apreciação da fundamentação lógica e da importância do exercício. Alguns países identificam facilmente esses candidatos, enquanto outros poderão ter de formar jornalistas nos conceitos chave. Alguns GTN (Malawi, Uganda) e organismos regionais (WAIFEM) acolhem seminários de formação para jornalistas seleccionados em aspectos técnicos e informam-nos regularmente sobre desenvolvimentos chave.

Segundo, uma apresentação mediática eficaz tem de ter em mente a aplicabilidade, o tempo de emissão/transmissão, a linguagem e popularidade de um programa específico para poder otimizar a visualização por parte do público-alvo. Outros factores importantes são se o órgão de comunicação social é nacional, regional ou internacional, e vincular a história com outras histórias actuais (tais como novos investimentos grandes) para assegurar a topicalidade.

Terceiro, as campanhas mediáticas implicam custos. Embora alguns órgãos públicos e associações privadas tenham departamentos de relações públicas com orçamentos para esses exercícios, não é esse normalmente o caso nos países de baixa renda, o que sublinha a necessidade de uma abordagem específica coordenada com outras iniciativas. As campanhas mediáticas orientadas por decisores de alto perfil atraem atenção mediática, tal como “exclusivos” de diferentes ângulos de histórias limitadas a alguns jornalistas (ex: um ou dois cada de jornais, rádio e televisão). Por vezes debates abertos entre partidários e críticos do exercício podem ser muito produtivos para ultrapassar receios do sector privado e sublinhar os benefícios da sua participação.

#### **8.4.3. Medidas de consciencialização *ad hoc***

Reflectindo a proeminência do desenvolvimento do sector privado muitos países de baixa renda mantêm um debate vibrante através de um número rapidamente crescente de fóruns e iniciativas

especiais organizadas a nível nacional e internacional. Isto apresenta ao GTN um leque de opções para coordenar com o sector privado, discutir metodologia, dados, análise e acções de políticas. Estes encontros são normalmente bem publicados e atraem uma participação a alto nível, por vezes presidencial (ex: Gana, Guiana, Tanzânia). Se houver espaço disponível no calendário, os GTN deverão usar estes veículos para lançar inquéritos ou divulgar resultados ou informar o sector privado sobre progressos no exercício e promover a cooperação.

Os GTN também deverão fazer pleno uso de outros fóruns para promover o exercício, incluindo encontros acolhidos por bancos centrais para instituições financeiras, encontros de associações do sector privado e encontros dos doadores com os seus investidores expatriados. Contudo, precisam de evitar a “proliferação de encontros”, prioritando encontros com base na sua provável contribuição para uma monitorização e análise de êxito (com base no seu calendário durante o ciclo, participantes e agendas).

Se um grupo de investidores chave não responder, os decisores do GTN podem organizar um encontro especial para os seus directores-gerais, com apoio de um comunicado de imprensa, o que já assegurou a participação em muitos países.

#### **8.5. INTERCÂMBIOS TÉCNICOS**

Os intercâmbios técnicos são vitais para assegurar que os investidores fornecem dados da mais alta qualidade. A complexidade dos formulários de inquérito implica que o sector privado muitas vezes requer apoio técnico em seminários de consciencialização e durante a implementação dos inquéritos.

O seminário de consciencialização para lançar um inquérito proporciona um fórum excelente para testar a metodologia, especialmente quando o país tem um orçamento ou tempo limitados para um inquérito-piloto. Visto que se espera que os gestores financeiros das empresas forneçam os dados sobre os activos e passivos, têm de comparecer trazendo cópias dos seus balanços financeiros sempre que houver. O GTN pode a seguir apresentar-lhes os formulários e organizar grupos de trabalho concebidos para obter pareceres do sector privado sobre os métodos e os calendários de implementação, assim como explicar conceitos técnicos incluindo como os dados solicitados correspondem aos balanços financeiros.

Durante o inquérito, as linhas telefónicas de apoio têm-se revelado ser extremamente úteis permitindo o sector privado a fazer perguntas relacionadas com o teor, a recolha ou entrega dos formulários. Além disso, o GTN deverá atribuir empresas a recenseadores específicos (idealmente com continuidade durante vários anos) para encorajar a resposta através de fortes relações pessoais e para melhorar a qualidade dos dados, visto que os recenseadores familiarizados com uma empresa conseguem avaliar melhor a qualidade.

Conforme discutido no Capítulo 5, é vital estabelecer uma base de dados de acompanhamento abrangente da execução de inquéritos para uma coordenação bem calendarizada e eficaz em termos de ajuda com as empresas. Isto inclui pormenores de contacto chave, tais como o

recenseur responsável por cada empresa, pontos de contacto primários e secundários dentro da empresa e prazos-limite claros para acções do sector privado. Com o decorrer do tempo, as relações melhoram, grande parte do diálogo poderá ser travado por via electrónica ou telefónica. Em alguns países é essencial, para uma resposta exacta e oportuna, visitar a sede da empresa em países vizinhos. Isto coloca um maior desafio na construção de relações, dadas as implicações de custo e tempo dessas viagens. Por outro lado, as empresas normalmente respondem de forma mais positiva ao esforço envidado para as visitar.

Os eventos de divulgação de resultados (ver 8.6.1) conferem aos investidores e ao GTN a oportunidade de comparar notas sobre as suas experiências técnicas e enfrentar desafios para melhorar o exercício seguinte. Os investidores poderão comentar a facilidade de uso do questionário, a qualidade do apoio prestado pelos recenseadores no terreno ou por telefone e como melhorar este apoio. O GTN poderá reportar a sua percepção da qualidade dos dados e os problemas que enfrentou na obtenção das informações.

Muitos países administram “questionários de feedback” sobre metodologia e implementação. É necessário um feedback regular para manter a cooperação do sector privado, dada a rotação dos quadros dentro das empresas, a entrada de novas empresas na amostra e as alterações à metodologia.

## **8.6. FEEDBACK DOS RESULTADOS**

O feedback dos resultados no fim de um ciclo de inquérito e no início do ciclo seguinte é essencial para cumprir o compromisso do GTN de reportar e manter o diálogo com o sector privado. A divulgação demonstra aos investidores como os seus dados são usados e fornece-lhes informações úteis para a sua tomada de decisões. Por isso melhora a taxa de resposta e a qualidade dos dados e reduz o dinheiro e o tempo despendidos no acompanhamento da qualidade dos dados e da resposta. Um maior diálogo entre o GTN e os investidores também melhora a promoção do investimento e estratégias de gestão económica, a responsabilidade social das empresas e acções anti-pobreza, e a participação do sector privado em planos de acção de políticas relacionados com a estratégia nacional de financiamento do desenvolvimento. Esta secção sugere melhores práticas na divulgação para observar padrões internacionais para oportunidade, qualidade, integridade e acesso público.

### **8.6.1. Seminário de encerramento de divulgação dos resultados**

A participação, organização, duração e o calendário destes eventos espelham seminários de consciencialização para lançar metodologias (ver Secção 8.4.1). É melhor seleccionar os mesmos participantes que no seminário de consciencialização, também incluindo os participantes de alto perfil que não reponderam para abordar as suas preocupações e melhorar futuras respostas.

Os decisores deverão usar o evento para destacar medidas que o governo tenha começado a tomar ou tencione tomar para responder às preocupações dos investidores. Os investidores, os doadores e as instituições internacionais deverão ser incentivados a intervir para sublinhar os benefícios dos resultados e das acções de políticas para o sector privado. Os técnicos estatísticos deverão reportar sobre lições metodológicas e melhorias para futuros exercícios.

Os países também poderão combinar seminários de abertura e de encerramento, permitindo que os resultados do inquérito anterior sejam usados como rubrica para lançar o inquérito seguinte. Esta abordagem é mais eficaz em termos de custos e aumenta a calendarização fornecendo uma data fixa (pelo menos anual), à volta da qual as partes interessadas podem planear. Contudo, isto não é aconselhável para países que precisem de uma revisão profunda de acordos metodológicos, institucionais ou de outra natureza antes de embarcarem no ciclo seguinte.

Conforme mencionado na Secção 8.4.3, os GTN poderão também usar os fóruns existentes para divulgar os seus resultados, dependendo do calendário, do público-alvo e da topicalidade.

### **8.6.2. Publicação/divulgação dos resultados**

Os resultados deverão ser publicados de forma tão pormenorizada quanto possível. Para evitar comprometer a confidencialidade das respostas individuais, as publicações poderão apresentar a análise por sector, região ou país de origem. Nos casos em que duas empresas individuais dominem uma região ou um sector, é necessário pedir autorização à empresa antes de apresentar os dados de uma forma específica.

Os países produzem tipicamente relatórios analíticos de pelo menos 70 páginas. Os relatórios poderão levar muito tempo a concluir, se houver muitos parceiros envolvidos, se a redacção for deixada até todos os dados terem sido recolhidos, se for necessário um signatário político ou se os países estiverem a empreender essa análise pormenorizada pela primeira vez. No entanto, essa análise profunda é vital todos os anos para assegurar a utilização máxima dos dados recolhidos, para manter o nível das técnicas analíticas nas instituições GTN e para mostrar aos líderes do sector público e privado e à comunidade internacional os benefícios do exercício. Os países que recolhem dados mais do que uma vez por ano também podem produzir relatórios interinos mais curtos.

É portanto muito vantajoso publicar os dados antes do relatório analítico, uma vez que tiverem sido aprovados e num formato consistente com relatórios BP e PII. Isto permite aos países avançar mais de perto no sentido dos padrões de oportunidade do GDDS e do SDDS, assegurando assim que os dados têm o valor mais favorável para os seus utilizadores. A análise poderá ser ultimada entretanto, com publicação posterior mais pormenorizada e, se necessário, dados revistos.

Existem vários veículos para a divulgação, incluindo a colocação do documento nos websites de todas as agências participantes do governo e privadas; a inserção de links nos websites das agências privadas consultadas mas não directamente envolvidas; o envio de circulares por via electrónica com o relatório anexado ou com link para o relatório noutra sítio; a publicação de sumários em boletins informativos, boletins e outros produtos de informação das agências dos doadores e públicas e privadas participantes ou que prestam apoio de outro modo; incentivando uma pesquisa adicional por parte de órgãos académicos e concebendo comunicados de imprensa.

Idealmente os receptores incluem todas as partes interessadas nacionais, regionais e internacionais, tais como:

- As que figuram na amostra do inquérito (com cartas de agradecimento aos inquiridos e incentivando os que não responderam a responder da próxima vez).
- O registo de investidores mais amplo incluindo novos investidores, que poderão ser incluídos na amostra no futuro.
- Câmaras privadas e outros grupos de investidores (nacionais e regionais).
- Potenciais investidores identificados durante missões de promoção do investimento ou atraídos através dos websites de API para lhes fornecer melhores informações e “histórias de êxitos locais”.
- Instituições internacionais (BCI, FMI, Banco Mundial, OCDE, PARIS21, CNUCED, UNIDO) e instituições regionais (BAD, BID, CEMAC, CEPAL, COMESA/MCAOA, CAO, SADC, UEMOA, WAMZ/ZMAO) para assegurar que usam os dados e a análise. Isto inclui reportar BP, PII e metadados às Instituições de Bretton Woods para observância do GDDS ou do SDDS.
- Países de origem para contraverificação face a dados das contrapartes (a nível agregado) e para discussões de políticas em fóruns regionais e internacionais apropriados.
- Adidos comerciais dos países de origem.
- Representantes mediáticos que irão fornecer a futura cobertura.
- Doadores existentes e potenciais para mostrar evidência da melhoria de dados e do impacto nas políticas e ligações a objectivos de desenvolvimento mais amplos.

### 8.6.3. Qualidade, integridade e acesso público aos dados

O GDDS e o SDDS estabelecem directivas e padrões para a qualidade, a integridade e o acesso público aos dados<sup>24</sup>. Esta secção prevê como os países CPE estão a cumprir-los ou a ultrapassá-los.

Os utilizadores precisam de informações que lhes permitam fazer os seus próprios juízos de valor sobre a **qualidade dos dados**. Isto poderia incluir documentação sobre fontes e métodos de dados e informações sobre eventuais contraverificações efectuadas para “fornecer garantia de aceitabilidade”. Muitos países com melhores práticas incluem nos seus relatórios analíticos um capítulo que trata destes aspectos em pormenor e usam-no para actualizar os seus “metadados” (incluindo fontes, métodos e prioridade para melhoria) no website do FMI.

Os utilizadores precisam de garantia quanto à **integridade dos dados** e ao profissionalismo do compilador. Isto poderá incluir informações sobre as condições em que os dados são compilados (ex: confidencialidade dos dados, independência do compilador) com leis de apoio, identificação de acesso interno do governo aos dados antes da sua publicação, identificação dos comentários ministeriais aos dados após a sua publicação, informações sobre revisões e aviso prévio de grandes alterações à metodologia. Os países CPE estão a observar estes padrões através da consciencialização do quadro legal, fornecendo informações e explicações sobre revisões, identificando a inclusão de dados nos discursos ministeriais e incluindo alterações à metodologia.

O **acesso público** poderá ser melhorado através da emissão de “calendários prévios da publicação” para que os utilizadores saibam quando esperar os dados e publicação simultânea dos dados a todas as partes. Isto coloca um desafio a muitos países, especialmente durante um censo/inquérito por referência, visto que a duração poderá ser prolongada conforme foi explicado no

<sup>24</sup>Ver FMI (2003) “The General Data Dissemination System” (“O Sistema Geral de Divulgação de Dados”), Novembro, e FMI (1998) “The Special Data Dissemination Standard: Updated Guidance on the SDDS” (“O Padrão Especial de Divulgação de Dados: Orientação Atualizada sobre o SDDS”), Fevereiro. Estes documentos encontram-se no endereço <http://dsbb.imf.org>.

Capítulo 4. Contudo, os inquéritos por amostragem requerem menos tempo a implementar, permitindo portanto uma maior planificação e maior controlo. Muitos países estão a avançar no sentido de inquéritos por amostragem e estão numa posição para emitirem calendários prévios da publicação. Os países com melhores práticas estão a exceder estes padrões fornecendo informações e pormenores de contacto daqueles que o público poderá contactar em caso de perguntas e adoptando as técnicas pró-activas de coordenação técnica descritas na Secção 8.5. Também estão a incluir a observância dos códigos e padrões internacionais na auto-avaliação das capacidades dos países (ver Secção 7.3).

### 8.7. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS

O êxito da monitorização e análise deverá ser julgado pelo grau em que o governo, o sector privado e os doadores implementam as recomendações de políticas resultantes:

- O PFC CPE assiste em esforços para melhorar a resposta macroeconómica aos APE. Os GTN na Bolívia, na Gâmbia, no Malawi, na Tanzânia e no Uganda estão a usar dados para empreender previsões macro mais realistas e reduzir a vulnerabilidade a choques exógenos, assim como dados sobre o vencimento e a rentabilidade do investimento por sector para projectar futuras perspectivas de CPE.
- Os países também estão a examinar dados a nível sectorial e de empresas para avaliar a vulnerabilidade, a rendibilidade e as estruturas de financiamento e impedir ou responder a súbitas inversões de fluxos. Estão a usar dados para identificar concentrações em regiões ou sectores específicos ou de países de origem específicos para informar sobre políticas para diversificação.
- As agências de promoção do investimento, os ministérios e os grupos do sector privado em todos os países estão a usar dados para melhorar a sua selecção da promoção do investimento por país de origem, sector de actividade económica e região anfitriã. Também estão a seleccionar investimentos, que são mais sustentáveis em termos dos seus rácios dívida/equidade, rendibilidade, interesse em reinvestir lucros e custos de capital.
- Muitos países estão a usar dados da percepção dos investidores para responderem directamente às preocupações dos investidores. Estão a publicar os factores positivos para promoverem o investimento, assim como a alterar as políticas do governo para responderem a preocupações negativas.
- A melhor qualidade dos dados e da análise está a melhorar a qualidade das decisões de investimento do sector privado. As associações do sector privado usam-nos para realçar as preocupações principais dos seus membros quanto ao clima de investimento numa base mais objectiva para influenciar as alterações das políticas do governo.
- Mais importante ainda, a análise contribui para estratégias nacionais de redução da pobreza através da promoção de um investimento mais sustentável, mais lucrativo e maior, identificando prioridades para diversificar o investimento por sector e região e avaliando a contribuição das empresas para a redução da pobreza através do seu impacto nos recursos humanos, na transferência de tecnologias, no ambiente e nas infra-estruturas económicas e sociais.

Por último, os resultados melhoram a governação de várias maneiras. A nível macro, os dados sobre a percepção (especialmente sobre transparência, eficiência e celeridade das tomadas de

decisões das agências chave) guiam o governo para identificar as alterações de políticas necessárias para melhorar a governação e atrair investimentos. Os países também podem melhorar a governação de fluxos de divisas e da gestão de reservas. Consultas regulares com o sector privado permitem uma discussão mais transparente e aberta de aspectos de políticas. Por último, informações sobre como as empresas preparam as suas contas e sobre as estruturas e os procedimentos da sua governação encorajam melhorias na governação e no comportamento das empresas.

### Referências

- Baball, B (2002)** *Dívida Externa do Sector Privado: Principais Aspectos e Desafios para a Sua Monitorização*, DRI: Londres
- Banco Central da Trindade e Tobago (2003)** *Estudo de Fluxos de Capitais Privados*, Porto de Espanha, Agosto
- Banco de Compensações Internacionais, Secretariado da Commonwealth, Eurostat, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, Secretariado do Clube de Paris, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Banco Mundial (2001)**, *Estatística da Dívida Externa: Guia para Compiladores e Utilizadores*, Rascunho Final, Novembro.
- Banco do Uganda, Autoridade de Investimento do Uganda, e Gabinete de Estatísticas do Uganda (2003)** *Inquérito sobre o Investimento do Sector Privado 2003: Manual para Recenseadores e Supervisores*, Campala
- Banco Mundial** *Financiamento do Desenvolvimento Mundial*, várias edições, BIRD / Banco Mundial, Washington DC
- Bhinda N., Griffith-Jones S., Leape J, and Martin M. (1999)** *Fluxos de Capitais Privados para África: Percepção e Realidade*, FONDAD: Haia
- CNUCED** *Relatório sobre o Investimento Mundial*, várias edições, Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra
- Comissão Europeia, FMI, OCDE, ONU, Banco Mundial (1993)** *Sistema de Contas Nacionais 1993*, Bruxelas, Luxemburgo, Nova Iorque, Paris, Washington DC
- DFI (2003)** “Analisando Capitais Privados Estrangeiros para Decisores” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 17ª Edição, 3º Trimestre
- DFI (2003)** “Avaliando a Capacidade para Gerir Capitais Privados Estrangeiros” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 16ª Edição, 2º Trimestre
- DFI (2004)** “CPE: Análise Mais Avançada” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 21ª Edição, 4º Trimestre
- DFI (2004)** “Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: Conceção e Execução” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 21ª Edição, 4º Trimestre

- DFI (2005)** “Como Melhorar a Oportunidade dos Dados?” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 25ª Edição, 4º Trimestre
- DFI (2005)** “Impactos do PFC CPE nas Políticas” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 24ª Edição, 3º Trimestre
- DFI (2005)** “Os Países Avançam nos Padrões Internacionais” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 25ª Edição, 4º Trimestre
- DFI (2005)** “Porquê Estudar as Percepções dos Investidores?” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 22ª Edição, 1º Trimestre
- DFI (2005)** “Revisão pelo FMI do Manual da Balança de Pagamentos: Implicações para a Monitorização dos Activos e Passivos Estrangeiros” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 23ª Edição, 2º Trimestre
- DFI (2006)** “Quais São os Mais Recentes Progressos da Revisão de BPM5?” *Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento: O Boletim Informativo do PFC PPME e do PFC CPE*, 26ª Edição, 1º Trimestre
- DFI e Parceiros Regionais (2003)** “Capitais Privados Estrangeiros em Países em Desenvolvimento: Fortalecendo as Capacidades de Análise e Execução de Políticas: Documento de Programa da Fase 2”.
- FMI (1993)** *Manual da Balança de Pagamentos*, 5ª Edição, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional
- FMI (1995)** *Guia da Compilação da Balança de Pagamentos*, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional
- FMI (1996)** “Guia para os Padrões de Divulgação de Dados”, Provisório, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional
- FMI (1996)** *Manual da Balança de Pagamentos*, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional
- FMI (1998)** “O Padrão Especial de Divulgação de Dados: Orientação Actualizada sobre o SDDS”, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional
- FMI (2002)** “A Iniciativa do Fundo de Fortalecimento das Capacidades de África”, 23 de Abril, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional
- FMI (2002)** *Posição de Investimento Internacional: Um Guia para Fontes de Dados*, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional
- FMI (2003)** “O Documento do Sistema Geral de Divulgação de Dados”, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Novembro
- FMI (2003)** “Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados - Quadro Genérico, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Julho
- FMI (2003)** “República de Moçambique: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos-Módulo de Dados, Resposta pelas Autoridades, Avaliações Pormenorizadas Usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados”, FMI Relatório do País N° 03/71, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Março
- FMI (2004)** “Burkina Faso: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos-Módulo de Dados, Resposta pelas Autoridades, Avaliações Pormenorizadas Usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados”, FMI Relatório do País N° 04/87, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Março



**FMI (2004)** “Revisão do Manual da Balança de Pagamentos, Quinta Edição (Resumo Anotado)”, Departamento de Estatísticas do FMI, Abril

**FMI (2005)** “Gâmbia: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos-Módulo de Dados, Resposta pelas Autoridades, Avaliações Pormenorizadas Usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados”, FMI Relatório do País N° 05/421, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Novembro

**FMI (2005)** “Malawi: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos-Módulo de Dados, Resposta pelas Autoridades, Avaliações Pormenorizadas Usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados”, FMI Relatório do País N° 05/60, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Fevereiro

**FMI (2005)** “Nicarágua: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos-Módulo de Dados, Resposta pelas Autoridades, Avaliações Pormenorizadas Usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados”, FMI Relatório do País N° 05/426, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Dezembro

**FMI (2005)** “O Trabalho do Comitê do FMI sobre Estatísticas da Balança de Pagamentos”, *Boletim Informativo sobre a Balança de Pagamentos* Vol. 12, N° 1, Departamento de Estatísticas, FMI

**FMI (2005)** “Progressos no Trabalho de Actualização de BPM5”, *Boletim Informativo sobre a Balança de Pagamentos* Vol. 12, N° 1, Departamento de Estatísticas, FMI

**FMI (2005)** “Quênia: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos-Módulo de Dados, Resposta pelas Autoridades, Avaliações Pormenorizadas Usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados”, FMI Relatório do País N° 05/388, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Outubro

**FMI (2005)** “República de Moçambique: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos – Módulo de Dados – Actualização”, Relatório do País N° 05/278, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Agosto

**FMI (2005)** “Tanzânia: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos-Módulo de Dados, Resposta pelas Autoridades, Avaliações Pormenorizadas Usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados”, FMI Relatório do País N° 04/82, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Março

**FMI (2005)** “Zâmbia: Relatório sobre a Observância de Padrões e Códigos-Módulo de Dados, Resposta pelas Autoridades, Avaliações Pormenorizadas Usando o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados”, FMI Relatório do País N° 05/30, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional, Janeiro

**FMI Anuário Estatístico da Balança de Pagamentos**, várias edições, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional

**FMI e OCDE (2003)** “Estatísticas do Investimento Directo Estrangeiro: Como os Países Medem o IDE 2001” Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional

**FMI *Perspectivas Económicas Mundiais***, várias edições, Washington DC, EUA: Fundo Monetário Internacional

**FMI Quadro de Anúncios dos Padrões de Dados para metadados GDDS dos países** (<http://dsbb.imf.org>)

**Global Reporting Initiative (2002)** *Directivas para Prestação de Contas da Sustentabilidade do Desempenho Económico, Ambiental e Social 2002*, Boston MA

- Governo da Gâmbia (2002)** *Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros na Gâmbia*, Banjul, Agosto
- Governo da Guiana (2002)** *Estudo de Fluxos de Capitais Privados*, Georgetown
- Governo da Tanzânia (2001)**, *Relatório sobre o Estudo de Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros no Continente Tanzânia*, Dar es Salaam, Dezembro
- Governo da Tanzânia (2004)**, *Relatório sobre o Estudo de Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros no Continente Tanzânia*, Dar es Salaam, Dezembro
- Governo da Zâmbia (2003)** *Relatório dos Activos e Passivos Estrangeiros e da Percepção dos Investidores*, Lusaca, Outubro
- Governo do Gana (2003)** *Activos e Passivos Estrangeiros e Percepção dos Investidores no Gana*, Acra, Maio
- Governo do Malawi (2002)**, *Estudo de Stocks de Capitais Privados*, Lilongwe, Setembro
- Governo do Malawi: Comité da Balança de Pagamentos (2003)** *Inquérito sobre a Balança de Pagamentos e a Percepção dos Investidores para os Anos 2000 e 2001: Manual dos Supervisores e Recenseadores*, Banco de Reservas do Malawi, Gabinete Nacional de Estatística, Agência de Promoção do Investimento do Malawi: Lilongwe e Zomba
- Governo do Uganda (2002)** Memorando de Entendimento entre o Banco do Uganda, a Gabinete de Estatísticas do Uganda e a Autoridade de Investimento do Uganda
- Governo do Uganda (2002)**, *Relatório do Estudo de Fluxos de Capitais Privados 2001*, Campala, Julho
- Ibarra, R (2004)** “Revisão de BPM5”, Apresentação ao Seminário Regional do CEMLA, Setembro
- ISO (2002)** *Gestão Ambiental: A Família de Padrões Internacionais da ISO 14000*, Genebra
- Lei do Banco da Guiana (1998)**
- Mallenbaker.net** Notícias e Recursos da Responsabilidade Social das Empresas (<http://www.mallenbaker.net>)
- Martin com Rose-Innes (2004)** “Fluxos de Capitais Privados para Países de Baixa Renda: Percepção e Realidade”, Capítulo 2 do *Relatório Canadiano de Desenvolvimento 2004*, Versão Revista, DFI: Londres
- Martin com Rose-Innes and Rogers (2006)** *Investimento Privado em Países em Desenvolvimento: Lições da Realidade*, PFC CPE Série N° 2 (no prelo)
- Ministerio de Desarrollo Economico, Instituto Nacional de Estadística, Banco Central de Bolívia, Confederacion de Empresarios Privados de Bolívia (2003)**, “Segundo Convenio Interinstitucional Para Encuestas de Inversion Extranjera Directa en Bolívia”
- OCDE (1997)** *OCDE Convenção do Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros nas Transacções Comerciais Internacionais*, Paris
- OCDE (2001)** *As Directivas da OCDE para Empresas Multinacionais: Comentários e Clarificações ao Texto*, 31 de Outubro, Director dos Assuntos Financeiros, Fiscais e Empresariais: Comité sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais, Paris
- OCDE (2004)** *OCDE Princípios da Governação das Empresas*, Paris
- OCDE (2006)** *OCDE Directivas para Empresas Multinacionais: OCDE Pontos de Contacto Nacionais*, 31 de Março, Paris
- OIT (1998)** *Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho*, Genebra
- Orbeta, C (2002)** *Revisão da Fase 1 do PFC CPE*, DFID: Londres

- Orbeta, C (2005)** *Revisão da Fase 2 do PFC CPE*, DFID: Londres
- PFC CPE (2003)** “Gestão de CPE: Metodologia das Avaliações das Capacidades dos Países”, DFI: Londres
- PFC CPE (2004)** “Guia Nacional da Avaliação da Capacidade de Gestão de CPE”, DFI: Londres, Abril
- PFC CPE (2004)** *BCEAO e BEAC; Manual de Seminários Regionais*, DFI, BCEAO e BEAC
- PFC CPE (2004)** *CEMLA: Manual de Seminários Regionais*, DFI e CEMLA
- PFC CPE (2005)** *Manual de Formação de Formadores*, DFI: Londres, Setembro
- PFC CPE (2005)** *Manual para Seminários Inter-Regionais*, DFI: Londres, Setembro
- PFC CPE (2006)** *Manual do Grupo de Trabalho Nacional*, DFI: Londres
- PFC CPE (2006)** *Manual dos Utilizadores do Software*, EIS and DFI: Londres
- PFC CPE (2006)** *Manual Genérico do Recenseador*, DFI: Londres
- PFC CPE (vários anos e países)** Relatórios para Missões Nacionais de Avaliação de Pedidos, Seminários de Abertura de Consciencialização e Formação, Missões de Acompanhamento, e Seminários de Encerramento de Divulgação de Resultados
- PFC CPE (vários anos)** *Relatórios do Comité Directivo*
- Robinson, F (2003)** “A Liberalização e os Desafios da Compilação da Balança de Pagamentos – o Caso da Jamaica”, in Boletim da SFI N° 14, Fevereiro de 2003, Irving Fisher Comitê das Estatísticas do Banco Central, págs. 14-19
- Scheun and Bhinda (2006)** *Monitorização e Análise dos Capitais Privados Estrangeiros: Melhores Práticas*, PFC CPE Série N° 3 (no prelo)
- SFI / Banco Mundial** *Princípios do Equador para Bancos Comerciais*, Washington DC
- ZIPA, OCGS, BOT (2004)**, *Zanzibar: Relatório de Investimento*, Zanzibar

As seguintes fontes também foram usadas na preparação desta publicação:

Websites de agências participantes em Grupos de Trabalho Nacionais

(ver [www.fpc-cbp.org](http://www.fpc-cbp.org) para links)

Metodologias nacionais

Acordos interinstitucionais

Leis Institucionais

---

SÉRIE DE PUBLICAÇÕES DA DEVELOPMENT FINANCE INTERNATIONAL

---

Esta publicação também está disponível em inglês, francês e espanhol.

**Publicações Anteriores do PFC CPE**

Dívida Externa do Sector Privado – Principais Aspectos e Desafios para a Sua Monitorização

Fluxos de Capitais Privados Intra-Regionais na África Oriental e Austral

Fluxos de Capitais Privados para Países de Baixa Renda: Percepção e Realidade

FONDAD: Fluxos de Capitais Privados para África: Percepção e Realidade

**Outras fontes de informações sobre o PFC CPE**

**Website do PFC CPE**

Pode visualizar e descarregar as publicações da DFI e outros documentos de trabalho no website do PFC CPE [www.fpc-cbp.org.uk](http://www.fpc-cbp.org.uk). O site também contém notícias sobre os CPE, uma descrição das actividades e dos eventos do programa e muitos documentos de referência, tais como materiais de formação e outros recursos técnicos.

**Boletim Informativo**

Boletim informativo trimestral conjunto do PFC PPME e PFC CPE sobre as Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento. Para assinar, queira enviar informações completas para [mail@dri.org.uk](mailto:mail@dri.org.uk).

**Briefing**

O PFC CPE envia circulares por via electrónica de seis em seis semanas que contêm notícias sobre o PFC CPE e desenvolvimentos relacionados sobre a monitorização e análise dos CPE. Para receber este email, queira enviar as suas credenciais completas para [mail@dri.org.uk](mailto:mail@dri.org.uk).

Podem-se obter cópias destas publicações da:

Development Finance International  
4th Floor, Lector Court, 151-153 Farringdon Road, London, EC1R3AF, UK  
Telephone: +44 20 - 7278 0022  
Fax: +44 20 - 7278 86 22  
[mail@dri.org.uk](mailto:mail@dri.org.uk)